



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GISELE DE OLIVEIRA TONANI

**CIDADANIA, MEMÓRIA SOCIAL E FRONTEIRA: A LUTA POR ACESSO À DO-
CUMENTAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL**

DOURADOS/MS

2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GISELE DE OLIVEIRA TONANI

CIDADANIA, MEMÓRIA SOCIAL E FRONTEIRA: A LUTA POR ACESSO À DOCUMENTAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em nível de Mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Mestre, na Linha de Pesquisa em Processos Psicossociais.

Orientadora: Profa. Dra. Jenniffer Simpson dos Santos.

DOURADOS/MS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

T663c Tonani, Gisele De Oliveira
CIDADANIA, MEMÓRIA SOCIAL E FRONTEIRA: A LUTA POR ACESSO À
DOCUMENTAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Gisele De Oliveira
Tonani. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Jenniffer Simpson dos Santos.
Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. FRONTEIRA. 2. CIDADANIA. 3. MEMÓRIA SOCIAL. I. Santos, Jenniffer Simpson Dos.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Grande Dourados
PROPP - Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA POR GISELE DE OLIVEIRA TONANI, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "PSICOLOGIA".

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"CIDADANIA, MEMÓRIA SOCIAL E FRONTEIRA: A LUTA POR ACESSO À DOCUMENTAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL"**, apresentada pela mestranda Gisele de Oliveira Tonani, do Programa de Pós-graduação em Psicologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Jenniffer Simpson dos Santos/UFGD (presidente/orientadora), Prof. Dr. Conrado Neves Sathler/UFGD (membro titular interno), Prof.^a Dr.^a Maria Gabriela Guillen Carias/UFGD (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada Aprovada. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 09 de junho de 2025.

Prof.^a Dr.^a Jenniffer Simpson dos Santos
Presidente/orientadora

Prof. Dr. Conrado Neves Sathler
Membro Titular Interno

Prof.^a Dr.^a Maria Gabriela Guillen Carias
Membro Titular Externo

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA PELO(A) PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UFGD
PROPP/UFGD

Pg. 1 de 1

Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou negra. Comecei a pensar em termos de consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? O que é que isso faz com nossos conceitos de nacionalismo, de raça, de etnia, e mesmo de gênero? Eu estava tentando articular e criar uma teoria de existência nas fronteiras.

Gloria Anzaldúa (2005, p. 691)

RESUMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha de Pesquisa em Processos Psicossociais. Este estudo investiga o impacto do acesso à documentação pessoal na prática da cidadania de indivíduos residentes na fronteira de Sete Quedas/MS, uma região marcada pela exclusão e invisibilidade social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória que busca analisar as narrativas de pessoas que enfrentam barreiras para obter documentos essenciais, relacionando esses relatos aos conceitos de memória social, cidadania e mestiçagem. O objetivo principal é examinar como a presença ou ausência de documentação influencia a cidadania e as identidades culturais fronteiriças. Utilizou-se a entrevista semiestruturada como método de coleta de dados, aplicando-se um questionário em dez entrevistas presenciais. Os principais resultados revelaram que, além das dificuldades burocráticas, os processos discriminatórios afetam diretamente o acesso à cidadania e reforçam o sentimento de exclusão. A pesquisa reforça a importância de garantir a documentação pessoal para promover o reconhecimento e inclusão social, sobretudo em áreas de fronteira.

Palavras-chave: Fronteira. Cidadania. Memória Social.

ABSTRACT

Dissertation submitted to the Graduate Program in Psychology at the Federal University of Grande Dourados (UFGD), as a requirement for obtaining the Master's degree in Psychology, within the Research Line of Psychosocial Processes. This study investigates the impact of access to personal documentation on the exercise of citizenship among individuals residing in the border region of Sete Quedas/MS, an area marked by exclusion and social invisibility. It is a qualitative and exploratory research that seeks to analyze the narratives of people who face barriers in obtaining essential documents, relating these accounts to the concepts of social memory, citizenship, and miscegenation. The main objective is to examine how the presence or absence of documentation influences citizenship and cultural identities in border contexts. Semi-structured interviews were used as the data collection method, with a questionnaire applied in ten face-to-face interviews. The main findings revealed that, in addition to bureaucratic difficulties, discriminatory processes directly affect access to citizenship and reinforce feelings of exclusion. The research highlights the importance of ensuring access to personal documentation in order to promote social recognition and inclusion, especially in border areas.

Keywords: Border, Citizenship, Social Memory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART. – Artigo

COVID-19 - Corona Vírus *Disease* (Doença do Coronavírus de 2019), de 2019.

MS – Mato Grosso do Sul

N. – Número

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJMS – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

SUS - Sistema Único de Saúde

Lista de figuras

Figura 1 – Libreto do álbum de música Mbya Guarani.....	26
Figura 2 – Linha cronológica do Brasil e Paraguai.....	34
Figura 3 – Territórios demarcados pós-guerra.....	37
Figura 4 – Mapa com descrição das demarcações.....	38
Figura 5 – Fronteira entre as cidades de Sete Quedas e Pindoty Porã.....	39
Figura 6 – Bandeiras hasteadas na faixa de fronteira de Sete Quedas e Pindoty Porã.....	39
Figura 7 – Asfalto entre Corpus Christi e Pindoty Porã.....	41
Figura 8 – Tabela de pessoas que fixaram residência de 2001 a 2010.....	43
Figura 9 – Cidades de Sete Quedas (BR) e Pindoty Porã (PY).....	46
Figura 10 – Distância de 18 km entre Pindoty Porã e Corpus Christi.....	47
Figura 11 – Quadro com as categorias iniciais da pré-análise das entrevistas.....	51
Figura 12 – Tabela sobre o acesso à documentação.....	52
Figura 13 – Quadro comparativo por nacionalidade.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – MESTIÇAGEM: UM CONCEITO EM DISPUTA.....	13
1.1 Alguns estudos latino-americanos sobre a mestiçagem.....	14
1.2 – Mestiçagem no Paraguai.....	23
1.3 – Mestiçagem no Brasil.....	30
CAPÍTULO II – TERRITÓRIO COM MUITAS FRONTEIRAS.....	35
CAPÍTULO III – O TRABALHO DE CAMPO E UMA DISCUSSÃO DE CASO.....	47
3.1 O trabalho de campo.....	47
3.2 Uma discussão de caso.....	56
CAPÍTULO IV – RESULTADOS.....	74
4.1 Mobilidade e Exclusão na Fronteira.....	75
4.2 Preconceito e Xenofobia.....	77
4.3 Mestiçagem e Memória Social.....	80
4.4 Cidadania e Direitos.....	82
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
Referências.....	91
Apêndice A: TCLE.....	96
Apêndice B: Roteiro de Entrevista.....	98

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste trabalho, a respeito da luta pelo acesso à Documentação no Estado do Mato Grosso do Sul, é resultado da minha experiência profissional como atendente na Promotoria de Justiça e na Defensoria Pública, onde atuei por quase seis anos antes de me graduar em Serviço Social. Após a conclusão da graduação, iniciei minha trajetória profissional como coordenadora no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, conciliando com a função de técnica de referência de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Posteriormente, desempenhei função de assistente social na rede de educação municipal. Ao longo dessa trajetória, fui profundamente impactada pelos relatos das pessoas que enfrentam desafios significativos para acessar a documentação pessoal nas regiões de fronteira, especialmente em Sete Quedas - MS. Esses relatos revelam não apenas a dificuldade em obter documentos, mas também um padrão de exclusão e invisibilidade que compromete a prática da cidadania. Essa realidade suscita a urgência de uma investigação mais aprofundada sobre as questões sociais, culturais e identitárias que permeiam esses contextos.

A problemática central deste estudo está relacionada ao acesso à documentação pessoal como um fator essencial para a efetivação da cidadania. Segundo Marshall (1950), a cidadania é um conceito que envolve não apenas direitos civis e políticos, mas também direitos sociais, que garantem condições mínimas de vida digna. No Brasil, a luta por cidadania é histórica e complexa, refletindo as desigualdades sociais e as diferentes formas de exclusão enfrentadas por grupos marginalizados, como os moradores de fronteira.

A fundamentação teórica deste trabalho se ancorará em autores que discutem a relação entre cidadania, memória social e mestiçagem. Néstor García Canclini (1989) propõe que a hibridação cultural e a construção de identidades na América Latina são resultantes de processos históricos de miscigenação e interculturalidade. A mestiçagem, longe de ser apenas uma questão biológica, é vista como um fenômeno social e cultural que influencia as dinâmicas identitárias e de pertencimento. Por outro lado, a memória social, conforme Pierre Nora (1996), refere-se à construção de narrativas coletivas que ajudam a dar sentido à identidade de grupos sociais, sendo essenciais para a reivindicação de direitos e reconhecimento.

Assim, a relevância deste tema se estabelece na medida em que o acesso à documentação não é apenas uma questão burocrática, mas uma condição essencial para o exercício pleno da cidadania e a construção de identidades reconhecidas e valorizadas.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os relatos sobre o acesso à documentação de pessoas que vivem na fronteira da cidade de Sete Quedas - MS, problematizando-os com os conceitos de memória social, cidadania e mestiçagem. Os objetivos específicos são analisar como a presença ou a ausência de documentação pessoal afeta a prática da cidadania de pessoas que vivem na fronteira da cidade de Sete Quedas - MS; analisar os relatos sobre acesso à documentação pessoal, a fim de identificar os efeitos dos marcadores sociais da diferença presentes no processo; observar a existência ou não do processo de mestiçagem e como isso afeta a prática da cidadania; identificar os possíveis problemas enfrentados no processo de aquisição de documentos pessoais, considerando as peculiaridades do município fronteiro de Sete Quedas - MS; identificar, a partir dos relatos, a existência de redes sociais (relações de amizade, família, vizinhança e instituições) que operam como rede de apoio na luta por acesso à documentação pessoal; identificar, por meio dos relatos das pessoas, o processo de construção das histórias de vida e circulação, movimentação e de mudança de residência na fronteira da cidade de Sete Quedas - MS.

A fundamentação teórica é baseada em autores que discutem a abordagem qualitativa, como Gil (2002), Minayo (2009/2012) e Gomes (2009). A estrutura metodológica desta seção é composta pelos seguintes elementos: definição dos objetivos e métodos da pesquisa, descrição do desenvolvimento da pesquisa de campo e explicação do procedimento de análise das entrevistas.

A abordagem qualitativa de pesquisa é essencial para interpretar os significados dos textos, busca-se compreender o sentido atribuído pelo sujeito às palavras, indo além do conteúdo literal. Conforme ressalta Minayo (2012), o foco recai sobre as construções ideológicas presentes nas falas dos interlocutores.

A entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de produção dos dados na pesquisa, permitindo um diálogo flexível com as (os) fronteiriças (os). As perguntas, embora previamente formuladas, foram ajustadas conforme o fluxo das respostas das pessoas entrevistadas, aproveitando os aspectos trazidos espontaneamente durante a conversa. As falas das pessoas possibilitaram uma aproximação mais profunda da pesquisadora com a realidade investigada, conforme será detalhado na seção seguinte.

Essa dissertação está organizada em três capítulos, e em cada um aborda aspectos cruciais da relação entre cidadania, memória social e fronteira. No Capítulo I – Mestiçagem: Um Conceito em Disputa, discuto a mestiçagem como um conceito complexo e polissêmico, explorando suas várias definições e implicações. Serão apresentados os fundamentos teóricos sobre a mestiçagem, incluindo a sua evolução histórica e cultural, tanto no Brasil quanto no

Paraguai. A discussão também abordará as disputas em torno da identidade mestiça e como essas questões impactam a percepção da cidadania nas populações fronteiriças. No Capítulo II – Território com Muitas Fronteiras, contextualizo a fronteira entre Brasil e Paraguai, analisando as dimensões históricas, sociais e econômicas que moldaram essa região. Serão exploradas as implicações da Guerra do Paraguai e como essa história influencia as relações contemporâneas entre os habitantes da fronteira. A análise incluirá a mobilidade social, a imigração e os desafios enfrentados pelas populações na busca por reconhecimento e acesso à documentação pessoal. Por fim, no Capítulo III – O Trabalho de Campo e uma Discussão de Caso, relato a metodologia utilizada na pesquisa, com ênfase no trabalho de campo realizado em Sete Quedas - MS. Serão detalhados os objetivos e métodos da pesquisa, além da análise das entrevistas com os participantes. Essa seção é crucial para compreender como as experiências e narrativas coletivas revelam os entraves enfrentados na luta por documentação e cidadania, assim como as redes de apoio existentes entre os moradores da fronteira.

A investigação proposta neste trabalho visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada das complexas interações entre cidadania, memória social e a realidade das populações que habitam as regiões de fronteira, e especificamente em Sete Quedas - MS. Ao analisar as narrativas de pessoas que enfrentam dificuldades no acesso à documentação, buscamos destacar a importância de reconhecer e valorizar suas experiências e identidades, que frequentemente são invisibilizadas por processos de marginalização e exclusão. As leis de imigração no Brasil, em especial a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), estabelecem princípios como a igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, o combate à xenofobia e o direito à reunião familiar. No entanto, nas regiões de fronteira, como entre o Brasil e o Paraguai, a vivência concreta dos indivíduos muitas vezes revela contradições entre a norma legal e a prática cotidiana. A terceira seção também analisa como a regularização documental, a dupla nacionalidade e o acesso aos direitos fundamentais se manifestam na experiência de pessoas que vivem há anos na fronteira, especialmente em Sete Quedas/MS. As histórias de vida e memórias sociais coletadas ilustram as dificuldades na efetivação da cidadania, os obstáculos no acesso aos serviços públicos e os mecanismos informais de superação dessas barreiras, evidenciando as tensões entre nacionalidade, pertencimento e desigualdade estrutural.

Por meio de uma abordagem qualitativa, que combina análise do discurso baseada nas concepções de Eni Pulcinelli Orlandi em seu livro: *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos* (2005), esperamos iluminar as tensões sociais e culturais presentes nessas comunidades, além de evidenciar como a mestiçagem e a memória social são fundamentais na construção das identidades e na luta por direitos. Ao final, espera-se que este estudo não apenas am-

plie o debate acadêmico sobre cidadania e fronteira, mas também ofereça subsídios para a formulação de políticas públicas que visem garantir o acesso à documentação e, consequentemente, a efetivação da cidadania para todos os indivíduos, independentemente de suas origens ou condições socioeconômicas.

CAPÍTULO I – MISTIÇAGEM: UM CONCEITO EM DISPUTA

Para iniciar a discussão, o Dicionário online Houaiss define *mestiçagem* como um substantivo feminino com várias acepções: 1) **Miscigenação entre pessoas tipologicamente diferentes:** Refere-se ao cruzamento biológico entre indivíduos de diferentes raças ou etnias, resultando em descendentes mestiços. 2) **Cruzamento de animais de raças ou variedades diferentes:** Indica o cruzamento de diferentes raças de animais, resultando em uma nova raça. 3) **Quantidade de pessoas mestiças:** Refere-se à população resultante da mistura de diferentes raças. 4) **Figura de linguagem - mistura de elementos diferentes:** Utilizado metaforicamente para descrever a integração de diferentes culturas ou elementos heterogêneos. Exemplo: *Mestiçagem de culturas*. Quanto a etimologia do termo é derivada de *mestiçar* e o sufixo *"-agem,"* indicando o processo ou efeito de mestiçar. Por sua vez, o Dicionário online Priberam apresenta uma definição concisa de "mestiçagem": 1) **Cruzamento de raças ou de etnias distintas:** Destaca a miscigenação biológica entre diferentes grupos raciais ou étnicos. 2) **Mesclagem:** Termo utilizado para descrever a junção de elementos distintos, incluindo aspectos culturais e estéticos. O Dicionário Priberam também menciona "mestiçamento" como sinônimo de mestiçagem, reforçando a ideia de mistura e cruzamento.

Seguindo com a definição (*mestiçar*) no Dicionário Houaiss: este é um verbo transitivo direto e pronominal que se refere ao ato de cruzar ou cruzar-se com uma raça ou tipo diferente. As definições principais incluem: 1) **Cruzamento entre indivíduos de raças diversas:** Refere-se ao ato de procriar descendentes mestiços a partir da união de indivíduos de raças diferentes, tanto em contextos humanos quanto animais. 2) **Cruzamento de seres humanos de tipologias diferentes:** Enfatiza a miscigenação entre humanos de diferentes etnias, resultando em novos grupos étnicos. O Dicionário Houaiss também lista sinônimos como *mesticizar (-se)* e *miscigenar (-se)*, destacando a ideia central de mistura racial. No Dicionário Priberam, *mestiçar* é definido de forma semelhante, como um verbo transitivo direto e pronominal que indica o cruzamento ou mistura entre raças: 1) **Cruzamento de raças:** Aplica-se ao ato de cruzar ou cruzar-se diferentes raças de animais ou seres humanos, produzindo mestiços. 2) **Miscigenar:** É sinônimo de mestiçar, reforçando a ideia de mistura racial.

Uma análise comparativa das definições de *mestiçar* e *mestiçagem* fornecidas pelos dicionários Houaiss e Priberam são complementares e destacam a importância desses termos no contexto de miscigenação racial e cultural. Ambas as fontes reconhecem o fenômeno como

um processo de cruzamento entre diferentes raças ou etnias, resultando em descendentes mestiços e, figurativamente, na combinação de diferentes elementos culturais. Observa-se que, no Houaiss, as definições são mais detalhadas e incluem acepções figurativas, especificando a aplicação tanto a humanos quanto a animais. Por sua vez, o Priberam oferece uma definição mais direta, mas abrangendo os aspectos principais do conceito de mestiçagem, reforçando a ideia de mistura racial e cultural.

1.1 Alguns estudos latino-americanos sobre a mestiçagem

Na história do pensamento sociológico brasileiro, o conceito de mestiçagem possui heranças mitificadas e errôneas deixadas por Gilberto Freire (1993) na sua consagrada obra *Casa Grande e Senzala*, cuja primeira publicação foi durante a Era Vargas no ano de 1933. Um tempo marcado pela busca de uma identidade nacional homogênea e embranquecida, em que a história mostrou ser impossível de se realizar. Dito de outro modo, o que a ficção de uma identidade nacional brasileira revela é: o que temos em comum são as nossas diferenças. Nesse sentido, o trabalho de Freire está longe de esgotar a discussão sobre o processo de mestiçagem, muitas estudiosas e estudiosos dedicaram-se ao tema de diversas maneiras. Analisamos a seguir os conceitos de *hibridismo cultural* e *fronteira*, segundo as acepções de Gloria Anzaldúa e Néstor García Canclini, com o propósito de ampliar a discussão.

Gloria Evangelina Anzaldúa foi uma escritora, teórica cultural, feminista e ativista chicana, nascida em 26 de setembro de 1942, no Vale do Rio Grande, no sul do Texas, EUA. Sua vida e obra tiveram um profundo impacto nos estudos de gênero, teoria queer, estudos étnicos e literatura chicana. Conhecida por seu trabalho acadêmico e literário inovador, que desafia fronteiras culturais, linguísticas e identitárias. Sua obra mais famosa, "Borderlands/La Frontera: The New Mestiza" (1987), é um texto seminal que explora a experiência das mulheres na fronteira México-EUA, abordando questões de raça, gênero, língua e colonialismo.

Néstor García Canclini é um sociólogo e antropólogo argentino, nascido em 1939, em La Plata, Argentina. É conhecido por suas contribuições nos campos da sociologia e antropologia, com ênfase em estudos culturais, globalização, consumo e políticas culturais. Sua obra mais famosa, "Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade", publicada em 1989, é um marco nos estudos culturais latino-americanos e é amplamente reconhecido internacionalmente.

A mestiçagem é um fenômeno social e cultural, originado pela mistura de diferentes grupos étnicos e culturais. Na América Latina a mistura dos povos africanos, indígenas e europeus, resultou em uma diversidade cultural grandiosa. Desta forma, ao analisar culturas pela ótica de Néstor García Canclini, em "Culturas Híbridas, Poderes Oblíquos", vemos que o autor argumenta:

Es en esos escenarios donde estallan más ostensiblemente casi todas las categorías y las parejas de oposición convencionales (subalterno/hegemónico, tradicional/moderno) empleadas para hablar de lo popular. Sus nuevas modalidades de organización de la cultura, de hibridación de las tradiciones de clases, etnias y naciones, requieren otros instrumentos conceptuales (Canclini, 1989, p. 263)¹.

O autor afirma também que a hibridação cultural desafia as dicotomias tradicionais como subalterno/hegemônico e tradicional/moderno. O processo de mestiçagem cultural e social é complexo e deles emergem produtos como a hibridação cultural, a identidade, a migração/imigração, além da territorialização/desterritorialização. Canclini evidencia a complexidade da relação entre cultura, poder e política, tanto na construção histórica como na sociedade contemporânea. E para explicar a hibridação cultural o autor elucida que “Luego, me ocuparé de tres procesos clave para explicar la hibridación: la quiebra y mezcla de las colecciones que organizaban los sistemas culturales, la desterritorialización de los procesos simbólicos y la expansión de los géneros impuros” (Canclini, 1989, p. 264). A hibridação cultural vai além da mistura racial, englobando a fusão de práticas, crenças, e expressões culturais.

A urbanização não apenas modifica a demografia, mas também a simbologia e as práticas culturais. A desterritorialização dos processos simbólicos, como descrito por Canclini (1989, p. 288), é uma característica da cultura híbrida e se manifesta na desconexão entre práticas culturais e seus locais de origem, resultando em uma cultura que é simultaneamente local e global.

A transição entre modernidade e pós-modernidade está marcada pelas complexas tensões entre desterritorialização e reterritorialização. Esses conceitos referem-se à perda da relação "natural" entre cultura e território e à realocação parcial das produções simbólicas, respectivamente. Canclini também aborda, nesse sentido, essas transformações culturais

¹ É nesses cenários que quase todas as categorias e pares de oposição convencionais (subalterno/hegemônico, tradicional/moderno) usados para falar sobre o popular explodem mais ostensivamente. Suas novas modalidades de organização da cultura, de hibridização das tradições de classes, etnias e nações, exigem outros instrumentos conceituais (Canclini, 1989, p. 263). (tradução própria)

contemporâneas, explorando a transnacionalização dos mercados simbólicos e as migrações, além do impacto estético dessas mudanças (1989, p. 288).

Considerando o aumento populacional das cidades, o autor cita Manuel Castells, que trouxe consigo a intensificação da hibridação cultural, tendo em vista que cidades que outrora possuíam pequenas populações urbanas, agora concentram a maior parte da população, promovendo encontros culturais que desafiam a homogeneidade cultural das áreas rurais tradicionais (Canclini, 1989, p. 265).

A análise de Canclini (1989, p. 304) sobre desterritorialização e reterritorialização revela a complexidade das culturas contemporâneas e a necessidade de repensar as relações culturais e sociais em um mundo cada vez mais interconectado. A transformação das culturas nacionais e a mobilidade das populações desafiam conceitos tradicionais de identidade e comunidade, exigindo novas abordagens teóricas para compreender essas dinâmicas.

Dessa forma, analisar os conceitos sobre a *mestiçagem* nos territórios de fronteira torna-se desafiador, considerando a ampla abordagem, assim como a própria maneira dos fronteiriços estabelecerem relação com a sua própria identidade. Descrevendo a identidade sob a concepção de Fredrik Barth (1998), Silvio Antônio Colognese (2012, p. 146/147) a supõe como uma construção realizada pelos grupos, por meio de classificações distintivas entre si. As características não são definitivas e tampouco levam em consideração apenas raízes culturais como determinantes. Dessa forma, ele classifica as identidades em em autoidentidade (definida por si mesmo) e a heteroidentidade (como os outros te definem).

A teoria de estudos de migração (proposta, entre tantos autores, por Moreira e Borba) analisa a fronteira com foco na imigração e as influências nos movimentos populacionais, gerando o processo de miscigenação, que consiste na mistura de etnias humanas (Moreira; Borba, 2021). Nesse mesmo sentido, Nuno Medeiros e Teresa Denis (2019) afirmam que a imigração promove a mestiçagem da população de modo que as linhas de fronteira, estabelecidas como locais de passagem e trânsito, promovem em seus territórios a mistura das etnicidades que agenciam a multiculturalidade e interculturalidade e, de igual modo, evidenciam o contraste ou antagonismo social presentes, assim como as estruturas de hegemonização sobre as minorias.

Os movimentos migratórios ocorrem por vários motivos, em especial por mudanças econômicas e sociais, tendo em vista que são marcados pela busca de melhor qualidade de vida e pela fuga das violações aos direitos humanos. No Brasil, dispõe-se de legislações para

regulamentação do processo migratório com normatização dos direitos e deveres, assim como a mais recentemente Lei de imigração n. 13.445 de 24 de maio de 2017 (BRASIL, 2017)².

A mobilidade e os intercâmbios culturais resultam em identidades menos fixas, e Canclini observa o exemplo do estado da Califórnia, nos EUA, onde a diversidade de imigrantes redefine constantemente a vida social. A vida na pós-modernidade é caracterizada por uma constante transição e intercâmbio, onde identidades são mais fluidas e baseadas em movimentos e contratos sociais (Canclini, 1989, p. 224).

O autor destaca um preconceito estabelecido em regiões fronteiriças, evidenciando como são reforçados apenas aspectos ruins, sem mencionar o desenvolvimento e interação desses territórios. Cidades fronteiriças como Tijuana exemplificam essas mudanças. Originalmente conhecida por sua proximidade com os EUA para atividades ilícitas, a cidade se modernizou com fábricas, hotéis e centros culturais, refletindo uma mistura cosmopolita e contraditória de influências culturais. A vida em Tijuana, com seus fluxos contínuos de pessoas e bens entre México e Estados Unidos, representa um laboratório da pós-modernidade (Canclini, 1989, p. 293/294).

Aplicando como exemplo o território escolhido para esta pesquisa, Brasil e Paraguai tiveram uma expansão comercial a partir do acordo do MERCOSUL em 1991, que buscava a expansão econômica (Bühning, 2012; Eikea & Rizzoto, 2020). Essa expansão pode ser vista principalmente em pequenas cidades, como no caso das cidades gêmeas de Sete Quedas, no estado de Mato Grosso do Sul, e Pindoty Porá município do Paraguai.

Canclini destaca ainda a expansão dos gêneros impuros, sendo classificado como outra dimensão da hibridação. Observa-se que na literatura, na música, e em outras formas de arte, há uma crescente mescla de estilos e influências que desafiam as categorizações tradicionais.

Las hibridaciones descritas a lo largo de este libro nos hacen concluir que hoy todas las culturas son de frontera. Todas las artes se desarrollan en relación con otras artes: las artesanías migran del campo a la ciudad; las películas, los videos y canciones que narran acontecimientos de un pueblo son intercambiados con otros. Así las culturas pierden la relación exclusiva con su territorio, pero ganan en comunicación y conocimiento. (Canclini, 1989, p. 325-326)³.

² Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

³ As hibridizações descritas ao longo deste livro nos levam a concluir que hoje todas as culturas são limitrofes. Todas as artes se desenvolvem em relação a outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; Filmes, vídeos e músicas que narram eventos de um povo são trocados com outros. Dessa forma, as culturas perdem sua relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (Canclini, 1989, p. 325-326). (tradução própria)

Este fenômeno é um reflexo das interações interculturais e da influência dos meios de comunicação de massa.

Canclini (1989, p. 264/265) destaca também que as tecnologias de comunicação modernas, como a televisão e a internet, desempenham um papel crucial na disseminação e transformação das culturas híbridas. A *teleparticipação* redefine o espaço público e o privado, onde a informação e as experiências culturais são mediadas eletronicamente, influenciando tanto a produção quanto o consumo cultural.

Para Canclini, as transformações culturais e as formas de organização social são influenciadas pela modernidade e pós-modernidade, onde as narrativas hegemônicas e subalternas se entrelaçam e reconfiguram constantemente, considerando que a relação entre cultura e poder definem a organização (1989, p. 323/324).

Canclini cita Norbert Lechner, em seus estudos sobre a vida cotidiana urbana, e observa que a esfera pública na modernidade não é mais o espaço de participação racional como descrito por Habermas⁴. A subjetividade e a identidade cultural manifestam-se cada vez mais em espaços privados, refletindo as mudanças nas dinâmicas de poder e comunicação (Canclini, 1989, p. 266).

Observa-se na pesquisa de Canclini (1989, p. 297), a importância dos contatos interculturais e a vida da fronteira como elemento principal para sua autodefinição, com uma profunda reflexão sobre a identidade cultural da cidade, em sua natureza fronteira e intercultural. Outro autor que analisa essa questão é Stuart Hall. Discutindo a dialética das identidades o autor destaca

A categoria da identidade não é, ela própria, problemática? É possível, de algum modo, em tempos globais, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral? A continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais. (Hall, 2004, p. 84).

A linguagem também desempenha um papel crucial na expressão da identidade multicultural de regiões fronteiriças, e no caso desta pesquisa temos o Espanhol, Português e o Guaraní. Como citado por Canclini, na cidade de Tijuana, vemos o uso do espanhol, inglês e línguas indígenas em diferentes contextos sociais. A ambivalência linguística reflete a complexidade das interações culturais na cidade, onde o espanhol e o inglês coexistem de

⁴ Jürgen Habermas, estudou a autonomia cultural como um componente definidor da modernidade em sociedade. Significa que a modernidade reúne a racionalidade (Canclini, 1989, p. 33-35) (tradução própria)

forma "natural" em espaços públicos, como rádio, televisão e publicidade urbana (1989, p. 299). O autor aponta também como essa diversidade cultural também pode levar a conflitos e preconceitos, especialmente em um contexto de competição profissional e disputas pelo poder local (1989, p. 339).

Canclini destaca a importância das práticas culturais como atuações simbólicas, que representam e simulam ações sociais, mas nem sempre operam como intervenções efetivas nas estruturas materiais da sociedade (1989, p. 326/327). Isso sugere uma compreensão mais ampla das práticas culturais, além de simplesmente avaliá-las por sua capacidade de gerar mudanças imediatas e verificáveis, apontando para as complexidades das relações entre cultura, poder e política na sociedade.

Sobre o conceito de mestiçagem, Rita Segato (2021) faz uma análise crítica das dinâmicas sociais e políticas na América-latina, evidenciando as desigualdades, injustiças e as relações de poder, com uma crítica ao pensamento marxista, afirmando não ser possível tratar como *classes sociais* questões ligadas a raça: “*Como classe não “vê” raça*” (Segato, 2021, p. 264), pois a teoria das classes sociais não basta para compreender os fatores que sustentam a desigualdade social na América Latina.

Com a miscigenação dos povos em territórios fronteiriços, novamente, vê-se reforçada a ideia de invisibilidade e o apagamento das classes que são questionadas por Anibal Quijano, como aponta Rita Segato (2021, p. 264), quando cita o colonialismo, assim como questionamentos sobre a miserabilidade acarretada pelo capitalismo.

A tentativa de apagamento ou homogeneização dos mestiços permite um comparativo, não em dimensão histórica e cultural do que foi todo processo e genocídio do período de escravidão, mas do próprio apagamento da mulher negra, no âmbito do feminismo e dos movimentos negros, conforme descrito por Lélia Gonzalez:

Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. Temo um exemplo de definição do feminismo: consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada” (Gonzalez, 2011, p. 13).

A reflexão do apagamento vem do *não-pertencimento*, não se identificar ou ver suas questões sociais defendidas. As pessoas em busca de acesso à documentação, estrangeiro, mestiço ou migrante no Brasil, sofrem com o apagamento da raça ou etnia, tendo em vista a

homogeneização da sociedade. Pensar a América Latina é complexo e necessário, pois envolve a colonização europeia, a escravidão africana e a miscigenação cultural (Gonzalez, 2011).

Dessa forma, fronteira e miscigenação são complementos e produtos da interação e movimentos populacionais, controlados pelo capitalismo e como modo de produção do sofrimento psíquico do povo e as relações de poder. Segato reforça o conceito estabelecido por Anibal Quijano, de que a mestiçagem foi um mecanismo de dominação colonial que perpetuou hierarquias raciais e sociais (Segato, 2021).

No que se refere às origens da mestiçagem no Brasil, Beneduzi (2015, p. 446) considera que o processo de mestiçagem teve início com o descobrimento do Brasil em 1500, e aponta dois momentos de maior relevância. O primeiro, quando houve a colonização com a domesticação dos mestiços dentro da cultura europeia. O segundo, com uma visão positiva da mestiçagem, pensada para ser uma raça mais forte. Beneduzi traduz em seu texto a visão de Gabriela Amistral, que aponta para a transformação nas décadas de 1920 e 1930, com novo olhar para o latino-americano híbrido, discussões intelectuais acerca da mestiçagem e a perda da influência europeia, “Esta perspectiva pode emancipar a valência positiva do termo mestiço do lugar negativo (ou do não-lugar) em que foi colocado pelo estado oligárquico: entre a invisibilidade e o sinônimo de degeneração” (Beneduzi, 2015, p. 450).

Não há como discutir sobre invisibilidade da população, sem discutir a desigualdade econômica e social existente. Para Alves e Francisco (2009), discutir, repensar e desconstruir, entre outras formas, os temas ligados a fatores originários da produção humana, torna-se indispensável discussões sobre o psicossocial, pois, o mesmo tem como pressuposto a historicidade dos processos de construção social, histórica, cultural e biológica. (Alves, Francisco, 2009).

Na perspectiva de Gloria Anzaldúa, temos o pensamento de como se constitui o próprio ser humano, não apenas a fronteira física, mas pensando em cor, sexualidade e identidade (Palmeira, 2020). Complementando a questão, Palmera comenta que “Anzaldúa vai além e não põe em jogo apenas as categorias que envolvem as fronteiras. Ela adiciona a problemática às questões de gênero, de sexualidade, além das de raça e etnia” (2020, p. 3/4). Definindo a fronteira, não apenas como barreira física, mas como espaços de constante trânsito e transformação identitária.

Observa-se a vivência da autora chicana em sua própria escrita, considerando ter crescido entre duas culturas, descrevendo sob sua visão de mundo as tensões em viver na fronteira (Palmeira, 2020). Anzaldúa representou o hibridismo não apenas como uma mistura

de culturas, mas como uma forma de resistência e resiliência. Ela reivindicou suas múltiplas identidades como uma forma de sobreviver em um mundo que frequentemente tentava apagá-las.

[...]Meu rotular a mim mesma é para que a Chicana e lésbica e todas as outras pessoas em mim não sejam apagadas, omitidas, ou assassinadas. Nomear é como eu faço minha presença conhecida, como eu afirmo quem e o que eu sou e como quero ser conhecida. Nomear a mim mesma é uma tática de sobrevivência. (Anzaldúa, 2009, p. 164, citado por Palmeira, 2020, p. 7).

Para Anzaldúa, ser uma chicana significava resistir às opressões de gênero, classe e raça em uma sociedade patriarcal e colonial. Ela desafiou os estereótipos e construiu uma narrativa de resistência, rejeitando as fronteiras impostas e abraçando sua própria complexidade.

Lara Palmeira (2020, p.17) destaca como Anzaldúa utiliza uma linguagem híbrida para expressar essa experiência, mesclando inglês, espanhol e até mesmo expressões indígenas, “[...] o discurso híbrido se define como uma das suas principais marcas na tentativa de criar um novo idioma: a linguagem das Borderlands”, criando assim uma nova forma de expressão que reflete a realidade da mestiza, aqueles que vivem nas fronteiras culturais.

A ideia de mestiçagem é central em sua obra, não apenas como uma mistura de raças, mas como uma fusão de culturas, línguas e identidades. A mestiza, para Anzaldúa, está em constante estado de transformação e resistência, navegando entre diferentes mundos e desafiando as categorias estabelecidas.

Como se pode perceber, o conceito de fronteira é fundamental no pensamento de Anzaldúa na elaboração de sua teoria da identidade, já que a fronteira, tanto geográfica quanto identitária, é parte integrante da própria autora, de sua vida, seu trabalho e sua relação com o mundo.

Sobre essa relação fronteira-identidade, Lobo acrescenta:

[...] Anzaldúa crê que os dois conceitos de fronteira – geográfica e identitária – são intrínsecos à sua identidade e à de todos os chicanos, impondo a sua presença eternamente, não apenas porque vive na fronteira geográfica, mas ainda porque a colisão das várias culturas presentes neste espaço é sinônimo de pressão para escolher uma delas e para se definir em termos dogmáticos: anglo-americana, mexicana ou índia. Neste contexto, a fronteira geográfica não é apenas parte da história dos chicanos, mas também do seu cotidiano, convertendo-se na metáfora escolhida pela autora para designar a experiência do seu povo. (LOBO, 2015, p. 99-100)

Ana Cristina dos Santos (2013) destaca como a obra de Anzaldúa permite uma análise das fronteiras não apenas como barreiras físicas, mas como espaços de constante trânsito e transformação identitária. Santos (2013) comenta como Canclini (2008) descreve a hibridação como processos socioculturais onde práticas e estruturas discretas se combinam para criar novas formas. A fronteira, portanto, é um lugar privilegiado para esses processos, onde a identidade não é fixa, mas continuamente remodelada.

Anzaldúa rejeita a categorização fixa e monocultural, promovendo uma identidade mestiça que incorpora elementos diversos e múltiplos. Ao desarticular as categorias de gênero, orientação sexual, etnia e raça, sua narrativa reflete a complexidade e a fluidez da identidade na fronteira. A cultura não é vista de maneira hierárquica (dominador vs. dominado), mas como um conjunto plural de práticas e significados em constante interação e transformação (Santos, 2013, p. 2, *apud* Ávila, 2005).

Santos (2013, p. 6) destaca como Gloria Anzaldúa produz testemunho poderoso da capacidade de resistência e transformação dos sujeitos fronteiriços. Sua abordagem híbrida e a ressignificação das identidades marginalizadas oferecem uma nova perspectiva sobre a mestiçagem e a identidade na contemporaneidade. A fronteira, como espaço de hibridação e constante negociação identitária, torna-se um lugar de potencial e de emergência de novas subjetividades. Anzaldúa nos lembra que a identidade é sempre um processo em construção, refletindo as múltiplas intersecções e complexidades da experiência humana, assim como Stuart Hall diz:

... pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal têm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares, pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias "casas" (e não a uma "casa" particular). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural "perdida" ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas. A palavra "tradução", observa Salman Rushdie, "vem, etimologicamente, do latim, significando 'transferir'; 'transportar entre fronteiras'. (Hall, 2004, p. 88-89).

Observa-se ainda, como as escritoras latino-americanas, especialmente aquelas de origem étnica mista, exploram a noção de hibridez étnica em suas obras, destacando a dupla colonização que enfrentam - como mulheres e como pertencentes a grupos étnicos mistos.

Suas obras enfatizam essa dupla colonização: ser sujeito mulher e mestiço. Temas que não podem ser separados do universo social em que vivem. Por isso, muitas das autoras mestiças se engajam nas questões político-sociais, unindo discurso literário e militância política em seu próprio país ou fora dele. (Santos, 2013, p 8).

Santos defende ainda que a identidade mestiça não se encaixa em categorias fixas de raça ou etnia, mas é construída nos interstícios entre diferentes culturas e experiências. Destacando o papel da linguagem na construção identitária e na resistência cultural, especialmente em contextos fronteiriços, Santos (2013, p. 8) enfatiza que a obra de Anzaldúa representa uma forma de resistência simbólica, ao buscar compreender e evidenciar as experiências dos sujeitos fronteiriços. Nesse sentido, a autora argumenta que a produção de Anzaldúa contribui para a construção de uma identidade consciente de sua hibridez, atuando em contraposição às estruturas de poder hegemônicas (Santos, 2013, p. 20). Por fim, a autora frisa como Anzaldúa defende a linguagem como instrumento fundamental na luta por uma identidade própria e na resistência às estruturas de poder dominantes, especialmente nas comunidades fronteiriças chicana (Santos, 2013, p. 20).

1.2 – Mestiçagem no Paraguai

Nesta seção veremos como se deu o processo de mestiçagem no Paraguai e, infelizmente, a possível comparação com o processo de apagamento e homogeneização que ocorreu com a colonização do Brasil, considerando que os colonizadores apresentarem características de dominação em razão do poder e se utilizaram de discursos patriarcais para se apropriar dos territórios, por meio da submissão ou da escravidão. A América foi palco de violências encobertas por falas de descobrimento, desenvolvimento e mestiçagem dos povos, quando na verdade o único objetivo dos colonizadores era expropriar esses povos sob a subordinação do patriarcado, e sob a dominação e a exploração do capitalismo.

É possível observar também as discussões realizadas sob o ponto de vista dos guaranis, como no caso do autor Marcelo Bogado, que busca a existência ou não dos caciques com base nas fontes históricas escritas pelos colonizadores. Embora este não seja o objeto desta pesquisa, o texto de Bogado ajuda a apresentar a história do ponto de vista dos

colonizados e mestiços. O autor realiza uma análise dos textos escritos por Miguel Chase-Sardi, reconhecido antropólogo paraguaio com pesquisas sobre a vida e os direitos coletivos dos povos indígenas.

A mestiçagem é característica central na identidade do Paraguai, considerando a mescla de racial, cultural, linguística e social presentes. Segundo Bogado (2018, p. 63) a narrativa oficial sobre as origens da nação paraguaia, foi moldada pela ideologia da mestiçagem hispano-guarani, promovida pelos intelectuais paraguaios da geração de 1900. Essa versão sustenta que o Paraguai se formou a partir do encontro e mistura entre os conquistadores espanhóis e as mulheres guaranis. Essa mestiçagem é apresentada como um processo harmônico e positivo que deu origem a uma nova identidade nacional da qual se orgulhar, ocultando assim os aspectos negativos do passado colonial do Paraguai.

Bogado (2018) dedica um capítulo especial no livro *El Pensamiento Y la Lucha* para analisar os fatos em três partes, a saber: a primeira com a versão mestiçagem hispano-guarani, a segunda com visão dos Cacique Paragua e do Cacique Guairá, e a terceira parte uma comparação entre eles.

Bogato também aponta que a colonização espanhola no Paraguai começou com a expectativa de encontrar riquezas fabulosas, inspirada por lendas sobre a Serra da Prata. Pedro de Mendoza e seus homens fundaram o primeiro assentamento espanhol no território, que daria lugar à primeira mestiçagem hispano-guarani. Os registros desses primeiros encontros, como os relatos de Ulrico Schmidl⁵ apontam, descrevem como os confrontos iniciais entre espanhóis e os Cario Guarani se transformaram em alianças mediante a troca de mulheres e bens (Bogado, 2018 p. 65).

O autor cita ainda Garay Blas, em *Breve resumen de la historia del Paraguay*.

La colonización por parte de los españoles del territorio que más tarde sería conocido como Paraguay comienza con la ilusión de encontrar una tierra llena de riquezas, según leyendas recogidas por exploradores y náufragos europeos, cuya ilusión daría nombre a la desembocadura del río Paraná como *Río de la Plata* (Bogado, 2018, p. 64)⁶.

Bogado (2018, p. 66) aponta que essa mestiçagem foi idealizada pelos intelectuais paraguaios do século XX, que a apresentaram como o fundamento da nação paraguaia, e cita

⁵ Ulrico Schmidl, *Derrotero y viaje a España y las Indias*, Bs. As, 1947, pp. 57-58 (Bogado, 2018 p. 65).

⁶ A colonização pelos espanhóis do território que mais tarde seria conhecido como Paraguai começou com a ilusão de encontrar uma terra cheia de riquezas, segundo lendas coletadas por exploradores e náufragos europeus, cuja ilusão daria nome à foz do rio Paraná como Rio da Prata (Bogado, 2018, p. 64). (tradução própria)

ainda Natalicio González, em sua obra *Proceso y formación de la cultura paraguaya*, que descreve essa união como uma síntese racial e cultural que criou uma nova humanidade tipicamente americana, combinando as virtudes dos espanhóis e dos guaranis.

No entanto, essa visão idealizada oculta a realidade da dominação colonial e da exploração dos indígenas, tendo em vista que, durante a época colonial, os guaranis foram submetidos aos Jesuítas, enquanto outros se refugiaram nas selvas, mantendo-se fora do controle colonial. Estes últimos são os ancestrais dos guaranis atuais, que têm sido repetidamente deslocados ao longo da história.

Durante la época colonial la población guaraní que se encontraba en el Paraguay se dividió en tres grupos. Una parte fue sometida al sistema colonial español a través del sistema de las encomiendas. Los mismos pasaron a habitar en los pueblos de indios. Otra parte se vio sometida al sistema de las reducciones de los jesuitas. Un tercer grupo estaba conformado por los Guaraní monteses, Cainguás o Ka'aguy gua, quienes se mantuvieron al margen del sistema colonial y habitaron las selvas[...] (Bogado, 2018, p. 66)⁷

Bogado também expõe em sua obra o processo de apagamento de uma etnia e tentativa de homogeneização, considerando que o mestiço hispano-guarani, apresentado como um *espanhol* durante a colônia, renegava sua herança indígena e se beneficiava da exploração da mão de obra guarani. Esse processo de idealização da mestiçagem serviu para consolidar uma identidade nacional que excluía e marginalizava os indígenas, ao mesmo tempo em que glorificava uma versão harmoniosa e benéfica do passado colonial.

Além disso, Bogado (2018, p. 71) também apresenta a versão de Miguel Chase-Sardi, sobre as narrativas orais dos guaranis, particularmente dos Mbya, que contam uma história diferente sobre o encontro com os espanhóis. Segundo essas versões, existiam dois grandes caciques: Guairá, que resistiu à invasão espanhola, e Paragua, que fez um pacto com os invasores e entregou suas mulheres, “...sobre la historia del Cacique Guairá y del Cacique Paragua, recogida entre los Mbya, se presenta al primero como quien resistió a los españoles y al segundo como quien pactó con los mismos, entregándoles sus mujeres” (Bogato, 2018, p. 72). Os Mbya se consideram descendentes de Guairá, simbolizando resistência e pureza cultural, enquanto os paraguaios são vistos como descendentes de Paragua, representando a colaboração e a mestiçagem forçada.

⁷ Durante a era colonial, a população guarani no Paraguai foi dividida em três grupos. Uma parte foi submetida ao sistema colonial espanhol através do sistema de encomienda. Eles começaram a viver nas aldeias indígenas. Outra parte foi submetida ao sistema de reduções dos jesuítas. Um terceiro grupo era formado pelos Guaraní Monteses, Cainguás ou Ka'aguy gua, que permaneceram à margem do sistema colonial e habitaram as selvas [...] (Bogado, 2018, p. 66). (tradução própria)

En varias oportunidades hemos escuchado de boca de indígenas Mbya esta historia, narrada de forma espontánea, en donde la idea central era que los Mbya son los descendientes del Cacique Guairá, mientras que los paraguayos lo son del Cacique Paragua, siendo la idea principal que se quería transmitir que cada grupo forma parte de naciones distintas, con orígenes distintos (Bogado, 2018, p. 63).⁸

Essas histórias são transmitidas oralmente desde pelo menos a década de 1950, e variam entre os diferentes grupos guaranis do Paraguai, Argentina e Brasil. As versões coletadas por pesquisadores e através de entrevistas com indígenas Mbya sublinham a distinção entre as nações e origens diferentes dos guaranis e dos paraguaios.

É fundamental na concepção deste trabalho apresentar e fazermos referências aos trabalhos que apresentem versões da mestiçagem com as narrativas guaranis que oferecem perspectivas contrastantes sobre o passado e a identidade nacional paraguaia. Como defende Bogado “[...]pueden ser comprendidos más que como relatos de hechos históricos que realmente sucedieron como casos de memorias subalternas, las cuales les ofrecen una interpretación alternativa de la historia oficial contada por aquellos que los oprimieron (y lo continúan haciendo)” (2018, p. 79). Considerando que narrativa da mestiçagem hispano-guarani busca criar uma identidade unificada e gloriosa, enquanto as histórias guaranis ressaltam a resistência e as experiências diversas frente à colonização.

A idealização da mestiçagem hispano-guarani tem sido uma ferramenta poderosa para forjar uma identidade nacional paraguaia baseada na suposta harmonia e superioridade da mistura cultural. No entanto, essa narrativa ignora e marginaliza as experiências e perspectivas dos povos indígenas, que continuam enfrentando desafios significativos na luta pelo reconhecimento e pelos direitos.

Bartolomeu Melià e Ignacio Telesca (1997) destacam como

El presidente Carlos Antonio López a través del tristemente famoso Decreto del 7-X-1848 suprimió la institución del táva comunal, declarando extinta la “comunidad”, lo que permitía al Estado apropiarse y disponer de las tierras de “los 21 pueblos de indios”, a quienes se concedía –por irónico trueque– la ciudadanía... (Melià; Telesca, 1997, p. 89)⁹

⁸ Em várias ocasiões ouvimos essa história da boca dos índios Mbya, narrada espontaneamente, onde a ideia central era que os Mbya são descendentes do Cacique Guairá, enquanto os paraguaios são descendentes do Cacique Paragua, a ideia principal é que cada grupo faz parte de diferentes nações, com origens diferentes (Bogado, 2018, p. 63). (tradução própria)

⁹ O presidente Carlos Antonio López, por meio do tristemente famoso Decreto de 7 de outubro de 1848, suprimiu a instituição da tava comunal, declarando extinta a "comunidade", o que permitia ao Estado se apropriar e dispor das terras das "21 aldeias indígenas", a quem foi concedida a cidadania – por escambo irônico

Os autores evidenciam também a discriminação aos povos indígenas na atribuição de uma única identidade a toda população paraguaia, “..., negaba por vía de derecho positivo la realidad pluriétnica del Paraguay.” (Mélia; Telesca, 1997, p. 90).

Melià e Telesca (1997, p. 89) destacam como “La actual situación jurídica de los indígenas se conformó sobre todo a partir del siglo XIX”. Para tanto, Bogado (2018, p. 86) afirmar a necessidade de se reconhecer e valorizar as histórias e a resistência dos povos guaranis, para uma compreensão mais completa e justa do passado paraguaio. Ao incorporar essas narrativas, pode-se avançar em direção a uma identidade nacional que reconheça a diversidade e as complexidades históricas, promovendo assim uma reconciliação mais autêntica e respeitosa.

Observa-se como a cultura é objeto para caracterização das comunidades e de intensa luta contra as pressões e exclusão das diversidades culturais, como o apagamento e a homogeneização das populações. Como publicado por El Centro de Documentación e investigaciones del Centro de Artes Visuales/Museo del Barro (C.D.Í.), organizado pelo autor Guillermo Sequera:

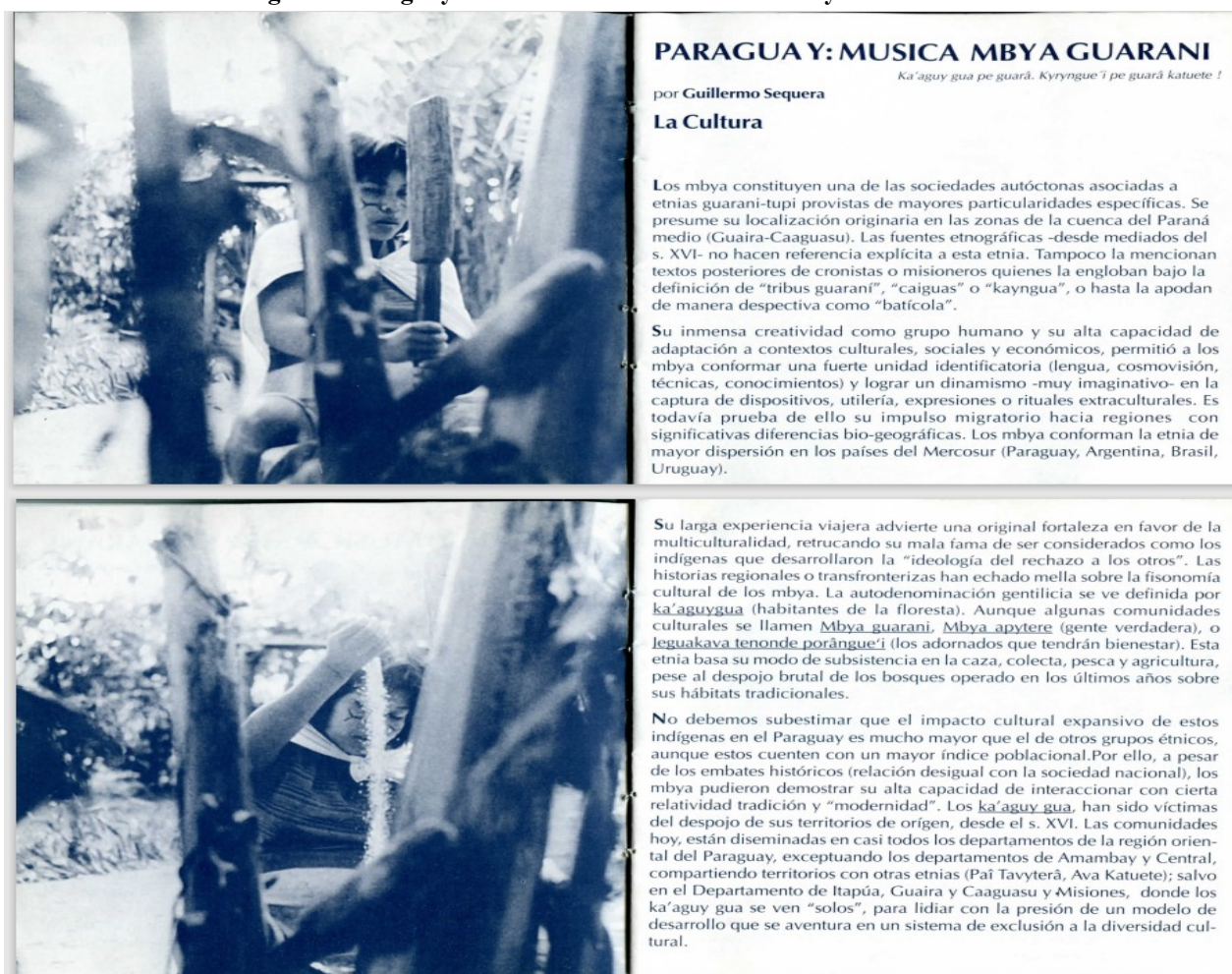
Con uno de sus objetivos en la recolección y difusión de expresiones de culturas rurales e indígenas de Paraguay, esta misma preocupación llevó al Museo del Barro a editar un trabajo anterior de Sequera: la grabación de música de la Banda "Peteke-Peteke" de Yaguarón. A través de estas publicaciones, se busca asegurar un espacio para las voces distintas y promover un mejor conocimiento de la pluriculturalidad de Paraguay. (SEQUERA, (n.d.))¹⁰

A figura 1 mostra um livreto que pertence a um álbum de música Mbya Guarani.

– ... (Mélia; Telesca, 1997, pág. 89). (tradução própria)

¹⁰ Com um de seus objetivos na coleta e divulgação de expressões das culturas rurais e indígenas no Paraguai, essa mesma preocupação levou o Museo del Barro a publicar uma obra anterior de Sequera: a gravação de música da Banda "Peteke-Peteke" de Yaguarón. Por meio dessas publicações, busca garantir um espaço para diferentes vozes e promover um melhor conhecimento do multiculturalismo do Paraguai. (SEQUERA, (nd)). (tradução própria)

Figura 1 Paraguai: livro do álbum de música Mbya Guarani



Fonte: Museo del Barro. Disponível em: www.museodelbarro.org.

Ainda sobre as histórias envolvendo os caciques Guairá e Paragua, Bogato (2018, p. 66) também acrescenta a visão de intelectuais como Natalicio González, que visava o estudo da formação cultural paraguaia se debruçando em figuras históricas, como esses caciques. O autor enfatiza também que essas histórias, apesar de frequentemente misturarem-se entre a realidade e a mitologia, são fundamentais para compreender a resistência indígena e a formação da identidade cultural paraguaia.

Frequentemente mencionado em conjecturas etimológicas sobre a origem do nome "Paraguay". Vários autores, incluindo Gandia, propuseram que o nome do país poderia derivar de um cacique com esse nome, embora essa hipótese seja baseada em fontes posteriores e especulativas (Bogado, 2018, p. 68).

Para Bogado, a dualidade entre Guairá e Paragua reflete a complexidade das interações entre indígenas e colonizadores. Enquanto Guairá simboliza a resistência e a manutenção da identidade cultural guarani, Paragua representa a colaboração e as

consequências da mestiçagem. Esses personagens são centrais na compreensão da formação cultural paraguaia, destacando a resistência indígena e as adaptações forçadas pelas circunstâncias históricas.

León Cadogan e outros antropólogos como Miguel Chase-Sardi documentaram várias versões dessas histórias entre diferentes grupos guaranis, como os Mbya, Ava (Chiripá) e Paĩ Tavyterã. Essas versões variam, mas geralmente enfatizam a resistência de Guairá e a colaboração de Paragua, cada uma refletindo as experiências e perspectivas dos grupos que as contam (Bogado, 2018, p. 76).

Frisa-se a importância de se analisar os relatos, como sobre os caciques Paragua e Guairá, nos quais os entrevistados fornecem uma visão rica e complexa da história guarani, onde se entrelaçam mitos, memórias e fatos históricos. Esses relatos não são apenas narrações de eventos passados, mas também ferramentas para a afirmação da identidade e resistência cultural dos povos guaranis (Bogado, 2018 p. 86).

Bogado afirma como esses relatos, coletados em diversas ocasiões e lugares, mostram como a história oral preserva a memória coletiva guarani, muitas vezes em oposição à história oficial. A narrativa sobre o Cacique Paragua, que morreu lutando contra os espanhóis, e seus descendentes mestiços, contrasta com a resistência do Cacique Guairá e sua comunidade (Bogato, 2018, p. 63-64).

No desenvolvimento deste trabalho foi realizada a busca de campo na cidade de Corpus Christi e Pindoty Porã, a fim de identificar os momentos marcantes, assim como a origem das cidades, para assim analisar memórias e relatos, assim como documentos que forneçam a identidade desses territórios. Foi possível observar também trabalhos já antes realizados nesses territórios, como também em cidades gêmeas¹¹ nestes mesmos aspectos. Entretanto, para fins de realização deste trabalho, apresento a preocupação em transmitir a história dessas cidades por meio dos relatos e documentos fornecidos pela população da qual são formadas essas cidades e na qual descrevemos aqui.

Com grande respeito e admiração ouvi as histórias e memória dos moradores, fundadores e figuras públicas da localidade. Claro que contei com uma querida e prestativa tradutora, que é mestiça, pois sua mãe é de nacionalidade Paraguaia e o pai Brasileiro. Infelizmente, não domino a língua espanhola, como tão pouco tenho noção da língua Guarani.

¹¹ *As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai / The weapons of the weak: identity strategies, tactics and impact on the dynamics of health access in the Brazil/Paraguay border.* (Nascimento & Andrade, 2021).

Pedimos desculpas antecipadas aos possíveis e futuros leitores Paraguaio, haja vista que no texto não haverá transcrições ou um mínimo considerável de informações em sua língua.

Na busca por não perder nenhuma informação, todas as conversas foram gravadas, não foram realizadas as transcrições, em função do demasiado tempo gasto e do extenso material coletado. Dessas entrevistas, foram recortados alguns trechos, traduzidos e inseridos na pesquisa, os áudios encontram-se arquivados na íntegra. Foi possível identificar, por meio das entrevistas, uma população que manifesta orgulho por sua nação e por episódios marcantes de sua história. Compreender essas narrativas ultrapassa o reconhecimento e a valorização da cultura de comunidades vizinhas, constituindo-se como uma oportunidade de visibilizar expressões culturais e sociais frequentemente marginalizadas pelos processos de estratificação social.

1.3 – Mestiçagem no Brasil

Para o que pretendemos desenvolver nesta pesquisa, é necessário levar em consideração também o conceito de mestiçagem no Brasil, considerando que o objeto de pesquisa propõe analisar a mestiçagem no território fronteiriço, assim como observar a construção histórica e os relatos desse processo. A mestiçagem, conceito central na formação identitária brasileira, emerge como um elemento essencial na análise da antropologia do país. Lília Moritz Schwarcz, professora titular da Universidade de São Paulo, explora o mito das três raças no Brasil: preto, branco e amarelo, analisando os atravessamentos na construção histórica e social que moldaram a identidade nacional.

A mestiçagem no Brasil não é apenas uma realidade biológica, mas uma construção ideológica que tem sido reinterpretada ao longo dos séculos. Desde os primeiros relatos coloniais, a percepção sobre as raças e sua interação foi evoluindo. Schwarcz, destaca como no século XIX, o pessimismo racial, impulsionado pelas teorias deterministas, via na miscigenação um caminho para a degeneração, “[...]não haveria futuro para um país de “raças cruzadas como o nosso”, e definitivamente “degenerado”. (Schwarcz, 2012, p. 48). Entretanto, figuras como Gilberto Freyre, na década de 1930, transformaram essa visão, promovendo a ideia de uma "democracia racial", onde a miscigenação era vista como um elemento positivo, capaz de unificar o país (Schwarcz, 2012, p. 48).

A relação entre cor e status social no Brasil é um fenômeno complexo e dinâmico. A autora cita os viajantes Saint-Hilaire e Rugendas, no século XIX, que observaram como a cor da pele podia ser reinterpretada de acordo com a posição social e o poder. Essa negociação da

cor persiste até os dias atuais, Schwarcz, cita como exemplo o relato de uma professora universitária que, ao se declarar negra, “[...] Foi, então, prontamente contrariada pelo seu entrevistador que reagiu: “– ora, muito bem a senhora é professora universitária ou muito bem é negra. Os dois juntos... não pode ser”!” (Schwarcz, 2012, p. 49). A *raça social*, como descreve Schwarcz, é um reflexo das disparidades socioeconômicas e da fluidez dos critérios de classificação racial no Brasil.

A mestiçagem no Brasil é um tema carregado de complexidade e ambivalência. Enquanto alguns veem nela uma fonte de identidade e orgulho nacional, outros apontam para as desigualdades e injustiças raciais que persistem.

Há, antes de mais nada, o orgulho da ascensão social e de uma certa superação do preconceito, ao menos a nível individual. Raça aparece aqui como um marcador social de diferença, mas associado a outro marcador: classe social. (Schwarcz, 2012, p. 50).

O mito das três raças mestiçadas, analisado por Lilia Moritz Schwarcz, revela como a história e os discursos sobre raça no Brasil são construções dinâmicas, refletindo as tensões e contradições de uma sociedade em constante transformação.

A autor cita Oracy Nogueira, para quem a cor da pele é definida mais por critérios externos e contextuais do que por herança biológica (Schwarcz, 2012, p. 52). Observa-se ainda, que, diante da variação de cores como classificação a autora expõe que:

O jogo da favela de Heliópolis é um bom pretexto para entender a discrepância anotada, por vários autores, entre a classificação do censo, e os resultados, por exemplo, da Pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad), realizada em 1976. Diferente do censo, quando a cor é atribuída pelo pesquisador, nesse caso os brasileiros usaram 136 cores diferentes para se autodefinir, reveladoras de uma verdadeira “aquela do Brasil (Schwarcz, 2012, p. 52).

Schwarcz descreve o Brasil como um arco-íris nacional, não havendo romantização, mas a exposição de como é possível entender padrões de nomeação e na busca pelo branqueamento geral, assim como a reprodução de estereótipos, “Chamam atenção, também, os nomes no diminutivo e no aumentativo: “branquinha, bugrezinha-escura, loirinha e morenã” (Schwarcz, 2012, p. 53). Observa-se ainda, a pureza associada ao branco e seus fenótipos.

O sistema censitário utilizada hierarquia nas classificações para raça e as classifica em Branco, Pardo e Negro, tendo em vista, que a referência ao pardo utilizada pelo (IBGE)

denota as pessoas que se autodeclaram miscigenadas (Ribeiro, 2017, p. 17). Discorrer sobre como os fronteiriços se classificam dentro deste sistema demonstra a complexidade do processo na construção da identidade e na identificação das desigualdades, assim como observou Ribeiro (2017, p. 14) apontando para divergências com classificações ambíguas e de possível divergência de dados sobre as desigualdades econômicas, educacionais, raciais e de classe, motivadas pelo embranquecimento ou escurecimento. “Estudos recentes têm mostrado que a posição dos indivíduos e das famílias na hierarquia de estratificação social afeta sua classificação racial (Schwartzman, 2007; Silva, 1994; Telles, 2002)” (Ribeiro, 2017, p. 14).

Pretendemos citar três momentos da miscigenação no Brasil, os quais consideramos marcantes na transformação sob a concepção de mestiçagem na visão de intelectuais da época. O primeiro momento é marcado pela visão negativa, no final do século XIX, exposto por Schwarcz (2011, p. 86) quando cita Nina Rodrigues, defensor do darwinismo social e Euclides da Cunha, com visões sobre a impossibilidade no cruzamento das raças, defendendo uma possível degenerescência. Num segundo momento, com a abolição da escravidão, observa-se uma “naturalização das diferenças” (Schwarcz, 2011 p. 87), ocorrendo uma fusão entre os pensamentos evolucionista e darwinista, com uma releitura particular no Brasil, designado como miscigenação positiva, “[...] contando que cada vez mais branca” (Schwarcz 2011, p. 88). No terceiro momento, analisamos a citação de Schwarcz (2011, p. 103) sobre Freyre, defensor de que a escravidão no Brasil teria permitido um tipo de convivência e mobilidade social e que a adaptação dos africanos ao Brasil foi completa, tanto do ponto de vista físico quanto social, assim como a escravidão teria facilitado o desenvolvimento de uma sociedade agrária complexa e a miscigenação teria criado uma nova cultura brasileira.

Schwarcz também cita Omar Ribeiro Thomaz, para quem o mestiço é “uma realidade em todos os processos coloniais, do inglês ao belga e ao holandês. A questão não é a existência do mestiço, mas o lugar por ele ocupado na sociedade colonial”. (Schwarcz, 2011, p. 107). Isso demonstra a complexidade das discussões sobre o significado de “favor” apresentado por Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz na década de 1970. Para Franco,

uma vez que as noções de igualdade e de liberdade obscureceriam as verdadeiras relações de dominação, baseadas na troca de favor” para Roberto Schwarz “o “favor” não diluiria a hierarquia – ao contrário a reteria – mesmo porque todos parecem saber e reconhecer a hierarquia, que passa a ser peça internalizada nesse jogo (Schwarcz, 2011, p. 88).

Em outro aspecto do conceito de mestiçagem, apontamos para a visão crítica estabelecida pelo autor Emanuel Mariano Tadei (2002) quando afirma que ao falar em pluralidade étnica, somos automaticamente remetidos aos conceitos de mestiçagem ou miscigenação, nesse sentido, o autor afirma e nega a visão bucólica em ser apenas um processo natural, mas sim um dispositivo de poder incentivador dos problemas raciais e que produziu, por vantagem, e como consequência, a nossa identidade nacional.

O questionamento levantado por Tadei está em porque não ocorreu o mesmo processo de miscigenação em outras colonizações. Conforme o autor:

essa tendência atribuída por Freyre aos portugueses não se aplica aos casos da colonização portuguesa da Índia e da África. Nessas regiões, que apresentaram outras formas de colonização, não ocorreu a mestiçagem como aqui. Se ela fosse uma marca registrada dos colonizadores portugueses, porque não ocorreu também em outras colônias mantidas por Portugal? (Tadei, 2002, p. 3).

Tadei (2002) expõe importante mudança em meados do século XX, uma transformação importante no processo de mestiçagem, ele aponta para essa percepção a partir da década de 1970, mediante uma crise de identidade nacional, firmando que não se trata mais de questões étnicas, mas em dois polos, acerca do nacional e do estrangeiro. Questões sobre a subjetividade dos brasileiros passaram a ser discutidas a partir daí. O autor cita Contardo Calligaris e Octavio Souza, psicanalistas lacanianos, na busca pela solução dos problemas raciais, enfatizando que as questões ligadas a negros e índios foram deixadas de lado, passando como foco questões subjetivas e a uma cultura individualistas (Tadei, 2002, p. 9).

Tadei observa que nesse processo de individualização mediante a industrialização e urbanização no Brasil, o foco passou em solucionar os traços culturais que eram considerados impróprios e incompatíveis com a modernização do país. O autor frisa para o mesmo processo e continuação do dispositivo de poder que

É por isso que afirmo que as análises de Calligaris estão dentro da lógica do dispositivo de mestiçagem. Ao tentar desvendar aquilo que nos afasta da modernização tão almejada, ele propõe a busca de nossas origens européias. Só que isso conduz a um apagamento de nosso passado negro e indígena (Tadei, 2002, p. 10).

É preciso levar em conta essa nova identidade nacional com foco na imigração, assim como Brasil e Paraguai, que passam a exercer os dois polos do processo de colonizado e colonizador, mediante migração e imigração na fronteira. Nesse sentido, José Lindomar C.

Albuquerque cita a professora paraguaia Fernanda Feliú, a respeito de sua visão de uma nova sociedade mestiça e de cultura fronteiriça, com hibridismo do português, espanhol e guarani, e a mistura de diferentes nacionalidades com “filhos mestiços entre brasileiros(as), com ascendência europeia, e paraguaios(as) de origem indígena e espanhola” (Albuquerque, 2009, p. 150).

Finalizamos com uma crítica apresentada por Tadei (2002, p. 12) “Muito tem se falado sobre os problemas identitários dos imigrantes, aos quais é atribuído o sucesso da Psicanálise em nosso país, já que eles teriam encontrado nela uma forma de superação dos mesmos”. A crítica está em, mais uma vez, na tentativa de inferiorizar e nos dirigir ao apelo estrangeiro, passando para uma psicologização dos dilemas sociais. Será que o processo de miscigenação e imigração que ocorreram e ocorrem no território dessa pesquisa, também são objetos desse dispositivo de poder?

CAPÍTULO II – TERRITÓRIO COM MUITAS FRONTEIRAS

Não há como analisarmos a fronteira entre Brasil e Paraguai, que se constitui como objeto de campo desta pesquisa, sem realizar uma breve contextualização dos fatos históricos da Guerra do Paraguai, pois trata-se de um conflito que envolveu profundas implicações econômicas, sociais e políticas para os países da Bacia do Prata. Segundo Doratioto (2002) o conflito teve como causas principais a disputa pela hegemonia regional e o controle de territórios estratégicos.

Albuquerque (2009, p. 138) destaca como, entre os séculos XIX e XX, as discussões eram concentradas em limites, tratados de fronteira e expansão, na busca dos Estados pela demarcação, conquista e direito do território nacional. Entretanto, o autor aponta que neste período desenvolve-se uma maior preocupação antropológica e sociológica, acerca das relações entre essas populações, assim como sobre o outro e o exercício da cidadania. Pensar a fronteira em seus amplos aspectos culturais, simbólicos e sociais. Alburquere descreve que:

Meu intuito é pensar na dinâmica das fronteiras ou fronteiras em movimento em um espaço fronteiro de forte presença de brasileiros e seus descendentes. A proximidade entre os dois países gera intensos fluxos e produz diversas barreiras e travessias que se cruzam e redefinem a compreensão dos limites nacionais. (ALBURQUERE, 2009, p. 138)

Analisando a circulação de pessoas nos territórios fronteiros, observa-se uma complexa questão sobre a imigração e mobilidade social, assim como o processo de transfronteirização presentes nas dinâmicas econômicas e culturais.

Visando uma melhor compreensão do processo de formação desses territórios, elaborou-se uma linha cronológica dos principais acontecimentos até a formação das cidades que foram escolhidas como objetos da pesquisa, e estão dispostas conforme visto na Figura 2.

A história da colonização e dos conflitos na América do Sul é marcada por eventos significativos que moldaram a identidade dos países da região. Em 1530, os colonizadores portugueses iniciaram a colonização do Brasil, enquanto os espanhóis faziam o mesmo no Paraguai. Este proclamou sua independência em 15 de maio de 1811, seguido pela independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, marcando a luta pela autonomia na América Latina. A Guerra do Paraguai teve início em novembro de 1864, quando o Paraguai declarou guerra ao Brasil após a invasão de seu território no Mato Grosso, levando à formação da Tríplice Aliança em maio de 1865, que uniu Brasil, Argentina e Uruguai contra o

Paraguai. O conflito terminou em 1870 com a morte de Francisco Solano López na Batalha de Cerro Corá e a assinatura do Tratado de Paz entre Brasil e Paraguai em 20 de junho do mesmo ano, estabelecendo as condições pós-guerra. Em 1977, a divisão do estado de Mato Grosso resultou na criação do estado de Mato Grosso do Sul, sancionada pela Lei Complementar nº 31 de 1977, refletindo um desejo de desenvolvimento mais equitativo. A instalação oficial do novo estado ocorreu em 1979, com Campo Grande como sua capital. Em 1980, Sete de Quedas foi elevado a município, celebrando sua emancipação política em 13 de maio, juntamente com o "Projeto Integrado de Colonização de Sete Quedas". Por fim, a localidade de Corpus Christi foi oficialmente fundada, com consequente elevação de Pindoty Porã a distrito em 1974.

Figura 2: Linha cronológica do Brasil e Paragua



Fonte: A autora (2024)

Seguindo nossas reflexões a respeito de como as minorias são afetadas nas relações de poder, a teoria pós-colonial demonstra como as consequências do colonialismo e imperialismo ainda afetavam essas minorias, e como elas se reproduzem ainda nos dias atuais, considerando que as fronteiras são construídas e mantidas sob influências coloniais, assim como dinâmicas de dominação nessas regiões. Conforme Benedito-Costa e Grosfoguel (2016), tornou-se evidente a centralidade do conceito de Colonialidade, com a ideia de que racialização consiste na base da acumulação de capital e das relações de poder, ressaltando que a conquista da América é a *primeira fronteira* do sistema mundo moderno, estabelecida pela ideia que defende a *pureza do sangue*, subalternizando os povos indígenas e negros na América-latina. Stuart Hall nos lembra que toda ideia de pureza é uma fantasia:

A ideia de que esses são lugares ‘fechados’ - etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade - é uma fantasia ocidental sobre a ‘alteridade’: uma “fantasia colonial” sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como “puros” e de seus lugares exóticos apenas como ‘intocados. (HALL, 2004, p. 79-80).

O conceito de território é fundamental, considerando que se trata de um conceito relevante dentro das ciências sociais e políticas no âmbito de estudo das áreas fronteiriças, sendo compreendido como uma porção de espaço geográfico delimitado pelas fronteiras. Segundo Scherer (2022), existe o território e o território existencial, pensado pelo método cartográfico no acompanhamento dos processos e demandas na operação da pesquisa geográfica.

Como expõe José William Vesentini (2010) e Ratzel (1897), o território é vital para a sobrevivência de um Estado e precisa de espaço para crescer, assim como um espaço geográfico delimitado por fronteiras, fundamentado pela ciência política. Vesentini ressalta ainda, que, embora muitos refiram-se a Ratzel como criador da geografia política, observam-se inúmeras obras nos séculos XVII e XVIII com o mesmo rótulo da expressão geografia política, e que já abordados por pensadores anteriores, como Lacoste. Contudo, Ratzel realizou uma abordagem do objeto em si, de forma geral, não atentando às particularidades ou especificidades de forma particular.

Em uma visão mais contemporânea, a autora Elisa Pinheiro de Freitas (2014) destaca o território como uma construção social e política, onde as fronteiras são vistas não apenas como linhas de demarcação, sendo que os fluxos de capitais tendem a não respeitar os limites fronteiriços, tendo em vista, a organização das atividades econômicas como zonas de

interação e negociação, o que vai ao encontro de Agnew, para quem as fronteiras são dinâmicas, refletindo mudanças nas relações de poder e nos contextos socioculturais.

De acordo com Ferrari (2014, p. 23, como citado em Silva & Tourinho, 2017, p. 98). “A fronteira possui duas visões científicas bem definidas: “[...]trata da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e [...]trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças”.

Os territórios abordados nesta pesquisa estão localizados na fronteira sul da América Latina, localizadas entre as cidades de Sete Quedas, na região do extremo sul do Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, em fronteira terrestre com Pindoty Porã, que é distrito da cidade de Corpus Christi, no departamento de Canindeyú, no Paraguai. São cidades novas, considerando o longo período de demarcação da fronteira após a Guerra do Paraguai entre os anos de 1864 a 1870.

Para compreender a demarcação das fronteiras pós-Guerra do Paraguai, é essencial analisar os conceitos de geopolítica e territorialidade. A geopolítica, conforme explica Orlando Bispo Santos (2021, p. 122), envolve o estudo das relações internacionais com base na localização geográfica, delimitando as fronteiras com a presença do Estado Nacional, na manutenção do poder, nos recursos naturais e nas estratégias militares. A territorialidade, por sua vez, refere-se ao processo pelo qual grupos sociais e políticos reivindicam, administram e defendem um espaço físico específico (Silva; Tourinho, 1993, p. 97).

Com o fim da guerra do Paraguai, os países vencedores buscaram tratados na busca por redefinir as fronteiras, como o Tratado de Assunção, assinado em 1872, com negociações até 1987, entre Brasil e Paraguai, onde redefiniram as fronteiras entre os dois países, como aponta Brezzo:

Da confluência do rio Apa no rio Paraguai até a entrada em desaguadouro da Bahía Negra, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai é formada pelo álveo do rio Paraguai, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguai (BREZZO, 2013, p. 99).

A figura 3 ilustra a demarcação dos territórios entre os dois países pós-guerra.

Figura 3: Territórios demarcados pós-guerra



Os territórios anexados pelos aliados, segundo Juan E. O'Leary.

Fonte: Yegros & Brezzo, 2013, p.96.

Para que fosse realizada a demarcação da nova fronteira entre Mato Grosso e Paraguai foram realizadas diversas expedições e negociações diplomáticas, considerando que a região era caracterizada por uma geografia complexa, com regiões inóspitas e despovoadas, como as expedições lideradas por militares e engenheiros brasileiros (Yegros & Brezzo, 2013, p. 98).

Por fim, a nova delimitação fronteiriça teve impactos profundos na região de Mato Grosso, hoje denominado estado de Mato Grosso do Sul, em razão da divisão dos estados, por meio da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, a lei definiu novos limites territoriais, e foi um evento significativo na história político-administrativa do Brasil. Este processo foi influenciado por fatores econômicos, sociais e políticos, refletindo as complexidades regionais e as necessidades de uma melhor administração territorial (Silva, 2002). A figura 4 mostra a nova demarcação dos estados.

Figura 4: Mapa com descrição das demarcações



Fonte: Paulo Magno Torres (n.d.). Disponível em: Cola na Web (site) – Guerra do Paraguai.

Politicamente, essa demarcação fortaleceu a presença do Estado brasileiro na região, facilitando a administração e o controle militar. Economicamente, a incorporação de novos territórios abriu oportunidades para a exploração de recursos naturais, como madeira e minerais. Socialmente, por sua vez, a demarcação contribuiu para a migração e a colonização de áreas anteriormente pouco habitadas, promovendo o desenvolvimento regional.

As cidades de Sete Quedas e Pindoty Porã têm histórias marcadas pelo desenvolvimento agrícola e pela expansão das fronteiras, refletindo as dinâmicas de crescimento e integração que caracterizam muitas áreas fronteiriças. A figura 5 mostra a fronteira entre as duas cidades.

Figura 5:fronteira entre as cidades de Sete Quedas e Pindoty



Fonte: Facebook – Grupo privado Sete Quedas - Ms. & Pindoty Porã, Canindeyu - Py. Em Evidência.

A conhecida faixa de fronteira seca entre as cidades de Pindoty/PY e Sete Quedas/MS, por muitos anos, não possuía pavimentação asfáltica. Sendo que a conhecida Avenida Internacional, do lado brasileiro, foi pavimentada no ano de 2000. Atualmente, o distrito de Pindoty Porã também possui pavimentação na rua principal, onde estão localizadas grande parte das lojas comerciais. A figura 6 explora mais detalhes destes locais.

Figura 6: Bandeiras hasteadas na faixa de fronteira de Sete Quedas e Pindoty Porã



Fonte: Youtube – Canal EF vídeos (2022).

Buscamos informações sobre as cidades de Corpus Christi e seu distrito Pindoty Porã, que pertencem ao departamento de Canindeyú, no Paraguai. Foram analisadas informações provenientes da internet, preferencialmente aqueles relatos e dados fornecidos pelos próprios

moradores do país. Atualmente, a cidade de Corpus Christi possui 7.739 habitantes. É importante salientar que praticamente todas as pessoas de nacionalidade paraguaia residentes nessa faixa de fronteira, desde os mais jovens até os mais velhos, entendem e falam o português, como demonstra a entrevista com Dolores Caballero em seu relato: “Então, eu tenho três idiomas que me desempenham muito bem aqui na fronteira. Para mim, morar no lado paraguaio, onde eu vivi tantos anos, e morar aqui em Sete Quedas, onde estou agora, é como estar como um peixe na água”, assim como as línguas oficiais do Paraguai: espanhol e guarani. A moeda local do país é o guarani; contudo, a moeda dominante utilizada no mercado interno, com os turistas e com o agronegócio, é o dólar.

A senhora Dolores Caballero¹² contribuiu não apenas com informações sobre o processo de acesso à documentação, mas também informou sobre o ano de fundação e a história por trás da escolha do nome da cidade, conforme seu relato:

La ciudad de Corpus Christi fue fundada en el 68. Cuando llegó, descendió de un avión un militar llamado general Ah, no me viene ahora, fue un general de defensa de Paraguay que llegó y dijo, en un día de Corpus Christi, él llegó y dijo, esta ciudad se va a llamar Corpus Christi. El general Marcial Samaniego, ahora me voy. Ahora, Pindoty es simplemente una colonia de Corpus Christi.

Ella fue fundada mucho más tarde, cuando ya Corpus Christi tenía más o menos 10, 15 años, creo que, no sé exactamente. Porque primero fue fundada Corpus Christi y después apareció Pindotú, Proyecto Siete Quedas, se llamaba. Eso que te puedo hablar, otras cosas no sé, no.

Pero primero fue Corpus Christi y es colonia de Corpus Christi, es Pindoty, entendió?

A cidade de Corpus Christi, anteriormente conhecida como Cayé Cué, foi oficialmente fundada em 13 de junho de 1968, sendo uma das mais antigas do departamento. Com o tempo, a cidade foi elevada à categoria de distrito pela Lei nº 497, de 18 de dezembro de 1974, e desvinculada dos distritos de Salto del Guairá, Villa Ygatimí e Curuguaty. A atividade econômica do distrito está voltada principalmente para a agricultura, com a produção de soja e milho. A figura 7 mostra o asfalto entre Corpus Christi e Pindory Parã.

¹² Em 22 de julho de 1868, o jornal Cabichuí conta a aventura de Barbara Alen e Dolores Caballero. No momento em que estavam “limpando o suor do rosto e cuidando do gado”, foram atacadas por um “monstruoso jaguar”. Mataram-no com apenas uma faca, um cinto e um pedaço de pau, oferecendo a pele do animal ao marechal Solano Lopez, ditador paraguaio.

Figura 7: Asfalto entre Corpus Christi e Pindoty Porã.



Fonte: Darlan Rubian (2022) Facebook – Grupo privado Sete Quedas - Ms. & Pindoty Porã, Canindeyu - Py. Em Evidência.

O distrito de Pindoty Porã é uma cidade irmã de Sete Quedas, no estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil. Trata-se de um pequeno distrito com uma rua principal de comércio, que recebe uma movimentação significativa de turistas, especialmente durante os feriados. Recentemente, foi contemplado com a pavimentação de toda a sua extensão, ligando o distrito a Salto del Guairá e Cidade Leste. Isso gerou um aumento na movimentação na fronteira, devido à maior facilidade e condição de transitar entre o estado de Mato Grosso do Sul e o Paraná, que fazem fronteira com o Paraguai.

Observam-se muitos imigrantes residindo no Paraguai; no entanto, é impossível quantificar o número exato devido aos relatos variados. Alguns brasileiros documentaram sua imigração, enquanto outros não o fizeram. Um exemplo é o caso de pessoas que residem em Pindoty Porã e desempenham suas atividades no Brasil, considerando o menor custo de moradia. Conforme a entrevistada Francisca Cabrera¹³: “Essa é brasileira? A BINA. A mora aqui? Sim. A BINA é brasileira e mora no Paraguai? E por quê? Porque ela diz que é mais econômico. Morar no Paraguai é mais barato. Nós só pagamos a taxa”. ([Francisca Cabrera], 2024).

No estudo realizado pela empresa Instituto Focus (2023), foram apresentadas informações de que o município brasileiro de Sete Quedas surgiu devido ao projeto integrado

¹³ Francisca Cabrera foi uma dessas mulheres fronteiriças. O jornal Cabichuí de 12 de agosto de 1867 recorda o “gesto magnífico, digno de figurar nas páginas da história” daquela “singular mulher da estirpe dos guarani, mãe de quatro filhos”. Ao notar que os soldados brasileiros cercavam seu vilarejo, Francisca Cabrera escondeu-se no mato com os filhos pequenos. Segundo o jornal, ela queria lutar com um punhal, e falou para seu filho maior que, se acaso morresse, deveriam continuar lutando.

de colonização, o qual foi sistematizado via Presidência do INCRA, mediante Portaria n. 1.478 de 04 de outubro de 1973, com a distribuição de lotes aos interessados, vindo a distrito do município de Amambai/MS, por meio da Lei n. 3.765, de 30 de junho de 1976. Posteriormente o município foi criado por meio da Lei n. 73 de 12 de maio de 1980, para tanto, fundado em 13 de maio de 1980.

Os dados do IBGE (2022) apresentam uma população estimada em 10.994 habitantes, com aumento populacional se comparado ao último Censo (2010), que indicava 10.780 habitantes. Outra observação pertinente está em 138 o número de estrangeiros residentes no Censo (2010), outro dado interessante está no número de pessoas naturalizadas brasileiras ou estrangeira que fixaram residência entre os anos de 2001 e 2010, conforme a figura 8.

Na pesquisa realizada pelo instituto Focus buscou-se por nacionalidade e naturalidade das pessoas residentes, a fim de identificar a situação de migração populacional. Conforme aponta o relatório da pesquisa: “percebe-se que a maior parte da população do município não é nativa de Sete Quedas (52.04%). E para refletir o quão longe a população se deslocou para chegar ao território atual, identifica-se que 46% da população não é natural do Mato Grosso do Sul” (Instituto Focus; 2023, p. 28).

O sistema censitário utilizada hierarquia nas classificações para raça e as classifica em Branco, Pardo e Negro, tendo em vista que a referência ao “pardo” utilizada pelo (IBGE) denota as pessoas que se autodeclaram miscigenadas (Ribeiro, 2017, p. 17). Discorrer em como os fronteiriços se classificam dentro deste sistema, demonstra a complexidade do processo na construção da identidade e na identificação das desigualdades, assim como observou Ribeiro (2017, p. 14) apontando para divergências com classificações ambíguas e possíveis divergências de dados sobre as desigualdades econômicas, educacionais, raciais e de classe, motivadas pelo embranquecimento ou escurecimento. “Estudos recentes têm mostrado que a posição dos indivíduos e das famílias na hierarquia de estratificação social afeta sua classificação racial (Schwartzman, 2007; Silva, 1994; Telles, 2002)” (Ribeiro, 2017, p. 14).

Figura 8: Tabela de pessoas que fixaram residência de 2001 à 2010.

← ↻ 🔍 <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2145#resultado>

👁 Layout ↕ Ordenar ≡ Funções sete queda

Tabela 2145 - Naturalizados brasileiros e Estrangeiros, por grupos de anos em que fixaram residência no país, sexo e grupos de idade				
Variável - Naturalizados brasileiros (Pessoas)				
Grupo de idade - Total				
Sexo - Total				
Município	Ano x Grupos de anos em que fixaram residência no país			
	2000		2010	
	De 2001 a 2005	De 2006 a 2010	De 2001 a 2005	De 2006 a 2010
São Gabriel do Oeste (MS)	...	...	9	-
Sete Quedas (MS)	...	...	27	85
Selvíria (MS)	...	...	-	-
Sidrolândia (MS)	...	...	-	76
Sonora (MS)	Nome da unidade territorial	...	-	-
Tacuru (MS)	...	...	-	3

Fonte: IBGE (2010)

Dessa forma, a problemática trazida por Rita Segato (2021) e por José de Souza Martins (2015) habita entre a dominação e segregação do que é diferente, evidenciando a permanência da discriminação e da intolerância na sociedade, sendo velada atualmente, sob a falsa percepção de inclusão das “minorias” (Gomes, 2018, p. 243)

Ao discutirmos o termo minoria, devemos ter o olhar crítico para as questões que são trazidas com o racismo, uma vez que tratamos a população negra como minoria, mas essa minoria refere-se apenas ao acesso aos direitos fundamentais de cidadania. Fato totalmente contraditório, quando pensamentos que hoje, mais de 56,1% da população brasileira é considerada parda ou negra (IBGE 2020-2021). A invisibilidade e apagamento da população versa sobre a necessidade trazida por Segato na luta para o rompimento das visões conservadoras, como por exemplo manifestações contrárias as “cotas”, ou seja, reserva de vagas para negros e índios (Segato, 2021, p. 248).

Segato, em sua obra, dedica um capítulo específico, denominado *a cor do cárcere*, em que a autora evidencia e examina as hierarquias de gênero e raça dentro das prisões, com uma abordagem interseccional, combinada com teorias antropológicas e pós-coloniais, conforme afirma: “A cor dos cárceres é a da raça, não no sentido do pertencimento a um grupo étnico

em particular, mas como uma marca de uma história de dominação colonial [...]” (Segato, 2021, p. 287).

A autora critica o fato de que a população parda é decretada como negra, em relação aos dados apresentados, sem realmente identificar a raça ou etnia. Realizadas análises em documentos oficiais e relatórios de organizações, a respeito de dados sobre etnia, verificamos que estas não são preenchidas corretamente, trazendo a homogeneização étnica ou cultural, condenando a mestiçagem ao branqueamento e à supressão das minorias (Segato, 2021, p. 275).

No *locus* da pesquisa, observamos uma mistura em vários aspectos, como o cultural, de biotipo, ou identidade quanto ao pertencimento. Regerson Franklin Santos, Márcio Nolasco Leite Márcio Leite e Beatriz Vera (2019, p. 66) descrevem “outros tipos de miscigenações caracterizam – e complexificam – essa fronteira, marcada pelo “vai e vem”, o “daqui” e o “de lá” mas que no fundo, acaba(m) sendo “um pouco de aqui e um pouco de acolá.””.

Os autores ainda versam sobre a impossibilidade de se definir identidades únicas em regiões fronteiriças, e destacam também:

Uma especificidade discrepante em relação a outras fronteiras foi visualizada na observação de campo: uma fronteira seca na linha internacional (Sete Quedas/Pindoty Porã) em que moram pessoas que estão no limite dos marcos divisórios, de fato, pertencendo dessa maneira, aos dois países (Brasil e Paraguai). E que na fala dos representantes do governo municipal de Sete Quedas, tal limite (área) fora conceituado (a) como um lugar que é “terra de ninguém”. (Santos; Leite; Vera, 2019, p. 67/68)

Observa-se que o território é atravessado por inúmeras situações e vivências, essa *terra de ninguém* foi classificada pelos autores como “..., foi escolhido a categoria Lugar, mas também Entre-Lugar (o vivido).” (Santos; Leite; Vera, 2019, p. 68). Nos fazendo refletir que este é o local escolhido por determinadas pessoas, e que essas não pertencem a mesma cultura, não partilham dos mesmos objetivos ou razões para ali estarem, mas também foram ou sem escolha ali se estabelecerem, evidenciando as múltiplas faces desse território. Contudo, há de se notar diante das descrições do local, como na falta de saneamento básico, o fato de que são populações com demandas sociais não atendidas por ambos os países que cercam essa “terra de ninguém”. A pergunta está no por que países que disputaram os territórios se abstém dessa faixa internacional? Por que essa população está nessa localidade? Essa população pertence a qual nação? Aliás, ela sente-se pertencente a alguma?

CAPITULO III – O TRABALHO DE CAMPO E UMA DISCUSSÃO DE CASO

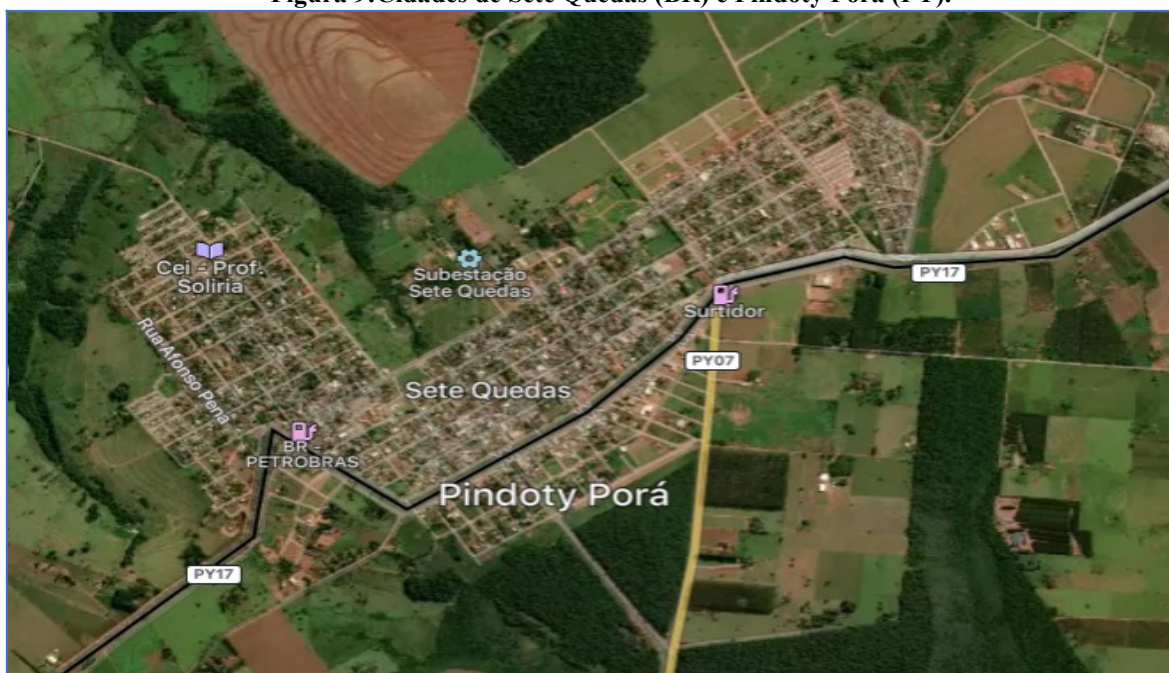
3.1 O trabalho de campo

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado por meio de uma pesquisa participante (BORDA, 1988) com realização de observações e de entrevistas semiestruturadas com o propósito de analisar como a presença ou a ausência de documentação pessoal afeta a prática da cidadania de pessoas que vivem na fronteira da cidade de Sete Quedas no estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com Minayo (2009), a pesquisa de campo se destaca por possibilitar uma interação direta entre a pesquisadora e as participantes, promovendo a construção de um conhecimento empírico com grande relevância social. Minayo ressalta que essa prática não apenas permite a pesquisadora se aproximar da realidade sobre a qual levantou questionamentos, mas também possibilita uma interação com as pessoas que integram essa realidade, o que contribui para a produção de um saber essencial no contexto de pesquisas sociais (Minayo, 2009, p. 61).

A pesquisa teve como *locus* o município de Sete Quedas, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, e faz fronteira ao sul com a cidade de Corpus Christi, no Paraguai, inserindo-se em um contexto social dinâmico e marcado por grande diversidade. A região caracteriza-se pela interação entre diferentes grupos culturais e étnicos. Assim, a análise das fronteiras a partir dos relatos e vivências das pessoas entrevistadas oferece informações significativas para compreender como as barreiras morais e burocráticas afetam a construção da cidadania na região. A seguir, há uma imagem da linha internacional que marca a fronteira entre as cidades de Sete Quedas e Pindoty Porã:

Figura 9: Cidades de Sete Quedas (BR) e Pindoty Porã (PY).



Fonte: Pindoty Porã - Mapa (mapcarta.com).

Sou moradora da cidade de Sete Quedas há vinte anos e, por se tratar de uma cidade pequena, conhecemos as pessoas pelo nome, principalmente aquelas que desempenham funções no setor de serviço público, tanto no Paraguai quanto no Brasil.

Pensando na complexidade que seria pedir para pessoas que buscam acesso à documentação pessoal aceitarem participar da pesquisa, tendo em vista que já trabalhei em órgãos que desempenham funções jurídicas (o que poderia gerar desconfiança quanto à procedência do estudo), busquei ajuda de uma pessoa conhecida na cidade de Sete Quedas e Pindoty Porã, a senhora Luz Marina, professora aposentada residente no distrito de Pindoty Porã desde 1983, e que lecionou no Paraguai por mais de trinta anos, e também exerceu a função de diretora da escola do referido distrito.

A senhora Luz Marina é conhecida por boa parte dos moradores dessa fronteira, considerando que é residente da fronteira desde 1982. Eu a conheci atuando como voluntária na igreja católica, ela desempenha funções importante para a comunidade.

Visando identificar as pessoas que atendam aos critérios da pesquisa, procurei a professora aposentada da cidade de Pindoty Porã, a senhora Luz Marina em sua residência, e expliquei sobre a pesquisa e as pessoas participantes das quais eu buscava. Ela disponibilizou o contato da primeira entrevistada, e por conseguinte, seguimos com a técnica de “bola de neve” ou “*snowball*”¹⁴ é uma abordagem metodológica, conforme explicam Baldin e Munhoz

¹⁴ “A *snowball* ou “bola de neve” é uma técnica utilizada em pesquisas sociais caracterizada pela indicação de interlocutores futuros a partir dos interlocutores anteriores, uma espécie de cadeia”

(2011), é amplamente utilizada em pesquisas sociais para identificar novas fontes por meio de indicações dos próprios participantes.

Figura 10: Distância de 18km entre Pindoty Porã e Corpus Christi.



Fonte: Pindoty Porã - Mapa (mapcarta.com).

Entrei em contato com cada uma das possíveis pessoas a serem entrevistadas, explicando sobre a pesquisa e sobre seu objetivo. À medida que os/as participantes da pesquisa retornaram, dando aceite, foram agendados o dia e o horário das entrevistas, que foram realizadas presencialmente como uma duração média de aproximadamente uma hora.

Foram realizadas dez entrevistas (nove participantes são do sexo feminino e um do sexo masculino), sendo seis do sexo feminino, com idades entre 25 e 40 anos e um homem com 44 anos; as outras três mulheres com idades entre 60 a 74 anos. As entrevistas ocorreram entre os dias 20 de julho de 2024 a 30 de agosto de 2024.

Inicialmente era notório a desconfiança das pessoas em relação a falar sobre sua identidade e nacionalidade. Por meio da orientação sobre os procedimentos e sigilo da pesquisa, principalmente o direito de a qualquer momento desistir de participar, apenas uma pessoa do sexo masculino não quis participar da pesquisa.

Como critério de inclusão para a pesquisa, estabelecemos que seriam pessoas que residem na fronteira da cidade de Sete Quedas/MS em busca de acesso a documentos pessoais

(JESUS, 2020).

e que aceitassem participar de forma voluntária da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Disponível no Apêndice A).¹⁵

Para a condução das entrevistas, elaboramos um Roteiro de Entrevista Semiestruturado (disponível no Apêndice B). Esse formato aberto permitiu aprofundar questões previamente definidas que respondessem aos objetivos da pesquisa, além de possibilitar maior flexibilidade na condução das entrevistas. Tais entrevistas foram realizadas de forma individual e presencial, com registro em áudio, na própria residência de cada participante.

Na pesquisa qualitativa interpretativa, a entrevista semiestruturada é uma técnica que possibilita a expansão analítica em uma relação entre a pesquisadora e as pessoas participantes da pesquisa (Castro; Oliveira, 2022). Além disso, acrescentam os autores:

[...] é possível analisar dialogicamente relatos obtidos em um procedimento de pesquisa, tal como a entrevista. Sem estabelecer parâmetros e critérios fixos, tal método de pesquisa permite analisar relações humanas no uso da entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual linguagem e ainda, não conta com um desenho de pesquisa pré-estabelecido, mas com um plano investigativo suscetível à análise. (CASTRO; OLIVEIRA, 2022, p. 30)

A análise dos dados obtidos nas entrevistas representa um dos momentos mais cruciais e, possivelmente, mais desafiadores da pesquisa, pois é nesse estágio que se estabelece relações entre as entrevistas e o referencial teórico. As audiograções foram transcritas de maneira integral, fazendo uso da análise do discurso, que busca compreender a prática da produção do discurso. Nesse sentido, Orlandi (2005, p. 59) discorre que “a Análise Discurso

¹⁵ Para viabilizar a pesquisa, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com as Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O TCLE tem como objetivo informar as pessoas participantes sobre todos os aspectos relevantes do estudo, assegurando sigilo, privacidade e a liberdade de optar por não participar ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem sofrer prejuízos ou penalidades. Foram fornecidas duas vias do documento, ambas assinadas pela pesquisadora e pela participante, sendo uma delas entregue à participante. A realização de entrevistas com registro em áudio pode apresentar riscos, conforme estabelece o inciso II. 22 da Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Entre esses riscos estão possíveis impactos nas esferas física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos participantes, que podem surgir durante ou em decorrência da pesquisa (Brasil, 2012, p. 3). A pesquisa foi fundamentada nos princípios éticos estabelecidos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e seguiu as diretrizes para pesquisas envolvendo seres humanos. Para isso, observou-se o item VII. 02 da Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), além de outras normativas vigentes, como as Resoluções CNS n.º 240/97, n.º 370/07, n.º 510/16 e a Norma Operacional n.º 001/2013/CNS. A pesquisa foi iniciada somente após a aprovação e autorização do Comitê de Ética da Universidade Federal da Grande Dourados, conforme Parecer n.º 6.874.159 (em anexo). Com a aprovação, a pesquisadora estabeleceu contato com as entrevistadas e, após obter sua autorização prévia e a assinatura do TCLE, deu início às entrevistas. Foi garantido também o direito das participantes de terem acesso aos resultados da pesquisa.

não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística”. Além disso, foram preservadas as características da oralidade, de uso da língua portuguesa e as pronúncias do o espanhol.

A análise do discurso, conforme abordada por Eni Pulcinelli Orlandi em seu livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (2005), constitui uma vertente dos estudos linguísticos que se propõe a investigar o sentido construído nas práticas discursivas, considerando aspectos linguísticos, históricos e ideológicos. A obra de Orlandi parte do entendimento de que o discurso não pode ser compreendido isoladamente do contexto em que é produzido, pois envolve relações de poder, memória e subjetividade.

Michael Pollak, em *Memória, Esquecimento, Silêncio*, define o termo *memórias subalternas* como conceito central para a discussão sobre a diferença entre as memórias coletivas dominantes e aquelas que pertencem a grupos marginalizados ou excluídos. (1989, p. 3). A análise das memórias subterrâneas é fundamental para compreendermos como a memória coletiva se constrói, se contesta e se transforma ao longo do tempo. Em muitos casos, essas memórias subterrâneas refletem um processo de resistência e resiliência diante da opressão. Elas servem não apenas como lembretes das injustiças passadas, mas também como fontes de identidade e solidariedade para aqueles que compartilham essas experiências.

No livro de Ecléa Bosi: *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*, a autora suscita as diversas interpretações existentes sobre a memória, além de discutir a relevância da consciência: “O papel da consciência é ligar com o fio da memória as apreensões instantâneas do real. A memória contrai uma instituição única passado-presente em momentos da duração” (Bosi, 2022, p. 52), e o tempo “a duração (*durée*) é o tempo vivido, o tempo do espírito anterior às divisões da percepção” (Bosi, 2022, p. 52).

A memória social é a responsável pela construção do discurso, e o ambiente onde ocorrem as entrevistas influenciam nessa construção. Para Ecléia Bosi “Se o local do encontro for a casa do depoente, estaremos mergulhados na sua atmosfera familiar e beneficiados pela sua hospitalidade” (Bosi, 2022, p. 59).

Ainda para Bosi (2022, p. 55) “quando desejamos compreender a cultura das classes pobres percebemos que ela está ligada à existência e à própria sobrevivência destas classes”. Portanto, o principal questionamento está em quais são as fontes, quem poderia fornecer essas informações privilegiadas para o estudo? (2022, p. 151). A autora aponta como esse movimento de recuperação da memória influencia no processo de formação da identidade.

Orlandi (2005), fazendo referência a Pêcheux e Foucault, propõe uma análise crítica que desafia a leitora a olhar além da superfície dos textos, compreendendo o papel das

condições históricas e ideológicas na produção dos sentidos. Em síntese, o discurso é visto como uma prática social carregada de tensões e lutas, onde os sentidos são sempre parciais, instáveis e em constante negociação e disputa.

Para Orlandi, a necessidade de compreender o discurso como algo mais amplo do que o simples uso da língua aponta para teóricos como Michel Pêcheux, que descreveram o discurso como uma prática social que está intrinsecamente ligada às suas condições de produção. Orlandi (2005, p. 59-60) cita Pêcheux (1990), que em sua teoria, introduz o conceito de *linguageiro discursivo*, que trata de como certos dizeres são possíveis em determinadas conjunturas históricas, influenciando a construção de sentido. A análise do discurso, dessa maneira, vai além de estudar a estrutura da língua, focando-se também na formação dos sujeitos, nas instituições e nas condições sociais e ideológicas que organizam o que é dito.

Como dito por Orlandi: “São muitos os critérios pelos quais se constituem tipologias na análise de discurso. Uma das mais comuns é a que reflete as distinções institucionais e suas normas. Temos então o discurso político, o jurídico, o religioso, o jornalístico, o pedagógico, o médico, o científico” (Orlandi, 2005, p. 85). Desse modo, a interpretação, na análise do discurso, não se limita a um ato individual de compreensão do texto, mas é condicionada pelas formações discursivas e ideológicas que orientam o sujeito interpretante. Orlandi enfatiza que o sentido de um discurso não é dado de forma transparente ou estável; ao contrário, ele é construído e disputado constantemente. Assim, a análise discursiva busca revelar os mecanismos pelos quais certos sentidos são produzidos, naturalizados ou ocultados em detrimento de outros durante a prática discursiva.

Como defendido por Orlandi, a análise do discurso trabalha a constituição dos sentidos: “Não atravessamos o texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Paramos em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos – e os sujeitos – nele se constituem [...]” (Orlandi, 2005, p. 91). Desse modo, a análise discursiva das entrevistas mostra como o discurso opera como uma prática social que reproduz e desafia as estruturas de poder. As fronteiras não são apenas geográficas, mas também discursivas, definindo quem pertence e quem é excluído. A identidade fronteira, é marcada por uma constante negociação entre nacionalidades, culturas e direitos, sendo influenciada pelas condições históricas e ideológicas que permeiam as práticas sociais.

Dessa forma, a análise do discurso de Eni Orlandi, aplicada a essa pesquisa, permite compreender como os sentidos de identidade, nacionalidade e exclusão são produzidos e disputados em contextos de migração e fronteira. A linguagem, nesse processo, emerge não

apenas como meio de comunicação, mas como um campo de luta simbólica onde os sujeitos constroem e resistem às formas de opressão e marginalização.

Com a cautela de não acontecer nenhum tipo de exposição e identificação das entrevistadas, resolveu-se nomeá-las com nomes fictícios, inspirada na história de mulheres da guerra do Paraguai. Assim, as entrevistadas foram denominadas da seguinte forma: Francisca Cabrera (primeira entrevistada), Dolores Caballero (segunda entrevistada), Barbara Alen (terceira entrevistada), Adela Sánchez¹⁶ (quarta entrevistada), Juana Carrillo¹⁷ (quinta entrevistada), Pancha Garmendia¹⁸ (sexta entrevistada), Eliza Alicia Lynch¹⁹ (sétima entrevistada), Adela Speratti²⁰ (oitava entrevistada), Serafina Dávalos²¹ (nona entrevistada), Emerson (décimo entrevistado).

Dito isso, vamos para a análise do trabalho de campo realizado. Inicialmente, foi realizada uma pré-análise das entrevistas a partir de três categorias: (1) Classe econômica; (2) Nacionalidade; (3) Nível Educacional, conforme pode ser conferido na descrição da figura 11, a seguir:

Figura 11 – Quadro com as categorias iniciais da pré-análise das entrevistas.

Categorias Iniciais	Descrição
1 – Classe econômica	Referências do IBGE ²²
2 – Nacionalidade	Origem de nascimento
3 – Nível Educacional	Três categorias: não alfabetizada, nível fundamental e médio e Ensino Superior Completo

¹⁶ Adela Sánchez era uma paraguaia que lutou como soldado durante a guerra, representando as mulheres que participaram diretamente no conflito, nas batalhas e na resistência do Paraguai. Leuchars, C. (2002). *To the Bitter End: Paraguay and the War of the Triple Alliance*. Praeger.

¹⁷ Juana Carrillo era a mãe de Francisco Solano López. Ela atuou na organização de hospitais de campanha, cuidando dos soldados feridos e mobilizando recursos para o esforço de guerra. Hooker, T. D. (2008). *The Paraguayan War: Causes and Consequences*. McFarland & Company.

¹⁸ Pancha Garmendia foi uma das mulheres que participou ativamente da resistência paraguaia durante a ocupação, mostrando a resistência das mulheres ao domínio estrangeiro. Ganson, B. (2003). *The Guaraní under Spanish Rule in the Río de la Plata*. Stanford University Press.

¹⁹ Eliza Alicia Lynch, conhecida como "Madama Lynch," foi a companheira de Francisco Solano López, o líder do Paraguai durante a Guerra do Paraguai. Ela é uma figura controversa na história paraguaia, associada à resistência do país durante o conflito.

²⁰ Adela Speratti foi uma educadora paraguaia e uma das pioneiras na reforma da educação no Paraguai após a Guerra do Paraguai. Ela é conhecida por seu trabalho em prol da educação pública no país.

²¹ Serafina Dávalos é uma figura proeminente na história paraguaia, sendo a primeira mulher advogada do país e uma das fundadoras do movimento feminista no Paraguai. Ela lutou pelos direitos das mulheres no início do século XX.

²² Em suas publicações, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) costuma classificar a população em classes de rendimento domiciliar total ou rendimento domiciliar per capita, mas não utiliza nomenclaturas como classes "A, B, C, D e E" e não adota uma definição oficial de categorias como "classe média". (Carneiro, 2021).

Fonte: A autora (2024)

A tabela abaixo apresenta informações sobre as dez pessoas entrevistadas, incluindo seus nomes, gênero, nível educacional, renda, nacionalidade e acesso à informação. A análise revela a distribuição das características demográficas e socioeconômicas dos participantes, destacando a relação entre o nível de educação, renda e o acesso à informação.

Figura 12: Tabela de sobre o acesso à documentação.

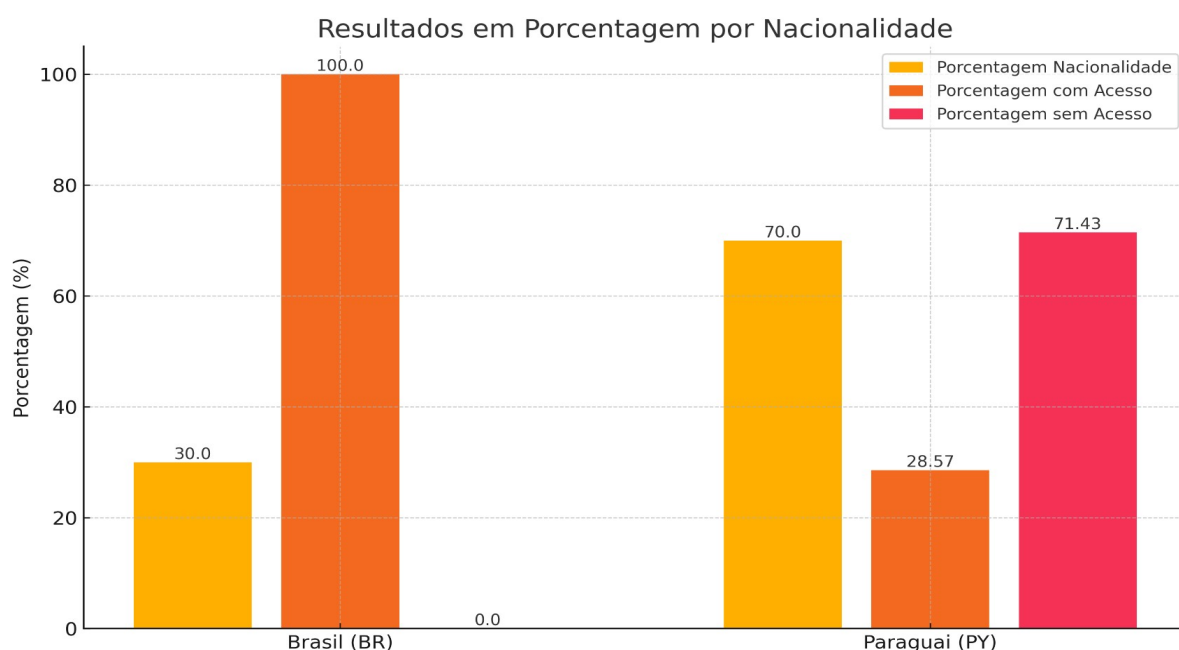
Nome	Gênero	Nível Educacional	Renda	Nacionalidade	Acesso
Francisca Cabrera	Mulher	Ensino Médio	Até 2 salários	PY	Sem acesso
Dolores Caballero	Mulher	Nível Superior	Acima de 4 salários	PY	Acesso
Barbara Alen	Mulher	Nível Superior	Acima de 4 salários	BR	Acesso
Adela Sánchez	Mulher	Não Alfabetizada	Até 1 salário	PY	Sem acesso
Juana Carrillo	Mulher	Não Alfabetizada	Até 1 salário	PY	Sem acesso
Pancha Garmendia	Mulher	Não Alfabetizada	Até 1 salário	PY	Sem acesso
Eliza Alicia Lynch	Mulher	Nível Superior	Acima de 4 salários	PY	Acesso
Adela Speratti	Mulher	Não Alfabetizada	Até 1 salário	PY	Sem acesso
Serafina Dávalos	Mulher	Nível Superior	Acima de 4 salários	BR	Acesso
Emerson	Homem	Ensino Fundamental	Mais de 4 salários	BR	Acesso

Fonte: A autora (2024).

Analisando a tabela, observa-se a quantia de nove entrevistadas do gênero feminino, enquanto apenas um é do gênero masculino. Importante salientar que não houve uma preferência ou escolha, todas as pessoas indicadas foram contatadas e as que aceitaram estão na entrevista. O número que mulheres foi maior nas indicações. A única pessoa que não aceitou participar era do sexo masculino. A distribuição dos níveis educacionais é variada. Dentre os entrevistados, temos 4 mulheres com nível superior, 4 mulheres não alfabetizadas, 1 mulher com ensino médio e 1 homem com ensino fundamental. A renda dos entrevistados também varia. A nacionalidade é 3 pessoas brasileiras, sendo 2 mulheres e 1 homem, e 7 mulheres de nacionalidade paraguaia. A maior parte das mulheres não alfabetizadas (4) possui renda de até um salário, enquanto as mulheres com nível superior têm renda acima de quatro

salários. O homem com ensino fundamental tem renda de mais de quatro salários. O maior número de pessoas paraguaias sem acesso é preocupante, refletindo possivelmente barreiras educacionais, econômicas ou sociais que limitam o acesso a recursos informativos. Essa análise demonstra uma correlação significativa entre o nível educacional e a renda no que diz respeito ao acesso à informação, evidenciando que pessoas com maior nível educacional e renda tendem a ter mais acesso em comparação àquelas com menor nível de escolaridade e renda.

Figura 13: Quadro comparativo por nacionalidade.



Fonte: A autora (2024).

As mulheres paraguaias não alfabetizadas representam o total da amostra sem acesso. Enquanto as mulheres com nível superior, tanto brasileiras quanto paraguaias, têm acesso garantido, reforçando a relação entre educação e acesso à informação. Outra observação pode ser descrita dentro dos marcadores sociais da diferença sobre gênero. O homem com nível fundamental, detém um nível de renda e de acesso considerável em relação às outras participantes.

O único homem na pesquisa, Emerson, apresenta características que desafiam algumas das expectativas sociais em relação ao acesso à informação, especialmente considerando seu nível educacional básico (ensino fundamental) e sua elevada renda (mais de quatro salários). A análise dos marcadores sociais nesse contexto permite entender as complexas interações entre gênero, educação, renda e acesso.

Em relação aos marcadores sociais de gênero, é importante destacar que o patriarcado e as normas de gênero ainda influenciam as dinâmicas sociais. Segundo Heleieth Saffioti, "o patriarcado, em presença de classes sociais e racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, trazendo também, em seu bojo, uma contradição de interesses" (Saffioti, 2003, p. 113). A condição de Emerson evidencia como a masculinidade, mesmo em um contexto de educação básica, é reforçada por sua posição econômica, permitindo-lhe acesso em um sistema onde as mulheres, especialmente as de menor renda e escolaridade, enfrentam barreiras significativas.

3.2 Uma discussão de caso

A entrevista que utilizaremos para a discussão pode ser compreendida como um "tipo ideal", segundo a concepção de Max Weber, pois foi selecionada com base no discurso que mais se aproxima dos objetivos da pesquisa. Conforme a teoria weberiana (1991), o tipo ideal não é uma representação perfeita da realidade, mas um modelo analítico que sintetiza os elementos essenciais para facilitar a compreensão do fenômeno em estudo. Assim, a entrevista de Francisca Cabrera, que foi a primeira pessoa a ser entrevistada, foi escolhida devido a sua produção discursiva que exemplifica de forma significativa os objetivos da pesquisa, embora suas respostas não sejam as únicas a trazer dados relevantes para este estudo. Nesse sentido, sua entrevista não esgota todas as perspectivas possíveis, mas oferece um referencial representativo que, alinhado às particularidades das outras pessoas participantes, contribui para uma análise mais estruturada e comparativa da questão investigada.

Observamos já no início da entrevista a dificuldade no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), enfrentadas enquanto gestante, revelando uma discussão sobre identidade étnica e identidade nacional, como vemos nesse trecho da entrevista:

Pesquisadora: Pra gente começar, eu vou pedir pra você falar o seu nome e contar um pouquinho de você, que é isso que você tá contando. Por exemplo, quantos filhos você tem?

Francisca Cabrera: Meu nome é Francisca Cabrera e tenho três filhos. No caso, a minha, que tem 11 anos, ela é setequedense.

Pesquisadora: Ah, sua filha, a de 11, é setequedense. Ela nasceu em Sete Quedas? No hospital?

Francisca Cabrera: Do doutor.... Na época foi R\$ 2.500 o parto.

Pesquisadora: Ah, foi particular.

Francisca Cabrera: Foi particular.

Pesquisadora: Entendi.

Francisca Cabrera: Aí, o meu menino, o segundo, o nome dele é Junior. Ele tem nove anos.

Pesquisadora: Ele já conseguiu nascer no municipal?

Francisca Cabrera: No municipal.

Pesquisadora: Grátis?

Francisca Cabrera: Grátis.

Pesquisadora: Então, eles dois são brasileiros?

Francisca Cabrera: Ahm. Aí, esse daqui que não consegui ter ele aqui, não.

Pesquisadora: Esse tem um ano?

Francisca Cabrera: Um ano e cinco meses.

Pesquisadora: Não conseguiu?

Francisca Cabrera: Não conseguiu.

Pesquisadora: O que eles falaram pra você?

Francisca Cabrera: Aí que eu tinha que ter documentação, entendeu? Eles sempre, a única coisa que eles metem ali na hora é documento.

É possível identificar como a documentação pessoal brasileira é cobrada e utilizada como forma de negar o atendimento, assim como forma de exclusão da imigrante que está buscando atendimento, revelando como essa questão de nacionalidade reflete negativamente nos direitos dos imigrantes, e mostrando também como “O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas.” (Hall, 2004, p. 85).

Percebe-se uma maior facilidade em adquirir a origem nacional mediante pagamento, considerando que os partos realizados na esfera particular, ocorrem sem demais burocracias com emissão da declaração de nascido vivo e posterior registro brasileiro, mesmo com genitores de nacionalidade paraguaia, independentemente de estarem ou não em situação legal no país. Esse aspecto mostra que a discrepância se dá pela condição financeira da parturiente.

Para tanto, esse ambiente de fronteira durante os processos de migração internacional influencia na transformação e na pluralidade das identidades. Para Pierre Bourdieu (2007), somente aqueles que dispõem de autoridade podem impor sua própria definição e dos outros. Colognese, aponta como essa autoridade pode ser diferente na fronteira, tendo em vista o contexto de cada grupo específico. Há uma busca por uma identidade única, mediante a exclusão das diferenças e a formação de uma única identidade nacional. Considera-se que a fronteira permite a criação de uma identidade particular, remetendo à noção de identidade brasiguiaia como negativa tanto no lado brasileiro quanto no lado paraguaio. (Colognese; 2012, p. 147).

Pesquisadora: E esse que nasceu no Brasil?

Francisca Cabrera: Os dois são registrados no Brasil. Esse não tem documentação.

Pesquisadora: E esse um que nasceu no municipal? Aí aceitou de boa, ninguém reclamou.

Francisca Cabrera: Na hora, fui aceita, eu fui, acho que faltando oito dias, faltando oito dias pra ele nascer, eu fui e fiz uma consulta com o doutor...

Pesquisadora: Aham.

É possível identificar a exposição e risco que são expostos para conseguir o atendimento, conforme relatos descritos:

[...] elas aprenderam. Que se tiver em um período mais próximo do trabalho de parto ninguém vai mandá-las embora, é emergência, então elas ficam, aguentam o quanto podem [...] a dor do trabalho de parto e chegam ao hospital numa situação que não dar mais para excluí-las, tem que atender [...]” (Nascimento & Andrade, 2018, p. 208 apud Brasil, 2007 apud Albuquerque, 2012, p. 198).

Observamos, nesse processo de transitar em uma fronteira invisível, a normalização e até porque não dizer a união inconsciente de dois países como uma única casa. Nas Leis e tratados são dois objetos distintos, mas para quem aqui vive, torna-se o seu lar, não existe essa divisão de fronteira, buscam-se condições melhores.

Mazza (2015) argumenta que embora haja tentativas por parte dos Estados de restringir, controlar, gerenciar e selecionar os imigrantes, a migração continua a existir em nível global, surgindo em novas formas e tipos. Desde os anos 1990, essas novas modalidades migratórias podem ser classificadas como transnacionais.

desplazamiento de colectivos de migrantes pobres que no se proponen la sedentarización sino tan sólo, mediante largas giras o frecuentes idas y vueltas, recorrer varias naciones ricas. De esta forma, las redes y la circulación desplegadas por estos colectivos cruzan varias naciones, bien con movimientos de largas rotaciones, a modo de “giras” de ida y vuelta a su territorio, sin que ello implique sedentarización [...] Esos nuevos migrantes de aquí y de allá (en oposición a aquellos a los que se denominaba “ni de aquí ni de allá”) [...] (Mazza; 2015, p. 240 apud Taurius; 2010, p. 133)

Essa mobilidade humana nas fronteiras é designada como territórios circulatórios transnacionais. São deslocamentos realizados por trabalhadores, estudantes, mulheres, crianças e idosos. Precisamos olhar de forma individualizada e considerar os sujeitos e suas necessidades. Podemos elencar ainda, a necessidade de se expandir a discussão para além das problemáticas sobre a mobilidade e migração, pois tratam-se de políticas de convergência como a migratória, social e econômica (Mazza; 2015)

Francisca Cabrera: Aí ele incluiu o meu nome, prático, eu não sei como que eles fizeram lá na hora, né. Aí quando eu tive, comecei a ter os trabalhos de parto, aí eu fui, entrei de boa.

Pesquisadora: E com a sua documentação paraguaia?

Francisca Cabrera: Com a minha documentação paraguaia.

Pesquisadora: Você apresentou o seu documento?

Francisca Cabrera: Sim.

Pesquisadora: E eles te atenderam?

Francisca Cabrera: Sim.

Pesquisadora: Entendi. E daí, desse último filho, eles te negaram o atendimento? Falaram que não dava pra nascer lá?

Francisca Cabrera: Não, nem o pré-natal, nada. Não queriam fazer nada.

Outra questão observada no relato de Francisca Cabrera é que um de seus filhos nasceu pelo sistema único de saúde (SUS) e sem muitas complicações mediante auxílio de um servidor. Vemos um relato parecido sobre a facilidade em conseguir na esfera pública o atendimento, quando for amigo, conhecido ou pagar ao servidor certo, como descrevem Valdir Aragão Nascimento e Sônia Maria Oliveira de Andrade (2018, p. 206):

No entanto, para esses, as táticas que favorecem o acesso – quando não estão inseridos nas redes de solidariedade – não são as mesmas adotadas pelas classes menos favorecidas; por vezes, eles têm de oferecer alguma compensação monetária aos funcionários para obter atendimento. Como têm condições financeiras, geralmente pagam ao funcionário que faculta o atendimento metade do valor de uma consulta particular cobrada no Brasil ou em clínicas de saúde de Pedro Juan Caballero.

É possível identificar as redes de apoio na luta por acesso à documentação pessoal. As chamadas redes de solidariedade, em geral, são compostas por pessoas residentes que se compadecem das condições e acabam por fornecerem endereço ou até mesmo documentos pessoais, para que o imigrante tenha acesso ao sistema de saúde para acesso ao SUS e à rede socioassistencial. Muitos dos imigrantes acabam na ilegalidade, e acabam por serem marginalizados e expostos às demais vulnerabilidades.

Essas redes podem se caracterizar pela ajuda de colegas de trabalho e familiares, para ter acesso à saúde e documentação no Brasil, formando uma rede de apoio comunitária e informal. É o que vemos no trecho da entrevista a seguir:

Francisca Cabreira: O dia que eu passei mal, eu cheguei no hospital e as enfermeiras atendeu, as enfermeiras conhecidas que sempre vão ali na loja onde eu trabalho, que eu trabalho no Brasil. Aí, elas vieram eu lá, aí quando eu passei mal, fui lá, daí elas viram e falaram com a doutora e tudo mais. Mas

na hora que eu cheguei lá, a doutora já me viu e falou assim, por que você não foi no seu país? A primeira coisa. A primeira coisa que ela falou.

As táticas para a utilização do sistema de saúde brasileiro são apreendidas e repassadas uns aos outros, como técnica de grupos, e as chamadas redes que se formam pelo devir da vida na fronteira: “Outra maneira que possibilita o atendimento aos estrangeiros no Brasil, como já mencionado, é deixar que o quadro de saúde do enfermo se agrave até à iminência do risco de morte, dado que omissão de socorro constitui crime” (Nascimento; Andrade, 2018. p. 207).

Pesquisadora: E o dia que você passou mal?

Francisca Cabrera: O dia que eu passei mal, eu cheguei no hospital e as enfermeiras atendeu, as enfermeiras conhecidas que sempre vão ali na loja onde eu trabalho, que eu trabalho no Brasil.

Pesquisadora: E você trabalha no Brasil?

Francisca Cabrera: Trabalho com a dona Margarida, né. Aí, elas me viam lá, aí quando eu passei mal, fui lá, daí elas viram e falaram com a doutora e tudo mais. Mas na hora que eu cheguei lá, a doutora já me viu e falou assim, por que você não foi no seu país? A primeira coisa. A primeira coisa que ela falou.

Pesquisadora: E ela te atendeu e te mandou embora?

Francisca Cabrera: Não, Aí depois ela, me deixaram em observação, que não podia largar eu com problemas do jeito que eu tava. Faltava ar, né.

Pesquisadora: Ah, você tava com problemas respiratórios?

Francisca Cabrera: Uhum. Faltava ar, daí no caso, naquele dia, né.

Pesquisadora: Entendi.

É importante ressaltar que, nos próximos trechos das entrevistas, o contexto se deu logo após a pandemia de covid-19, e não abordamos com profundidade esse período por não haver informações relevantes dentro do contexto da pesquisa, embora ele esteja presente em outras entrevistas, uma vez que o tema se mostrou pertinente. É possível identificar, de todo modo, o processo de transição nessa fronteira e a facilidade em estar do outro lado do país, seja para trabalhar ou para comprar.

Observa-se o fenômeno da mobilidade descrito por Cecília Menduni Luís (2022, p. 4) pois o imigrante não é considerado um turista ou um visitante, mas um novo morador, que traz consigo suas práticas e costumes, ocorrendo a chamada mudança evidenciando as diferenças culturais e evocando o sentimento de não-pertencimento.

Francisca Cabrera trabalha na cidade de Sete Quedas no Brasil e reside em Pindoty Porã no Paraguai, desola-se todos os dias no período da manhã, retorna no horário do almoço para casa e, novamente, após o almoço, retorna para o Brasil, e ao final da tarde para sua casa no Paraguai. Alcântara acrescenta que “en términos generales, la migración pendular o

movilidad urbana no se limita a un único motivo, como la localización del empleo, sino que abarca diversas razones, entre ellas, la motivación educativa.” (Alcântara, 2010, p. 24).

Francisca Cabrera: Aí, tô há quatro anos já praticamente trabalhando no Brasil.

Pesquisadora: E daí você não é registrada.

Francisca Cabrera: Uhum.

Pesquisadora: E daí você ganha um salário.

Francisca Cabrera: Sim. E ela paga certinho tudo, ela paga pra mim o meu décimo, ela paga o salário.

Pesquisadora: E ela nunca falou de registrar?

Francisca Cabrera: No caso, eu não posso, né, pela documentação, né. E é aí que eu, assim, muitas vezes, muita gente já fala, né, que eu poderia fazer legalmente, né. Porque seus filhos são brasileiros. Não sei explicar certo, mas dá pra mim tentar. É, pesquisar, eu já pesquisei bastante. Já me falaram que pra mim vai ser fácil conseguir a documentação brasileira por causa dos dois que são seticadenses. Me falaram, né, não sei se é verdade. Mas eu acho. Porque quando o pai e a mãe é brasileiro, também dá. Aí eu não sei, no caso, quando o filho. Mas deve dar sim. Porque já me falaram, não sei se você conhece a Joana Paraguai, a Joana. Ela é mãe do... Ela conseguiu. Ela conseguiu, só que daí no caso, o caso dela já foi assim, tipo, caçou com um brasileiro, né.

Pesquisadora: Ah, entendi.

Francisca Cabrera: Só que daí também, ela falou pra mim que foi fácil pra ela também por causa do filho dela. Porque ela também tinha um filho. Ela teve um filho brasileiro.

Pesquisadora: E você nunca procurou?

Francisca Cabrera: Na verdade, não, né. Porque assim, tipo, quando eu procurava, eu bati a porta e falava assim, ah, é muita complicação, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, sabe. Aí quando a gente é curta de dinheiro, é difícil, né. Porque é tudo pago, né. Entendeu?

É possível notar como a condição econômica de **Francisca Cabrera** foi fator preponderante para mudança e migração dentro do próprio país, na busca por trabalho e reunião familiar, como descrito no censo da Direção Geral de Estatística, Pesquisas e Censos (DGEEC, 2013), sobre a migração pendular. Quando, posteriormente, Francisca Cabrera passa a imigrar para trabalhar no Brasil, ela faz esse movimento de pêndulo.

De acordo com o DGEEC (2013, p. 71):

A pesar de la elevada concentración regional del fenómeno también se ha extendido el estudio a otros procesos pendulares de menor magnitud pero igualmente interesantes, como lo son por ejemplo, los movimientos pendulares en las áreas de Ciudad del Este y Encarnación, la migración pendular dirigida hacia Argentina y Brasil, así como la dirigida al Chaco Central y Alto Chaco, originada principalmente por la actividad ganadera de la zona. En tal sentido, se han encontrado patrones y conclusiones muy diferentes. En lo que respecta a la migración pendular con destinos urbanos, ha quedado claro que la misma está generalmente compuesta de trabajadores

con mayor nivel educativo y que por tanto pueden obtener empleo de mayor calidad.

Surge, na entrevista, mediante os relatos, a miscigenação e referências a essa mistura fronteiriça, a entrevistada **Francisca Cabrera** não tem a miscigenação étnica cultural com os brasileiros. Entretanto, ela é parte da miscigenação pela etnicidade nacional, tendo em vista que dois de seus filhos nasceram no Brasil e são filhos de paraguaios, residem e estudam no país de origem de seus “ñemoñare”²³, se reconhecem culturalmente como paraguaios, mas são etnicamente de nacionalidade brasileira.

Giralda Seyferth aponta como a “[...] etnicidade, identidade e cultura são coisas distintas [...]” (2011, p. 47). Embora, consideradas distintas, são complementares como defende “Abner Cohen que considerou etnicidade “uma forma de interação entre grupos culturais operando em contextos sociais comuns” (1974, p. XI)” (Seyferth, 2011, p. 48). Identifica-se o choque cultural expressado por **Francisca Cabrera** na entrevista, tendo em vista que a entrevistada conta como foi o processo de aprender uma nova língua, todo preconceito existente e discriminação disfarçada de brincadeira com o seu sotaque.²⁴

Pesquisadora: Entendi. Você sempre morou aqui no Pindoty?

Francisca Cabrera: Não, eu tô há 16 anos aqui.

Pesquisadora: 16 anos? Antes você morava onde?

Francisca Cabrera: Eu morava em São Pedro, que fica bem pra longe mesmo. São Pedro, Paraguai.

Pesquisadora: E você falava português?

Francisca Cabrera: Não.

Pesquisadora: E como que... Gente, vocês falam português muito bem. Eu moro há 20 anos aqui e não sei falar bom dia, boa tarde, não sei falar nada. A dona Maria falou, “brasileira é preguiçoso” (*sic*). Eu falei, eu acho que é mesmo. Porque a gente não aprende.

Francisca Cabrera: Eu vim aqui em 2010, acho que foi.

Pesquisadora: E já aprendeu?

Francisca Cabrera: Não, na verdade foi difícil. Eu vim, minha mãe já tava aqui há um ano pra cá, daí no prazo. Aí a minha irmã, a sua irmã, ela trabalha ali ... Aí foi ela primeiro que começou com a Marta, trabalhar.

Pesquisadora: Entendi.

Francisca Cabrera: Aí eu terminei meus estudos lá em Assunção, tava morando em Assunção, com minha irmã. Porque a mãe já não tava mais na nossa cidade, né? Aí eu vim atrás da mãe, praticamente. Aí a Marta precisava de funcionária na época, porque na época era bastante movimento, né? Aí ela precisava de funcionária, chamou.

Pesquisadora: Veio pra trabalhar, então.

²³ (aqueles que dão origem) LEXILOGOS. **Dicionário Guaraní-Inglês**. Disponível em: https://www.lexilogos.com/english/guarani_dictionary.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

²⁴ Tom, inflexão ou pronúncia particular de cada indivíduo ou de cada região. “**sotaque**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/sotaque>.

Francisca Cabrera: Praticamente.

Pesquisadora: E daí você terminou o ensino médio?

Francisca Cabrera: Sim, eu tenho o ensino médio finalizado.

Turner (1993) na busca por analisar os relatos das pessoas sobre o acesso ou exercício da cidadania na fronteira, aponta para teorias como a de Marshall que vê a cidadania como um fator de integração social, contribuindo para reduzir desigualdades e fortalecer o senso de pertencimento na sociedade. Já autores como Julian Borba (2004) analisa o conceito estabelecido por Marshall sobre Cidadania Social que foi consolidada no século XX com a ascensão do Estado de bem-estar social, e inclui também os direitos sociais, como acesso à educação, saúde e seguridade social, garantindo que os cidadãos possam usufruir plenamente dos direitos civis e políticos. Durante a entrevista, buscamos realizar questionamentos sobre políticas públicas, a fim de identificar, nos relatos, as percepções individuais e os conceitos estabelecidos pelos grupos. Em um momento oportuno vamos discutir brevemente, nessa ceira das políticas públicas, sobre o acesso à educação.

Os filhos de **Francisca Cabrera** são brasileiros, residentes no Paraguai, e com base na documentação necessária para acessar as políticas públicas como educação, seria necessário que os beneficiários residam no Brasil e comprovem sua residência, para tanto, vemos o funcionamento das redes de solidariedade em funcionamento, quanto ao fornecimento de endereço para que as crianças pudessem ir à escola. A teoria sobre as redes de solidariedade é discutida dentro das ciências sociais e é amplamente analisada nos conceitos sobre os movimentos sociais²⁵, identidades culturais e formas de cooperação coletiva.

Discorre Euzeneia Carlos (2011, p. 157) como os movimentos sociais se estruturam em torno de uma identidade coletiva, que emerge do reconhecimento mútuo entre seus membros, consolidando-se a partir de uma cultura e solidariedade próprias. Esse tipo de identidade fortalece um senso de propósito compartilhado, promovendo um comprometimento coletivo. Isso permite que indivíduos e organizações se sintam interconectados e unidos em torno de uma mesma causa, facilitando a cooperação e coordenação de esforços.

Pesquisadora: E ela falou do estudo do Paraguai, que é muito bom.

Francisca Cabrera: Eu tenho de provas isso. Porque os meus dois estudaram no Brasil.

Pesquisadora: Seus dois filhos?

²⁵ Conforme esta concepção, o movimento social se constitui mediante uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos, associações ou organizações) que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva distinta. (Carlos; 2011, p. 156).

Francisca Cabrera: Sim, os dois, os maiores. A minha menina já teria que estar já no sexto ano. Ela fracassou aqui no Paraguai. Ela não conseguiu? Ela foi até o terceiro ano no Brasil, né? Tava no Inácio de Castro. Eu até fui atrás, vou falar assim um pouco, porque ela precisava de um psicopedagogo. Não sei como que fala ali em Sete Quedas, mas eu fui atrás de um psicopedagogo pra ela. Porque ela precisava na época. E foi antes da pandemia isso. Aí eu fui, até falei com a professora dela, porque eu já achava. Porque eu acho que meu ensino foi tão alto que pra mim era uma coisa que minha filha tava precisando. Aí depois eu fui atrás e falei pra professora, ó, aqui será que tem aula de reforço? Ou professora especializada em psicopedagogia, né? Aí a professora pegou e falou assim pra mim, nós temos a psicopedagogia, mas a minha não precisa. Desse jeito. Eu falo assim, mãe!

Pesquisadora: Você viu que precisava? Achando que ela tava precisando e a professora fala pra você que não.

Francisca Cabrera: Aí eu falo assim, tá bom. Já que ela falou que não, né? Ela só é uma professora. Deixei quieto, né? Aí veio a pandemia, acabou o ano praticamente na pandemia, né? Aí eu peguei e falei assim, eu conversei com o meu ex-marido assim, ué, o que que nós vai fazer? Porque ela não tá aprendendo, ela não tá lendo. O que que nós vai fazer? Aí ele falou assim, não sei. Ele não queria tirar eles lá de Sete Quedas pra passar aqui no Paraguai, né? Aí eu falei assim, não. Eu sou mãe, no caso eu vou ir atrás.

Pesquisadora: Aí você tirou do Brasil e colocou aqui.

Pesquisadora: Por que?

Francisca Cabrera: Porque ela foi fazer a prova da terceira série e não passou.

Pesquisadora: Ela não passou. Por quê?

Francisca Cabrera: Porque o ensino é fraco. Esse ano ela está estudando todo no Paraguai. Desde aquele ano praticamente ela está...

Pesquisadora: E você achou que ela está desenvolvendo agora?

Francisca Cabrera: Vixe, ela... Pra te falar, as notas dela... Ótimas. Ótimas. Os dois, não vou negar. É um orgulho pra mim.

Pesquisadora: Então era a falta do reforço mesmo.

Francisca Cabrera: Entendeu? A educação é muito mais fraca. Muito mais fraca. Ela fez da terceira série pra ficar na terceira série e não deu certo. Foi na segunda pra segunda série. Deu o exame, a prova que eles fazem. Prova de aprovação, alguma coisa assim que fala. Ela foi fazer do segundo, não deu. Aí teve que ficar no primeiro. Ela iniciou na primeira série no Paraguai e no Brasil ela estava na... Terceira. Na terceira. Ela voltou porque o ensino não era compatível. Perdeu praticamente os três anos que ela estava pra lá.

Pesquisadora: Nossa, que diferença.

Francisca Cabrera: Entendeu? Aí eu falo assim... Pra mim, nesse ponto da educação, eu falo assim... O Brasil... Você vai e fala assim... Por que a criança não pode repetir de ano? Aí eles falam assim... Não, o Brasil já vem com essa lei que não pode repetir. A criança com terceira, quarta série não pode repetir. Não aprende nada. Mas como, gente? Eu falo assim... Não aprende nada. E a menina não sabia ler. Ela não diferenciava número. Ela não sabia o que era número cinco. Menina... Na terceira série. Na terceira série. Foi um sufoco.

Ao final da entrevista, **Francisca Cabrera** fez um apontamento importante, a respeito de uma caracterização estereotipada negativa que comumente é dada ao Paraguai: a de que “não presta, deve ser do Paraguai” (*sic*). A entrevistada demonstrou o descontentamento com

essa ideia errada, de que as coisas do Paraguai não prestam, “os produtos vendidos no Paraguai são importados pra cá, em sua maioria da China. Então, não fabricamos a maioria dos produtos comercializados.” (*sic*). Nesse sentido, vemos o preconceito expresso a um país em vários aspectos.

Não elevaremos a discussão acerca da efetividade no ensino Brasileiro ou Paraguaio, em que pese os aspectos pedagógicos, em razão do vasto campo e discussões a serem realizadas. Entretanto, este mostra-se um campo necessário para pesquisa, na medida em que acreditamos que um intercâmbio pedagógico traria grandes benefícios para ambos os países.

A discussão no âmbito dessa pesquisa é com base no discurso e nos atravessamentos constantes nas falas da entrevista, como discorre Carla Willing (2019), a linguagem tem vários significados equivocados, que reprimem o que é diferente e defende a sua verdade como única, sendo que a reconceituação da linguagem trouxe a visão da construção conforme a realidade social e em alcançar os objetivos sociais, deixando o foco dos indivíduos e suas intenções para as suas potencialidades e produções (2019, p.7). Nesse mesmo sentido, Willing aponta como:

os analistas discursivos não compartilham desta visão de linguagem. Eles argumentam que quando as pessoas afirmam uma crença ou expressam uma opinião, elas estão tomando parte numa conversação que tem um propósito e na qual todos os participantes têm um papel. Em outras palavras, para entender o que as pessoas dizem, precisamos levar em conta o contexto social no qual elas falam (Willing, 2019, p.7-8).

Seguindo com as transcrições, percebe-se como surgem nos diálogos referências ao sistema único de saúde (SUS). A necessidade de sentir-se seguro com relação a poder acessar o sistema de saúde reflete a realidade da fronteira, na qual as pessoas que transitam nesse espaço buscam pelo direito a saúde quando necessário. Na contrapartida, há medo entre as pessoas, o que contribui para a tomada de medidas ilegais dos fronteiriços pela falta de um sistema de saúde público e eficiente no Paraguai. Essa é uma demanda que expõe pessoas ao risco de saúde, e à marginalização desses grupos, assim como contribui para sobrecarregar as despesas do município, sem a compensação por parte do estado e do governo. Essa transitoriedade permitida na fronteira traz essa sensação de pertencimento.

Nos relatos a seguir, **Francisca Cabrera** relata como “fui abençoada por trabalhar no Brasil” (*sic*). Como dito anteriormente, essa imigração pendular pro trabalho é muito comum nessa região. Entretanto, surge em sua fala, o preconceito estabelecido em se contratar uma pessoa de nacionalidade paraguaia. Observamos, ainda, como a mesma é utilizada pela

empresa para atender as pessoas de sua própria nacionalidade, como se outra pessoa de nacionalidade brasileira não pudesse atender.

Xenofobia refere-se ao medo ou aversão a pessoas consideradas estrangeiras, com base nas diferenças culturais percebidas. O termo tem origem no grego, onde *xénos* significa estranho, e *phóbos* denota medo ou aversão. A xenofobia manifesta-se através do temor ou rejeição em relação a grupos de outras culturas, com base na incompreensão ou resistência às diferenças culturais (Cashmore et al., 2000). São perceptíveis, nas falas da entrevistada, alguns traços de xenofobia:

Pesquisadora: Mais pra baixo eu vou perguntar disso, então. Aqui ela pediu pra mim perguntar pra vocês se você acha que esse movimento na fronteira influencia pra ter documento pessoal e exercer a cidadania. Que é isso de poder ir acessar a educação, saúde...

Francisca Cabrera: Eu acredito que sim. Principalmente pras crianças, né? E pros adultos é pro serviço, né? Porque nem todo paraguaio pode ir pra lá trabalhar.

Pesquisadora: E aí você foi trabalhar no Brasil.

Francisca Cabrera: Aí nós conversamos. Ela falou assim... Eu não vou poder te registrar. Mas eu quero que você trabalhe comigo. Aí nós conversamos e combinou como que vai ser. E nem todo mundo consegue. Entendeu? Aí que vem a minha indignação, sabe? Eu falo assim... Como que o brasileiro pode vir trabalhar de boa do lado paraguaio que ninguém fala nada, dá serviço de boa e o paraguaio não pode ir pra lá?

Pesquisadora: Você fala que lá eles se incomodam.

Francisca Cabrera: Não é incomodação. Não aceita. Não aceita. Eu mesmo falo assim...

Pesquisadora: Um preconceito, você acha?

Francisca Cabrera: Exatamente. É preconceituoso. Muito, muito mesmo. Poucas pessoas do Paraguai trabalham no Brasil, né? Até pra atender os paraguaio é preconceituoso. Porque as meninas ali na loja mesmo vêm paraguaio e eles falam assim não.

Pesquisadora: Os brasileiros não querem atender os paraguaio?

Francisca Cabrera: Não.

Pesquisadora: Só você que atende?

Francisca Cabrera: Entendeu? Aí eles falam assim... Esse é o... Eu não entendo o que eles pedem. Eu não sei o que eles querem. Gente, é fronteirizo. Como que você não vai entender? Aí eles se incomodam quando chega o paraguaio. Eu já puxo meu sotaque e vai. E atende. Porque não tem como você atender um paraguaio e falar em português. Não tem como. Tem alguns paraguaio que já acostumam mesmo que estão daqui e falam de boa o português para lá.

É interessante observar a colocação de sermos fronteiriços, refletindo a existência de uma divisão real e não visível. Quando se realiza o ato de atravessarem para o outro lado, deixam seu território, como aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016, p. 48):

Perder sua territorialidade, ver-se desvinculado de sua terra, é para um humano uma violência contra seu próprio ser, contra sua própria identidade, que é, quase sempre, marcada e definida por um pertencimento territorial. O estrangeiro, seria, assim, um ser humano já fragilizado por se ver em território estranho, por se ver fora de seu território, aquele que era como se não fosse sua pele, seu corpo, pois o lugar que o viu nascer e ganhar corporeidade. A xenofobia é um sentimento cruel, entre outras coisas por incidir sobre um ser humano já em estado de fragilidade, já em situação de estranhamento e precariedade territorial.

Segundo Sá (2015 *apud* Albuquerque Júnior, 2016), a comunicação, especialmente por meio do domínio do idioma local, é fundamental para a inserção dos imigrantes na sociedade. Por meio da aprendizagem da língua, os imigrantes desenvolvem laços com novos atores sociais e passam a incorporar a cultura brasileira, o que facilita sua integração e promove ascensão profissional. O domínio do idioma não apenas estreita os vínculos com a comunidade local, mas também contribui para a formação de uma nova identidade, construída gradualmente com a assimilação da nova cultura. É o que percebemos neste trecho da entrevista:

Francisca Cabrera: Nada. Não sabe falar nada. Então, daí no caso. Até os representantes que vêm de fora. Eles falam assim. Você como paraguaio. Como que você se sente? Eu falo assim. Como que eu vou me sentir? Orgulhosa. Aí eles falam assim. Por quê? Ué. Eu tô aprendendo o idioma de vocês. Eu sei falar o idioma de vocês. Aí ele fala assim. Então, né. Que coisa feia. Aí eu falo assim. Não é coisa feia. Não tenho culpa que eu seja trilingue. Aí eles falam assim. Ah, metida. Aí eu falo assim. Não, mas é verdade. É o interesse, né. É o interesse.

Pesquisadora: Você acha que. Eu tava pensando, né. Foi até a dona Maria que falou pra mim. Será que a gente é. Eu acho que a gente é. Acho não. Tenho certeza. Tem um preconceito de achar que talvez a língua seja menos e não quer aprender.

Francisca Cabrera: Mas eu acho assim que a língua espanhola ou castelhana ou o guarani. Eu acho mais assim que o guarani eles não querem aprender por causa que eles falam que é do índio. Entendeu? Aí que vem. Por que que o paraguaio eles têm aquele preconceito? Porque eles falam que é indígena. Mas não, gente. Nós é igual vocês. Misturaram o povo do Portugal com os índios da Amazônia, não é? É a mesma coisa. A gente é essa mistura.

Pesquisadora: E vocês são os espanhóis com os índios.

Francisca Cabrera: Os indígenas. Não é só uma. Foi colonizado, né? Foi colonizado. Mas o brasileiro esconde essa origem indígena, né?

Pesquisadora: Sim. E vocês não escondem. Vocês têm orgulho disso.

Francisca Cabrera: Claro. É o único país praticamente no mundo que é bilíngue.

Pesquisadora: Exato. Eu ainda falei pra dona Maria. Gente, vocês falam português, espanhol, guarani, castelhano e ainda tem o portunhol que vem aí, né? Que é essa mistura. E daí tem uma pergunta aqui que eu falo dessa mestiçagem que acontece, Tanto do brasileiro com o paraguaio. E a

mestiçagem que teve do espanhol com o indígena. Com o tupi. E no Brasil a gente também teve essa miscigenação.

Nesse ponto da entrevista, assim como nas demais entrevistas, percebe-se o quanto o sistema de saúde é importante, tendo vista que em vários momentos mencionam a necessidade ou a busca por acesso à saúde. Conforme descreve Keli Regina Dal Prá:

O trânsito de pessoas, no Mercosul, de um país a outro em busca de assistência à saúde é determinado, em grande medida, pelos aspectos socioeconômicos, onde brasileiros e estrangeiros imigram para outros países, temporária ou definitivamente, pelas condições de renda, trabalho, serviços, etc, oferecidas por cada país (Prá, 2006, p. 72)

Observamos ainda, o fenômeno da mobilidade em alguns trechos da entrevista, porquanto se trata dessa busca pelos serviços do outro território. Temos a crescente demanda de imigrantes pelo SUS, quando, por conseguinte temos diversos brasileiros migrantes para o Paraguai em universidades, na agricultura e na moradia.

Para Dal Prá (2006) os direitos e a cidadania estabelecido no acordo do MERCOSUL, não são suficientes ante o caráter econômico, sendo necessário realizar uma discussão sobre políticas públicas sociais, e também necessário que o acordo comercial reconhecesse as relações sociais entre povos, legislações e diferentes necessidades nas fronteiras.

Francisca Cabrera: Aí que eu falo assim, só que daí pra ser mais assim, ir pela legalidade, eu acho que eu teria que ter alguma documentação, tipo assim, tipo de residente.

Pesquisadora: Sim, sim, fazer um visto, né?

Francisca Cabrera: É, isso. Nem que você não... Eu, por exemplo, falo assim, não quero renunciar ao que eu sou pra ser uma coisa que eu não sou.

Pesquisadora: Mas a gente vive numa fronteira muito perto, eu entendo. Então vocês queriam poder usufruir de lá assim como usufruem daqui?

Francisca Cabrera: Sim, entendeu? Ser um direito de todos. Eu vejo, eu vou te falar, eu vejo muito porque eu tenho nódulos nos seios e eu faço tratamento em assunção. Aí eu vou lá, quando você vai lá, aqui é salto mesmo, não precisa ir em assunção, muito longe já. Aqui é salto mesmo. Você vai querer consultar com um pediatra? Você tem mais brasileiros estudando lá pra te atender que o pediatra próprio. E é tudo brasileiro. Aí você vai lá, senta lá, você senta pra fazer consulta pediátrica. Eu falo assim, eu até briguei com o doutor lá, porque eu fui com o problema do meu filho, do meu bebê, querendo saber. Aí eu falei assim, o professor falou assim, pergunta aí, o que você... Eu falo assim, tá bom, tá certo, eles estão estudando. No momento, eu falo assim, eu tava procurando alguma coisa pra sarar o meu filho. O professor passa os meninos que são brasileiros pra mim. Aí eu falei assim, professor, o que eles vão fazer e perguntar pra mim se eles não conseguem falar o que eu tô querendo... Eles não te entendem. Entendeu?

Pesquisadora: Eles não te entendiam.

Francisca Cabrera: Não, porque eu comecei a puxar o castelhano com eles. Aí depois o professor falou assim, mas a senhora sabe falar português? Falou pra mim, o doutor. Aí eu falei assim, tá bom, eu vou falar e eu vou entender o que eles falam, mas o que que acontece? O que que vai acontecer na medicação? Falei, não, a medicação sou eu que vou passar pra senhora. Falei assim, tá bom, mas se meu filho passar mal ainda depois disso, é o senhor que vai ter a responsabilidade. Falei assim. Aí ele falou assim, sim, senhora. Eu vou ter a responsabilidade.

Pesquisadora: Então, no seu país, no atendimento lá... Eu falo. Você teve que falar português.

Francisca Cabrera: Sim. Porque o aluno... Porque o aluno brasileiro não sabia falar o espanhol. No meu próprio país, eu tô falando. Eu sei que tá acontecendo isso. Assunção, você vai... Monte de brasileiros. Passando aqui... No idioma. E lá é tudo fácil.

De acordo com a interpretação de Dal Prá (2006) baseada em Júnior e Oliveira (2003, p. 15), a nacionalidade e o pertencimento a uma comunidade política tornaram-se fundamentais para a instituição da cidadania inicialmente. Nesse contexto, a nacionalidade funcionava como um critério homogêneo que permitia ao Estado-nação reconhecer que os indivíduos pertenciam ao seu território. Assim, apenas aqueles considerados nacionais eram cidadãos, e os direitos de cidadania exerciam-se exclusivamente no interior desse Estado-nação. A autora descreve ainda a evolução do conceito de cidadania, no qual as dimensões de território e nacionalidade perdem a centralidade, preferindo “não mais a busca da cidadania somente a partir do estabelecimento de acordos e relações econômicas de integração entre os países, mas também através da integração cultural, social e política, para além do mercado” (Dal Prá, 2006, p. 70 *apud* Svecenko, 2005).

O modelo de cidadania nacional não abrange a realidade das fronteiras na região do Acordo e, em especial, do Brasil – que faz fronteira com 10 países, totalizando aproximadamente 114 municípios na linha de fronteira – cenário onde é impossível desconsiderar a discussão de uma cidadania regional. A partir dessa realidade, como não pensar em estender a cidadania aos não cidadãos (populações fronteiriças e estrangeiros) que possuem o direito à mobilidade espacial, o direito civil de ir e vir, o que na sociedade capitalista, em países subdesenvolvidos, significa ter outros motivos que somente querer exercer um direito civil, significa também querer exercer um direito social, e mais, um direito à vida – que significa o direito à assistência às ações e serviços de saúde – mesmo que num país, num território, numa nacionalidade, num espaço que não é seu, nem o reconhece enquanto cidadão? Porque essa mobilidade, em geral, é condicionada, de um lado, por razões socioeconômicas, pelas desigualdades sociais geradas dentro do sistema capitalista, pelos avanços e retrocessos gerados pelas reformas do Estado e seus reflexos nas políticas de saúde afetando diretamente o cidadão que deveria ter garantido seu direito à saúde. (Dal Prá, 2006, p.74)

Durante a entrevista, quando perguntada sobre preconceito, instantaneamente **Francisca Cabrera** respondeu em como são tratadas nominalmente com sua nacionalidade “...É porque lá na loja mesmo, ô paraguaia.” A entrevistada também percebe a xenofobia com o passar do tempo, revelando ao afirmar que “[...]mas eu falo assim, pra mim, assim, tipo, eu sei, meu nome não é paraguaia, mas é uma coisa assim, pra mim já é, tipo, pegar na brincadeira”. A entrevistada também conta, segundo o relato de sua irmã, “Porque meu nome não é paraguaia. Exatamente. Meu nome é Sandra. Eu tenho nome. Ela fala, ela é orgulhosa nisso”. Em outros trechos, é possível observar melhor essa questão:

Pesquisadora: Ó, então tá, aqui falando de, se você conhece alguém que já sofreu preconceito por causa do documento pessoal.

Francisca Cabrera: Eu. É porque lá na loja mesmo, ô PARAGUAIA.

Pesquisadora: Aham.

Francisca Cabrera: Eu não me incomodo. Eu, por mim, eu falo pra você que eu tô de boa. Lá na loja me chamam, ô paraguaia! É, é a sua nacionalidade. Mas não, a pessoa quer dar um nome pra você de paraguaia. Seu nome não é paraguaia. Seu nome não é paraguaia. É, a Sandra mesmo. Ela fala assim, não aceito ninguém me chamar de paraguaia. Por que não é o seu nome. Porque meu nome não é paraguaia.

Pesquisadora: Exatamente.

Francisca Cabrera: Meu nome é Sandra. Eu tenho nome. Ela fala, ela é orgulhosa nisso. Mas eu falo assim, pra mim, assim, tipo, eu sei, meu nome não é paraguaia, mas é uma coisa assim, pra mim já é, tipo, pegar na brincadeira.

Pesquisadora: Você largou a mão.

Francisca Cabrera: Entendeu?

Pesquisadora: É um preconceito velado.

Francisca Cabrera: É um preconceito, entendeu? Porque você tem nome.

Silva e Fernandes afirmam que “para muitos cidadãos brasileiros, os atos racistas e discriminatórios que ocorrem na sociedade, na verdade, não são caracterizados como tal, são apenas brincadeiras, ou seja, não têm a finalidade de configurar atos racistas”. (Silva; Fernandes, 2017, p. 59)

Durante a entrevista estava presente a avó de **Francisca Cabrera**, as famílias de nacionalidade paraguaia demonstram muito respeito por suas gerações, e são consideradas pessoas sábias, além de se tratar da educação e moral repassadas por gerações. Quando falamos em preconceito, logo surgiu um fato ocorrido com **Pancha Garmendia**, que concordou em participar da pesquisa. Desde o primeiro contato e em todo momento em que estive na residência da família, fui muito bem acolhida.

Pancha Garmendi entende muito bem o idioma português no âmbito da fala e da escuta. Contudo, após o fato relatado, jurou nunca mais falar em português, tem preferencia em

falar Guaraní ou Castelhana, mas diante da minha ignorância e limitação, desde minha chegada dialogou em espanhol de modo que eu a compreendesse. Essa atitude mostra a grandiosidade em respeitar sua própria nacionalidade e em contribuir com sua história, de modo que eu pudesse entender, sem me atribuir o preconceito e sem me discriminar.

Pancha Garmendia: Sabes por qué? Yo trabajé ahí en... Esa es una buena historia también. En el mismo país. En mi propio país. Éramos tres paraguayos allí. Pero la dueña era brasileña. El guardia de seguridad era paraguayo. El vendedor de electrónicos era paraguayo. Y yo, por la mañana, limpiaba todo y, por la tarde, empaquetaba. Después, un día, la compañera, que es brasileña, dijo que nosotros hablábamos en guaraní por ellas y nos reíamos por ellas. No sé si me entiendes.

Pesquisadora: Entendi.

Pancha Garmendia: Entonces, la compañera, un día, nos llamó, nos pagó y nos dejó. Nos dejó. Nos dejó. No, pero lo hizo. Oh, sí, me lo dijo. Me lo dijo. Si quieres, quédate allí. Si no, lo despediría. No, me lo dijo así. Oh, Pancha! Mi nombre es Pancha Garmendia. Oh, Pancha, me lo dijo un día. No vayas más a hablar de guaraní con tus compañeros de equipo. Porque no les gustan sus camaradas brasileños. Lo dije así. Ves, doña Lidia? Muy grande lo que me estás preguntando. Estoy en mi tierra. Ese es mi lenguaje, que nadie puede prohibir.

Pesquisadora: Adorei. Parabéns.

Pancha Garmendia: Así le dije a la señora. Pasó una semana, nos pagó y nos dejó. Y dentro del país. Dentro del país.

Pesquisadora: Que horror. Que vergonha.

Pancha Garmendia: Desde entonces he dicho que nunca hablaré portugués. Entonces dije, no voy a hablar, nunca voy a hablar portugués. Me humilló en mi tierra. Lo dije así. Entonces, si voy a trabajar con ustedes a Brasil, me harán limpiar el piso. Está usted muy equivocada, señora Lidia. Muy grande lo que me preguntaste. No voy a ocupar un lugar, dijo. No sé cómo... La palabra no es prejuicio. No lo es. Era peor. Una humillación. Era racismo, prácticamente.

Antes de iniciarmos a entrevista, **Francisca Cabrera** verbalizou um descontentamento, afirmando que “o Brasil está colonizando o Paraguai, estamos sofrendo uma colonização, nossa cultura está sendo apagada” (*sic*). Ela explica que a população de Pindoty Porã fala muito o português, e mesmo famílias de origem paraguaia estão deixando sua língua para falar o português.

Silva e Fernandes defendem como benéfico se “[...] três barreiras forem vencidas (acolhimento, língua e preconceito), o imigrante se adaptará muito mais rápido na sociedade brasileira, incorporando assim a sua nova identidade e deixando de ser “o estrangeiro”” (Silva; Fernandes, 2017, p. 60) e vivendo de forma plena e integrada na sociedade e não à margem da sociedade ou excluído em guetos. Observamos isso no relato da entrevistada:

Francisca Cabrera: Ele fala. Ele não passa a cultura. Mas sua mãe também. Não passa. Sua mãe é paraguaio. Não passa. E o papai é brasileiro. Não passa a cultura, entendeu? E abandonou a língua. Ah, também a história da minha menina eu não tinha contado. Na creche, na época que ela estava, me ligaram da escola. Aí eu fui. Aí a professora falou assim, você tem como falar mais o português com ela? Aí eu peguei e falei assim pra professora, mas professora, por que você está pedindo isso? É que ela vem aqui e mistura muito o português com o espanhol, daí a gente não consegue entender muito ela. Aí eu falei assim, ué, professora, ela tem o direito dela falar do jeito que ela quer? Eu sei que ela está em uma escola brasileira, mas assim, ela, eu não vou deixar de ensinar ela o meu idioma, porque eu sei que é um idioma que ela não vai conseguir falar depois de grande. Eu prefiro falar mais com ela o meu idioma que deixar falar.

Pesquisadora: Até porque na escola, a gente tem espanhol.

Francisca Cabrera: Entendeu? Quando eu estudava, não tinha. Mas hoje, meus filhos, quando for pra... vai ter duas línguas, inglês e espanhol. Aí a professora me pediu isso, falei assim, na hora eu neguei. Na hora eu neguei. E ela? Aí ela falou assim, então o que a gente vai fazer? Aí eu falei assim, então, você pode falar com ela o português, que ela vai te responder, ela vai te entender. Aprende a falar espanhol. Acredita?

Acreditamos que essa visão de se adaptar contribuiu para o apagamento e exclusão desses grupos. A necessidade em se adaptar a um ambiente demonstra o quanto este ambiente não aceita o que é diferente. Não basta o abandono de seu lar, essa imposição e urgência fere o ser. Nesse mesmo sentido Junior defende que:

muitos dos filhos de imigrantes vivem nos países em que nasceram, nos quais são vistos propriamente como iguais por terem costumes e tradições advindas dos territórios e culturas de onde provieram seus pais, sendo vistos como cidadãos de segunda categoria, como é o caso dos filhos de latino-americanos nos Estados Unidos. A xenofobia atua não apenas tentando barrar a entrada dos imigrantes, vistos como invasores, mas também marginalizando e atirando à condição de cidadãos de segunda classe os filhos de imigrantes nascidos nas próprias nações que os recebem, produzindo gerações de jovens pouco territorializados, disponíveis para serem recrutados por grupos e crenças que ofereçam uma territorialidade, uma identidade substituta para esses jovens. (Junior, 2016, p. 57)

Vemos aqui a hibridação cultural, assim como o surgimento dos chamados “Brasiguaios”, filhos de imigrantes que nasceram no Brasil ou que são parte da miscigenação, em razão da mistura de duas nacionalidades. Para Stuart Hall,

eles (imigrantes) são o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia.” (Hall, 2004, p. 89).

Além disso, sobre o conceito de cultura híbrida, Colagenese acrescenta que

Em seu sentido originário, o termo brasiguaio designa uma identidade duplamente negativa: nem brasileiro e nem paraguaio, sem terra e sem pátria. Ele designaria o grupo de indivíduos que deixaram o Brasil e agora se encontrariam deslocados e sem direitos, tanto aqui no Brasil quanto no Paraguai. (Colagenese, 2012, p. 153)

Essa citação de Colagenese (2012) sobre o conceito de "brasiguaio" ressalta a complexidade das identidades que emergem nas fronteiras, revelando uma condição de exclusão que se manifesta tanto em termos de nacionalidade quanto de pertencimento. A identidade "brasiguaia" não é apenas uma simples junção de características brasileiras e paraguaias, mas representa uma situação de não pertencimento e marginalização, onde os indivíduos se veem sem as garantias e direitos que um lar deve proporcionar. Assim, o conceito de cultura híbrida é essencial para entender as experiências desses indivíduos, pois sugere que, mesmo na ausência de uma identidade fixa, eles podem construir novas formas de vida e sociabilidade que desafiam as categorias tradicionais de nacionalidade e pertencimento.

CAPITULO IV – RESULTADOS

As condições de produção do discurso referem-se ao contexto sócio-histórico e à posição dos sujeitos em um dado momento, que influenciam diretamente no que é dito e como é dito. Em várias entrevistas realizadas no decorrer dessa pesquisa observamos indivíduos que, por viverem na fronteira Brasil-Paraguai, experienciam múltiplas identidades culturais e políticas. A fronteira é um espaço onde as barreiras são tanto físicas quanto discursivas, e isso influencia diretamente as falas. A análise do discurso baseada nas entrevistas fornecidas, considerando os conceitos de mobilidade na fronteira, exclusão, preconceito, xenofobia, mestiçagem, cidadania e memória social, revela dinâmicas complexas e multifacetadas que afetam a vida cotidiana das pessoas que vivem nas regiões de fronteira Brasil-Paraguai.

Buscamos analisar como a presença ou ausência de documentação pessoal afeta a prática da cidadania. Identificamos nos relatos de **Juana Carrillo** algumas destas dificuldades: mulher paraguaia de 35 anos, não alfabetizada e sem acesso à documentação pessoal, relatou dificuldades com documentação no Brasil e no Paraguai, resultando na desistência do processo brasileiro devido à complexidade e aos custos elevados.

Juana Carrillo: Já mais no Brasil eu não consegui, não tinha os documentos que precisava. Eu não tinha do Paraguai também.

Pesquisadora: Então a senhora não tinha nenhuma documentação e foi muito difícil de conseguir?

Juana Carrillo: Foi sim, eu desisti do Brasil e do Paraguai eu consegui mais precisei gastar muito, precisa pagar por tudo.

No caso da senhora **Dolores Caballero**, mulher paraguaia de 72 anos, com visto de reunião familiar no Brasil, com nível superior completo, ela explicou que conseguiu os documentos brasileiros com o apoio do consulado, e ressaltou que, sem eles, o acesso à saúde seria mais complicado. A busca pela documentação brasileira foi motivada principalmente pela saúde, destacando a importância desse acesso para a prática de cidadania.

Dolores Caballero: Já me informaram que chegou, que já está tudo. Já tenho minha carteirinha de SUS e meu objetivo de mudar do Paraguai para o Brasil é o lado da saúde.

Para **Serafina Dávalos**, mulher com dupla nacionalidade, com 36 anos, nível superior completo, com acesso à documentação, ela enfatizou o sentimento de exclusão por não possuir CPF brasileiro, o que restringe seu acesso a serviços e compras no Brasil. O caso de Sera-

final é complexo, uma vez que possui as duas documentações, Brasileira e Paraguaia, de forma irregular, tendo em vista que foi seu genitor quem realizou os dois registros, quando criança.

Serafina Dávalos: Sou filha de brasileiros que residem no Paraguai, nos anos 80, por meio de saúde minha mãe passou para o Brasil para fazer o parto. Então, tive minha certidão de nascimento no Brasil. Logo depois do nascimento, voltamos para o Paraguai. Na época, era muito difícil as documentações de lá. Então, meu pai fez uma certidão lá também. Essa, fiquei com dupla nacionalidade. Na época, não tinham conhecimento que era errado, pois todo mundo fazia.

A participante relata que consegue acessar os serviços de saúde, mas constantemente é barrada por falta do CPF, considerando que tem medo de tentar regularizar sua situação. Além disso, relata também que consegue atendimento no SUS, mas não consegue realizar cadastros e compras pela falta de documentação. A dupla nacionalidade é muito discutida na fronteira e diversas pessoas a possuem, mas, por se tratar de algo ilegal, poucas pessoas revelam essa condição.

4.1 Mobilidade e Exclusão na Fronteira

A mobilidade entre o Brasil e o Paraguai é uma constante para muitos dos entrevistados, como **Francisca Cabrera, Barbara Alen, e Emerson**, que compartilham experiências de transitar entre os dois países, seja por motivos de trabalho, educação ou saúde.

As "memórias subterrâneas", conforme descrito por Michael Pollak, referem-se às lembranças e experiências que permanecem à margem da memória coletiva oficial, frequentemente silenciadas ou esquecidas pela narrativa predominante. Essas memórias são especialmente significativas em contextos onde grupos minoritários, como comunidades marginalizadas ou vítimas de regimes opressores, lutam para afirmar suas histórias e identidades em face de uma memória nacional que tende a homogenizar e minimizar as experiências de dor e resistência.

A mobilidade das pessoas que transitam entre Brasil e Paraguai para trabalhar é pendular. Essa experiência ilustra o conceito de "territórios circulatórios transnacionais" descrito por Mazza (2015), onde o sujeito fronteiriço habita simultaneamente múltiplas identidades e espaços. Os participantes, ao trabalhar no Brasil e residir no Brasil ou no Paraguai, representa uma forma de migração contemporânea que desafia as fronteiras

tradicionais e os conceitos rígidos de nacionalidade. É o que podemos ver nestes relatos das entrevistas:

[...] Você trabalha lá. Entendeu? Eu dou meu serviço lá, praticamente eu tô ilegal. Entendeu? Se chegar a vir uma fiscalização, porque eu acho que tem no Brasil. [**Francisca Cabrera**]

[...] E aí eu resolvi vir pra fronteira, para a parte brasileira, porque eu tenho três filhos, mas dois que são mais preocupantes da idade escolar, porque a menorzinha tem quatro, o outro tem treze e o outro tem sete, e aí o de treze pra não perder, o de sete justamente porque tá na parte de alfabetizou, de escrever e ler, mas ainda assim pra continuar. E aí por isso eu resolvi ficar na região, é na verdade eu moro lá dentro, eu moro a uma hora daqui, eu moro lá de Paraguai, todos os dias. [**Barbara Alen**]

[...] Eu sou imigrante no Paraguai, trabalho lá mais moro aqui. No documento é como se eu morasse lá, mas não moro. Todo dia eu volto do pro Brasil, muito comum isso aqui. [**Emerson**]

Essa transnacionalidade influencia diretamente a formação identitária dos filhos de **Francisca Cabrera**, que são brasileiros, mas culturalmente paraguaios. Hall (2004) afirma que as culturas híbridas surgem em contextos de migração e diáspora, nos quais os sujeitos precisam negociar entre diferentes linguagens e identidades culturais. Os filhos de **Francisca Cabreira**, que navegam entre essas duas realidades, são exemplos de sujeitos híbridos, os chamados "brasiguaios", que carregam consigo a complexidade de pertencer a mais de uma nação e, ao mesmo tempo, sentirem-se deslocados em ambas.

Francisca Cabrera, por exemplo, menciona a dificuldade de ser atendida no Brasil durante o parto devido à falta de documentos exigidos, destacando como a documentação é usada como barreira para o acesso a serviços básicos, como saúde e assistência social.

Da mesma forma, **Adela Sánchez** menciona que, no passado, o atendimento médico era mais acessível na fronteira, mas com o tempo, a burocracia e a discriminação aumentaram, tornando o acesso a esses serviços mais difícil para paraguaios. É o que percebemos neste trecho da entrevista:

Adela Sánchez: : Não, acho que não ainda, Gisele. Não me lembro bem, mas eu acho que não ainda. Pra nós que o tempo era melhor, Gisele, no hospital era só no tempo do prefeito ... Ah, naquela época tinha. Aquele tempo eles atendiam a nós. Agora nada. Agora você... Se é por causa de urgência ele atende, mas é bem pouco.

Pesquisadora: Se chegar passando muito mal?

Adela Sánchez: : Só se é assim. Porque no caso ele te atende. Sabe como, Gisele? Ele atende se você pede, mas ele te humilha. Você passa aquela humilhação. Aí quando atende tudo faz tudo o que tem que fazer aí ele fala

pra você. Por que você não vai no teu país? Lá no Paraguai? Aquele encaixa aqui pra você.

Serafina Dávalos: Nunca fui impedida. Eu nunca fui mal atendida por causa de documentação, mas tem bastante recusa em atender. Como eu não tenho CPF, não posso fazer o CPF, eu me sinto bem excluída com relação a compra e atendimento.

Essa dificuldade de acesso aos serviços reflete a exclusão sofrida por essas populações, na qual a ausência de documentos formais do Brasil os coloca em uma situação de vulnerabilidade. A exclusão ocorre tanto no âmbito formal, através da burocracia, quanto no nível social, onde a identidade paraguaia é constantemente questionada e estigmatizada. Os relatos dos participantes dessa pesquisa expõem a forma como ao imigrante, muitas vezes, é negado o atendimento por não possuir a documentação exigida, revelando um processo de exclusão institucional que reforça a marginalização do sujeito fronteiriço. Orlandi (2005) destaca que o discurso é sempre atravessado pelas condições de produção, e no caso dos entrevistados, essas condições incluem a barreira burocrática da nacionalidade, que limita o acesso aos direitos fundamentais.

4.2 Preconceito e Xenofobia

Ao buscarmos identificar os problemas no processo de aquisição de documentos pessoais, pudemos notar a presença de marcadores sociais de diferença. As entrevistas revelam o preconceito e a xenofobia de forma recorrente. **Barbara Alen**, mulher brasileira com 38 anos, com nível superior completo e acesso à documentação, relata que é casada com um homem paraguaio e de nacionalidade brasileira, residente no Paraguai, e teve dificuldade em acessar serviços e documentos no Brasil, considerando a burocracia. Destacou a necessidade de apostilar e regularizar documentos no Brasil e Paraguai e a prática de subornos durante o processo, o que torna a aquisição de documentos complexa e onerosa. Nas palavras da entrevistada:

Barbara Alen: Bom, o meu foi, o meu primeiro começou assim, na verdade foi o seguinte, fui matricular os meninos, e eles pediram uma declaração do posto, o meu filho estava em dia pra vacina. Na minha visão, é só pegar o negocinho, a carteirinha de vacina, olhar, checar, que eles tem lá o número, não sei o que, é só checar pra ver se eu não tô enganando eles, né, checa e fala, ok, declaração, declara para os dados físicos que criança tal tá vacinada em dia. É só isso, concorda?

Pesquisadora: Sim.

Barbara Alen: Aí, eu fui fazer, primeiro me falaram que não, porque eu não tinha endereço aqui, porque eu não tinha, eu tinha acabado de abrir aqui, eu acho que eu não tinha aberto aqui, nem tinha alugado aqui ainda. Não, não deixaram.

Pesquisadora: E você acha que toda essa dificuldade é porque você mora no Paraguai?

Barbara Alen: Sim.

Pesquisadora: Mesmo sendo brasileira, né?

Barbara Alen: Os brasileiros querem que criam um pouco a regra, que não existe na Lei. O que que eu percebo? Não é que você precisa de ter um advogado pra fazer pra você, mas, por exemplo, no Paraguai, tudo sempre rola uma bolada por fora. Então, com o advogado, você vai pagar para o advogado essa bolada, querendo ou não, você tem mais legitimidade de pagar com o advogado, ele também tá ganhando, você não precisava dele. Mas é um pouco, é, vai tendo sofrimento que você pagar pra uma pessoa, depois pra outra, e vai...

Vemos relatos de situações de preconceito explícito no Brasil, em que frequentemente ouvia comentários como "por que você não vai para o seu país?", ao tentar acessar serviços de saúde, como é possível perceber nos exemplos dos relatos de **Francisca Cabrera** e **Adela Sánchez**, mulher paraguaia com 60 anos, não alfabetizada e sem acesso à documentação. Esse tipo de preconceito demonstra uma percepção de "não pertencimento" associada à identidade paraguaia.

Adela Sánchez crítica como o atendimento e facilidades burocráticas eram melhores durante períodos eleitorais, momento em que os paraguaios com documentos brasileiros eram atendidos com mais facilidade. Segundo ela,

Adela Sánchez: E assim que atende. Mais do tempo do... atendia pra nós tudo. Sabe por quê? Porque aqui tem muitos paraguaios brasileiros, como eu falo, tem o documento brasileiro. Mais do tempo da política eles sempre vêm e trabalham todo o tempo da política. Eles porque precisam de votos, precisam disso, disso e disso. Pronto. Quando ganha, te olvida que você votou por ele.

Pesquisadora: Entendi. Então quer dizer que na época da política atende todo mundo.

Adela Sánchez: Atende todo mundo. Agora passou, acabou tudo. Sim, Eu não te conheço se você é Gisele. Nem você pra mim. É, a política é difícil. É desse jeito.

Essa xenofobia é amplificada pelo estigma em torno da língua e da etnia, como relatado por **Francisca Cabrera**, que comenta como os brasileiros riem dela quando faz uma pronuncia diferente ou considerada errada dentro da língua portuguesa. Segundo ela,

Francisca Cabrera: Meu mesmo, minha escrita mesmo, eu falo pra você. Eu confundo a B com a D. As meninas dão risada às vezes, né? Aí eu falo

assim, ué, vocês têm que entender. É muita língua, né? É muita coisa. A gente que fala português escreve e fala português errado. Porque é complicado. Não, sabe o que eu falei? A gente mesma. Às vezes eu falei assim, mas o idioma de vocês é sujo? Falei pra menina. Aí a menina falou assim, por que você fala isso? Ué, você consegue entender uma coisa aqui, sendo que é outra coisa. É sujo. Até na escrita, eu falo assim, eu quero entender, quero escrever direito, mas vocês estão fazendo errado. Aham, também. Se você não souber por uma vírgula, você muda tudo. Muda.

A xenofobia aqui está diretamente ligada a uma hierarquização das identidades linguísticas e culturais, em que as práticas e línguas paraguaias são vistas como inferiores. Na entrevista da senhora **Dolores Caballero**, de nacionalidade paraguaia, com 74 anos, formada em Direito, atualmente naturalizada brasileira em razão de ter filhos brasileiros, foi possível notar seu sucesso por meio do visto de reunião familiar.

Dolores Caballero: É muito, sim. Aqui eu, por exemplo, aprendi o português já aqui no Paraguai, quando eu morava no Paraguai, porque meu marido era fechado no português. Então quem tinha que se comunicar com ele e precisava era eu. Então eu forçosamente tive que aprender o português.

Pesquisadora: E ele não falava nem espanhol, guarani?

Dolores Caballero: Ele falava um pouquinho de espanhol, mas ele entendia tudinho o guarani, só que não falava. Nem o castelhano, ele gostava de se comunicar em português.

A xenofobia, conforme discutida por Cashmore et al. (2000), manifesta-se através da rejeição ao estrangeiro com base nas diferenças culturais, algo evidenciado nas interações de **Francisca Cabrera** com colegas de trabalho e com os serviços de saúde, e com **Dolores Caballero** com o esposo ao não aceitar falar outra língua além do português. A xenofobia não é apenas uma questão de preconceito individual, mas uma prática discursiva que é reproduzida e sustentada por estruturas institucionais.

Nos relatos da entrevistada Pancha Garmendia é possível verificar a violência cometida por brasileiros, em razão do poder econômico:

Pancha Garmendia: No, me lo dijo así. Oh, Pancha! Mi nombre es Pancha Garmendia. Oh, Pancha, me lo dijo un día. No vayas más a hablar de guaraní con tus compañeros de equipo. Porque no les gustan sus camaradas brasileños. Lo dije así. Ves, doña Lidia? Muy grande lo que me estás preguntando. Estoy en mi tierra. Ese es mi lenguaje, que nadie puede prohibir. Muy grande lo que me estás preguntando. Estoy en mi tierra. Ese es mi lenguaje, que nadie puede prohibir.

A fala de Pancha Garmendia ao afirmar que "no meu país, eu falo o meu idioma" reflete a resistência ao apagamento cultural e linguístico, que muitas vezes é imposto aos

imigrantes como parte de seu processo de integração. Albuquerque Júnior (2016) argumenta que a xenofobia é um ato cruel que visa desumanizar o estrangeiro, já fragilizado pela sua condição de deslocamento. No caso de **Pancha Garmendia** e **Dolores Caballero**, a rejeição ao seu idioma e à sua identidade cultural revela a tentativa de marginalizar sua existência, transformando-a em uma cidadã de segunda classe no próprio território em que vive e trabalha.

4.3 Mestiçagem e Memória Social

Ao se buscar a existência ou não do processo de mestiçagem e como isso afeta a prática da cidadania, a mestiçagem aparece como uma realidade cultural e social na fronteira, especialmente nas entrevistas de **Dolores**, **Adela**, **Francisca**, **Eliza**. Elas mencionam a miscigenação entre brasileiros e paraguaios, muitas vezes resultante de casamentos entre homens brasileiros e mulheres paraguaias

Dolores Caballero: Eles são todos, o maior de todos nasceu no Brasil, mas foi certificado aqui no Paraguai. A segunda e o terceiro já nasceram no Paraguai. Mas meu marido, antes de falecer, deu a nacionalidade brasileira para o caçula. Ele é que mora também em Seto Queda, no Brasil, que ele é casado, é adjuntado e tem outro endereço que o meu.

Francisca Cabrera: Gratuito. Então, eles dois são brasileiros. Aí, esse daqui que não consegui ter ele aqui, não. Esse tem um ano? Um ano e cinco meses. Não consegui. Falaram que eu tinha que ter documentação, entendeu? Eles sempre, a única coisa que eles metem ali na hora é documento.

Eliza Alicia Lynch: eu sou paraguaia e sou casada com um brasileiro, tenho um filho e ele nasceu no Brasil.

A memória social, nesse contexto, é moldada pelas experiências de exclusão, preconceito e pela necessidade de transitar entre diferentes identidades culturais e nacionais. Essas memórias são marcadas por histórias de dificuldades e de lutas para acessar direitos, como saúde e educação, devido à ausência de documentação ou preconceito.

A ausência de um aprofundamento sobre a mestiçagem nas entrevistas pode ser explicada por vários fatores relacionados ao contexto sociocultural e às próprias condições de produção do discurso, conforme abordado pela análise do discurso.

As entrevistas, em grande parte, enfatizam as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos entrevistados, como a exclusão social, problemas de documentação, preconceito e falta de acesso aos serviços de saúde e educação. Essas questões práticas e urgentes acabam dominando o discurso, deixando pouco espaço para uma reflexão mais detalhada sobre questões como a mestiçagem. Para os entrevistados, as dificuldades práticas associadas à mobilidade fronteiriça e à luta por direitos podem ter um impacto mais direto e imediato em suas vidas, desviando o foco de uma discussão mais ampla sobre identidades mestiças.

Nos questionamos se, em razão de regiões de fronteira, como entre Brasil e Paraguai, a mestiçagem pode ser muitas vezes uma realidade vivida de forma cotidiana, mas naturalizada. A miscigenação entre brasileiros e paraguaios pode ser vista como parte do cenário social e, por isso, acaba por não ser percebida como algo que precisa ser discutido em profundidade. A mestiçagem pode ser encarada como um fato dado, um fenômeno histórico e cultural amplamente aceito, e, por isso, não é problematizada de maneira explícita pelos entrevistados?

Também consideramos a possibilidade de que a mestiçagem possa ser vista como algo ambíguo ou desconfortável para muitos, especialmente se for percebida como uma mistura entre culturas que são hierarquicamente avaliadas. No caso do Brasil, a história do país tende a romantizar a mestiçagem em um discurso oficial de democracia racial, enquanto na prática, existem preconceitos que desvalorizam as identidades indígenas e negras.

Observamos nas entrevistas que outro fator importante é a questão da nacionalidade. Nas entrevistas, há uma ênfase maior na identidade nacional — brasileira ou paraguaia — do que na questão da mestiçagem. Os entrevistados falam sobre as dificuldades de serem aceitos como paraguaios ou brasileiros, mas a mestiçagem não surge como um problema central. Isso pode indicar que, em contextos de fronteira, a nacionalidade é uma identidade mais marcada e contestada do que as questões étnico-raciais, ou que essas duas dimensões se sobrepõem de maneira complexa.

Pontuo que a mestiçagem pode estar presente, mas de forma invisível, já que as questões de identidade em contextos de exclusão e mobilidade tendem a priorizar o discurso sobre nacionalidade e cidadania. Assim, a ausência de uma discussão mais explícita sobre mestiçagem nas entrevistas pode ser resultado de uma combinação de fatores práticos, históricos e sociais que tornam essa questão menos evidente no discurso cotidiano das pessoas entrevistadas.

4.4 Cidadania e Direitos

As leis de imigração no Brasil desempenham um papel crucial na garantia de direitos para estrangeiros que residem no país. Contudo, a análise das experiências de pessoas que vivem em regiões de fronteira revela uma realidade marcada por desafios na regularização documental e acesso a serviços básicos, mesmo em casos de vínculos familiares com cidadãos brasileiros.

De acordo com a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), o Brasil adota princípios como a igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, o combate à xenofobia e o direito à reunião familiar. No entanto, relatos como os de Francisca Cabrera mostram que, na prática, a falta de documentação adequada, como CPF e identidade brasileira, impede o acesso a direitos fundamentais, como os programas sociais Bolsa Família e cesta básica, mesmo quando os imigrantes têm filhos brasileiros.

Essa situação é ecoada nas falas de alguns entrevistados, que relataram a dificuldade de obtenção de documentos brasileiros, mesmo tendo familiares brasileiros e residindo na fronteira por muitos anos. A cidadania, portanto, é vivida de maneira fragmentada, de forma que a nacionalidade não necessariamente assegura os direitos prometidos pelo Estado.

Foi possível identificar o processo de construção das histórias de vida e movimentação residencial na fronteira. Um exemplo é quando **Serafina Dávalos** descreve como sua história de vida está ligada à fronteira, com dupla nacionalidade e dificuldades legais para regularização de documentos dos filhos. Nas palavras dela,

Serafina Dávalos: Eu sempre morei aqui. Eu não costumo mudar de lugar. Hoje, eu não acredito mais que essa movimentação influencie. A minha família é brasileira também, que residam no Paraguai. Eu não me considero uma pessoa mestiça. Não ouço falar, mas sei que é uma mistura de raça. Eu tenho toda documentação pessoal. Eu acho que as instituições hoje ajudam sim. Hoje não tem tanta dificuldade como antes. Eu tive bastante dificuldade para conseguir. Na verdade, eu tenho receio de legalizar meus documentos, de fazer dos meus filhos da forma correta. Tenho medo de buscar essas informações. Não tenho nenhum conhecimento de pessoas que passaram por isso, ou com relação a preconceito, essas coisas. Não sei dizer, acho que não. Não tem diferença de gênero, raça, classe social, essas coisas.

A questão da dupla nacionalidade no contexto brasileiro, especialmente em regiões de fronteira, evidencia contradições e desafios relacionados à aplicação prática da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017). Embora a lei vise promover a igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, o cenário vivido por indivíduos com dupla nacionalidade expõe barreiras institucionais e sociais que limitam o exercício pleno desses direitos.

A dupla nacionalidade é reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro como um direito legítimo, possibilitando que indivíduos mantenham vínculos formais com dois países. No entanto, relatos de pessoas que vivem na fronteira Brasil-Paraguai mostram que, na prática, essa condição nem sempre garante acesso irrestrito aos serviços públicos e à cidadania plena.

Para Pollak, história de vida “devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais” (1989, p. 11). Nesse mesmo sentido o autor defende que:

Assim como uma "memória enquadrada", uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. Mas assim como no caso de uma memória coletiva, essas variações de uma história de vida são limitadas. Tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados. (Pollak, 1989, p. 15)

A entrevistada **Barbara Alen**, conta que se mudou do Brasil para o Paraguai devido a questões econômicas e familiares e enfrenta desafios na documentação de residência e trabalho. A entrevistada transita entre os dois países diariamente, estando imersa nessa fronteira invisível entre os países e com a miscigenação de sua família.

O entrevistado **Emerson**, homem brasileiro de 44 anos, com ensino fundamental incompleto, com acesso, relatou seu processo de acesso. Como dito anteriormente ele é o único entrevistado homem, com renda de mais de quatro salários, evidenciando os marcadores da diferença em relação a gênero, com enfoque econômico e étnico.

Emerson: eu tenho minha documentação. Primeiro fiz o imigrante no Paraguai, permanecendo por dois anos com ele, depois dei entrada na cédula de identidade paraguaia.

Pesquisadora: Você tem os dois documentos? É dupla nacionalidade?

Emerson: não é não. Eu fiz tudo certo, existe esse jeito ilegal, para quem não consegue pagar todo o processo, mas é perigoso neh! A única coisa errada, é que eu moro no Brasil, pra você ter o imigrante ou a cédula de identidade, você precisa morar no Paraguai. Eu uso um endereço que não é meu.

Vemos no relato de **Emerson** as redes sociais em ação ou as chamadas redes de solidariedade. Visando trabalhar e transitar com tranquilidade na fronteira os moradores se valem de técnicas para terem acesso aos serviços. A facilidade em obter essa documentação, está ligada ao fator econômico, e consequentemente de gênero.

Pollak (1989) argumenta que as memórias subterrâneas não são apenas resquícios do passado, mas forças vivas que, embora frequentemente expressas em silêncio, possuem o potencial de emergir em momentos de crise. Essa emergência pode manifestar-se em protestos ou reivindicações por reconhecimento, desafiando assim a narrativa oficial. O autor destaca a importância da história oral como ferramenta metodológica fundamental para a valorização dessas memórias, possibilitando que a produção histórica não se restrinja a uma narrativa hegemônica, mas contemple múltiplas perspectivas e experiências sociais frequentemente silenciadas.

Dessa forma, a reflexão sobre as memórias subterrâneas não apenas enriquece a compreensão histórica, como também evidencia a importância de reconhecer e integrar narrativas historicamente marginalizadas na construção de uma memória coletiva mais inclusiva e equitativa. A valorização dessas narrativas é essencial para a promoção de uma sociedade mais consciente de suas complexidades históricas e sociais, onde todas as experiências têm espaço e reconhecimento.

A prática de obtenção e utilização ilegal da dupla nacionalidade em regiões de fronteira, como entre Brasil e Paraguai, revela um conjunto de contradições e desafios estruturais que vão além do ordenamento jurídico. Apesar de a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) estabelecer direitos e diretrizes claras para a regularização da situação de estrangeiros e a reunião familiar, a realidade das populações fronteiriças frequentemente expõe lacunas na aplicação dessas normas.

Na fronteira, a busca por documentação que permita circular livremente e acessar direitos em ambos os países levam muitos indivíduos a recorrer a estratégias ilegais, como o uso de endereços fictícios ou falsificação de informações. O relato de Emerson ilustra essa realidade: ele obteve a cédula de identidade paraguaia, essencial para a mobilidade e acesso a serviços no país vizinho, utilizando um endereço que não era de sua residência. Segundo ele, essa prática é comum para aqueles que não conseguem pagar pelo processo formal de regularização. Embora reconheça os riscos dessa estratégia, Emerson aponta que a dificuldade financeira e a burocracia muitas vezes tornam inviável o cumprimento estrito das exigências legais.

A questão econômica surge como um fator central nesse contexto. Enquanto indivíduos com melhores condições financeiras conseguem regularizar sua situação de forma oficial, aqueles em situação de vulnerabilidade frequentemente recorrem às redes de solidariedade e práticas informais. Essas redes, embora essenciais para a sobrevivência de

muitas famílias, acabam perpetuando um sistema paralelo que opera fora das leis formais, destacando a desigualdade estrutural presente no acesso à cidadania binacional.

A existência desse sistema informal também coloca desafios para a gestão pública, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Enquanto os Estados tentam controlar o fluxo migratório e assegurar a integridade de seus sistemas administrativos, as populações fronteiriças desenvolvem estratégias criativas para superar barreiras que consideram injustas ou inviáveis. Essa tensão entre legalidade e necessidade prática destaca a importância de uma abordagem mais flexível e sensível à realidade das fronteiras no que concerne à obtenção de documentos legais e obtenção da cidadania em geral.

Em síntese, a prática ilegal da dupla nacionalidade na fronteira Brasil-Paraguai não apenas revela fragilidades nas políticas migratórias e de cidadania, mas também levanta questões sobre a equidade no acesso aos direitos. Para superar essas contradições, é necessário não apenas reforçar a fiscalização, mas também simplificar os processos de regularização e investir em políticas públicas que reconheçam as especificidades das populações de fronteira.

4.5 COLONIZAÇÃO BRASIL-PARAGUAI

As entrevistas também evidenciam como a colonialidade influencia a vida cotidiana nas regiões de fronteira, moldando a cidadania, a identidade cultural e as relações transnacionais entre Brasil e Paraguai. Em Sete Quedas - MS, a dupla nacionalidade destaca tensões identitárias e desafios sociais. Fundamentado em Gloria Anzaldúa, Aníbal Quijano e José de Souza Martins, este estudo analisa o impacto da colonialidade sobre a cidadania e o pertencimento.

As falas dos entrevistados apontam para uma cidadania marcada por desigualdades e exclusões. Martins (1994) observa que os territórios de fronteira são lugares de marginalização, onde o Estado frequentemente falha em prover direitos básicos, deixando os indivíduos em uma posição de vulnerabilidade. A entrevistada Adela Sanches afirma: “Aqui, a gente luta por saúde e educação como se fosse pedir um favor. Parece que não somos cidadãos completos, mas sempre tratados como menos importantes.” Essa fala ecoa a ideia de que, nas fronteiras, as populações habitam um espaço simbólico de não cidadania, onde os direitos são frequentemente negados e a presença do Estado é insuficiente.

A percepção de que “o Brasil coloniza o Paraguai”, expressa por Dolores Caballero, reflete uma continuidade da lógica colonial em relações transfronteiriças. Anzaldúa (1987), em *Borderlands/La Frontera*, aponta que as fronteiras não são apenas divisores geográficos,

mas também espaços de dominação cultural e econômica. Francisca Cabreira acrescenta: "A gente sente como se o Brasil estivesse colonizando o Paraguai. Eles chegam com empresas grandes, tomam as terras, e o povo daqui e de lá fica sem nada. Só quem ganha é quem já é rico."

Essa dinâmica encontra paralelos históricos na Guerra do Paraguai (1864-1870), um evento que marcou profundamente as relações entre os dois países e consolidou a hegemonia econômica brasileira sobre o Paraguai. Hoje, essa hegemonia se manifesta na expansão do agronegócio e na apropriação de terras para monoculturas, perpetuando a colonialidade por meio de novas formas de exploração.

As narrativas que surgiram a partir da Guerra do Paraguai também destacam como a memória histórica é utilizada como ferramenta de resistência contra a colonialidade. Francisca Cabreira reflete: "O que aconteceu depois da Guerra ainda não acabou. Só mudou a forma. Eles vêm, tomam a terra, e a gente fica olhando, sem força pra lutar." Essa fala demonstra a importância da memória coletiva, alinhada à perspectiva de Anzaldúa, que entende a resistência como uma luta tanto material quanto simbólica. A memória histórica não apenas denuncia as injustiças, mas também fortalece identidades locais e reivindica direitos.

Outro aspecto central das narrativas é a alienação cultural imposta por uma lógica de superioridade colonial. Como afirma Francisca Cabreira: "Nossa cultura é tratada como coisa de pobre, coisa menor. Mas é nossa história, nossa vida. Por que temos que nos adaptar ao que eles querem?"

A desvalorização da cultura local reflete o que Anibal Quijano (2000, p. 36) descreve como colonialidade do poder, na qual padrões culturais europeus ou hegemônicos são impostos em detrimento das tradições locais, perpetuando desigualdades simbólicas. Apesar das adversidades, as populações fronteiriças mostram uma resiliência significativa. Juana Carrilo destaca: "Nós nos ajudamos porque sabemos que, se depender deles, não vamos ter nada. A união aqui é o que mantém a gente de pé."

Essa solidariedade reflete as redes de apoio comunitário que surgem em oposição à exclusão institucional, como aponta Martins (1997). Essas práticas reafirmam a importância das relações comunitárias e da organização coletiva como formas de contestação ao sistema.

As narrativas obtidas nas entrevistas das populações de Sete Quedas - MS evidenciam como a colonialidade molda as experiências de cidadania, pertencimento e identidade nas regiões de fronteira. Fundamentadas nas teorias de Anzaldúa (1987), Martins (1997), essas análises mostram que a colonialidade transcende o passado histórico, manifestando-se em práticas contemporâneas de exclusão e exploração.

Entretanto, também é possível identificar formas de resistência e solidariedade que desafiam essas estruturas. Por meio da memória coletiva, da organização comunitária e da valorização da identidade local, as populações de fronteira reconstróem suas histórias e lutam por uma cidadania mais inclusiva.

A dupla nacionalidade se revela como espaço de conflito identitário. Gloria Anzaldúa (1987), em *Borderlands/La Frontera*, descreve as identidades fronteiriças como "liminares", caracterizadas pela constante negociação entre culturas. Essa vivência foi expressa por Serafina Dávalos, uma das entrevistadas: "Eu nasci no Paraguai, mas vivo no Brasil desde criança. Para eles, eu nunca serei totalmente brasileira, e para os paraguaios, eu sou alguém que foi embora." Essa fala exemplifica o "entre-lugar" descrito por Anzaldúa, onde os indivíduos experimentam a sensação de exclusão por não se encaixarem completamente em nenhuma das nacionalidades.

É possível correlacionar a colonialidade aos direitos negados. Quijano (2000) argumenta que a colonialidade perpetua desigualdades ao estruturar relações de poder em termos de raça e nacionalidade. Adela Speratti, outra entrevistada, relatou: "A gente tem o documento dos dois países, mas na hora de pedir um benefício, sempre arrumam um jeito de dizer que não temos direito a nada." Essa experiência reflete como a dupla nacionalidade, ao invés de ser um direito pleno, pode se transformar em um mecanismo de exclusão.

Observa-se, nesse sentido, a dicotomia entre os direitos e deveres. Martins (1994) enfatiza que as fronteiras são espaços de simultânea inclusão e exclusão. Essa contradição é evidenciada na fala de Adela Speratti: "Quando é pra pagar imposto, somos cidadãos. Mas, quando é pra pedir ajuda, dizem que temos que escolher de qual lado estamos." Essa realidade reforça a ideia de que a dupla nacionalidade pode ser instrumentalizada como ferramenta de controle estatal.

Identifica-se a resistência comunitária, que apesar das adversidades apresentadas, as populações fronteiriças desenvolvem formas de resistência e solidariedade. Como defende Stuart Hall (2003), a identidade é constantemente ressignificada em resposta às opressões. Dolores Caballero, entrevistada durante a pesquisa, declarou: "Aqui, a gente se organiza, brasileiro e paraguaio juntos, porque sabemos que não podemos depender só dos governos. É a nossa união que faz a diferença." Essa organização comunitária demonstra como as populações transcendem as limitações impostas pela colonialidade, criando redes de apoio e fortalecendo suas identidades.

Por fim, as narrativas de Serafina Dávalos, Adela Speratti e Dolores Caballero revelam que a dupla nacionalidade é vivenciada como uma dicotomia entre pertencimento e exclusão.

Sob a perspectiva da colonialidade, as experiências dessas populações fronteiriças destacam as contradições e desigualdades estruturais, ao mesmo tempo que evidenciam a força das resistências locais.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa desenvolvida sobre o tema "Cidadania, Memória Social e Fronteira: A Luta por Acesso à Documentação no Mato Grosso do Sul", concluímos que o acesso à documentação pessoal é um elemento essencial para o exercício pleno da cidadania, especialmente para populações que vivem em áreas de fronteira. Neste estudo, buscamos analisar como a experiência dessas pessoas, ao tentar acessar documentação pessoal, revela questões mais amplas relacionadas à identidade, exclusão e pertencimento, que são marcadas pelos conceitos de memória social, cidadania e mestiçagem.

Ao longo da pesquisa, com base em uma abordagem qualitativa e exploratória, analisamos os relatos das pessoas que enfrentam barreiras significativas no acesso à documentação. As entrevistas permitiram que a análise fosse conduzida sob três categorias principais: nacionalidade, situação econômica e social, e processos discriminatórios. Esse recorte mostrou que a ausência de documentação não apenas limita o acesso a direitos básicos, mas reforça um ciclo de exclusão que afeta, sobretudo, grupos marginalizados e que têm suas identidades diluídas em contextos de fronteira. Amartya Sen sugere que a justiça social envolve não só a distribuição de recursos, mas também a remoção de barreiras que impedem a plena participação e o exercício de direitos.

A relevância do tema emerge de um cenário de fronteira onde os processos de mestiçagem, memória social e construção de identidade se entrelaçam e impactam diretamente o reconhecimento e a efetivação dos direitos de cidadania. Conforme apontado por autores como Néstor García Canclini, a hibridação cultural em contextos de fronteira cria uma identidade fluida, influenciada por múltiplas origens e realidades sociais que desafiam as classificações tradicionais. Este estudo contribui para a compreensão de como a mestiçagem e a memória social se manifestam na fronteira de Sete Quedas - MS, onde o desafio de acesso à documentação reflete um processo mais amplo de marginalização histórica e cultural.

Ao revisitar os objetivos propostos, constatamos que o estudo conseguiu analisar, por meio das narrativas coletadas, a forma como o acesso à documentação influencia a prática da cidadania. Identificou-se, ainda, que os marcadores sociais de diferença, como a nacionalidade e a condição socioeconômica, afetam o acesso a direitos básicos, revelando que a mestiçagem em contextos de fronteira vai além de uma mescla cultural; ela representa uma identidade resistente e complexa, frequentemente invisibilizada por processos de exclusão.

A análise do discurso evidencia como a vida nas fronteiras Brasil-Paraguai é moldada por uma série de barreiras e tensões entre inclusão e exclusão. As identidades são negociadas

constantemente, enquanto os indivíduos lutam para acessar serviços e direitos que muitas vezes lhes são negados devido à sua condição de imigrantes ou descendentes de paraguaios. O preconceito, a xenofobia e a mestiçagem são fatores que influenciam profundamente as experiências dessas pessoas, que, apesar de estarem fisicamente próximas de dois países, muitas vezes encontram-se distantes dos direitos e proteções oferecidos por ambos.

A análise das narrativas coletadas nas evidências que, apesar dos avanços legais promovidos pela Lei de Migração, a cidadania nas regiões de fronteira continua sendo vivida de forma fragmentada e desigual. A dupla nacionalidade, que poderia representar um direito ampliado, torna-se, muitas vezes, um espaço de conflitos e de exclusão, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade econômica. A prática de obtenção informal de documentos, como no caso de Emerson, revela redes de solidariedade formadas para lidar com a burocracia e a desigualdade no acesso aos direitos. A partir das contribuições teóricas de Pollak sobre memória social e das discussões sobre colonialidade, entende-se que a experiência de cidadania na fronteira é marcada tanto pela invisibilidade quanto pela resistência. Reconhecer e integrar essas histórias de vida é essencial para construir políticas públicas mais sensíveis à realidade das populações fronteiriças, respeitando suas trajetórias e identidades híbridas.

Para estudos futuros, sugerimos explorar como outras dinâmicas fronteiriças podem afetar o acesso aos direitos fundamentais em diferentes regiões do Brasil e da América Latina. Ampliar a amostra para outras populações fronteiriças poderia aprofundar a compreensão sobre as estratégias de resistência e de autoafirmação identitária nesses espaços.

Por fim, esta pesquisa enfatiza que o acesso à documentação, mais do que um processo burocrático, é uma reivindicação de cidadania e reconhecimento. Rawls propõe que uma sociedade justa é aquela que organiza suas instituições de maneira a beneficiar os menos favorecidos, defendendo que a justiça social deve ser abordada em contextos onde as desigualdades são exacerbadas, como em áreas de fronteira ou entre populações não documentadas. Com o estudo esperamos contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas que possam garantir a documentação para todos, promovendo o respeito às identidades culturais e a inclusão social nas regiões de fronteira.

REFERÊNCIAS

- AIKES, S.; RIZZOTTO, M. L. F. A saúde em região de fronteira: o que dizem os documentos do Mercosul e Unasul. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. e180196, 2024.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Xenofobia: Medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez Editora, 2016. ISBN 978-85-249-2468-2.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasi-guaiois" entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, p. 137–166, 2009.
- ALCANTARA DE VASCONCELLOS, E. **Análisis de la movilidad urbana. Espacio, medio ambiente y equidad**. Bogotá: CAF, 2010.
- AGNEW, J. Mastering space: Hegemony, territory and international political economy. **Economic Geography**, 1997.
- ALVES, L.; FRANCISCO, E. Desigualdade social e análise psicossocial. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, 2009.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Descolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-37, 2016.
- BETONI, C. Interseccionalidade. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- BOGADO, M. Cacique Guairá y cacique Paragua: La versión Guaraní del mestizaje e a resistência indígena. In: CANALES TAPIA, P. (Ed.). *El Pensamiento y la Lucha*. Ariadna Ediciones, 2018.
- BOGADO, R. A. Mestiçagem guarani e memória coletiva. **Revista de Antropologia Brasileira**, v. 22, n. 3, 2018.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, 2017.
- BALDIN, N., & MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, 27, 2012.
- BÜHRING, M. A. **Direitos humanos e fundamentais, migração nas fronteiras Brasil e Uruguai: uma análise dos déficits do direito social à saúde da mulher nas cidades gê-**

meas: Santana do Livramento-BR/Rivera-UR e Chuí-BR/Chuy-UR. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1989.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 153–166, 2011.

CARNEIRO, T. R. A. **Faixas salariais x classe social - Qual a sua classe social?** A vida é feita de desconto, 10 dez. 2021.

CASTRO, E.; OLIVEIRA, U. T. V. A entrevista semi estruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: Um guia de análise processual. **Entre os textos**, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2023.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

COLOGNESE, S. A. Brasiguaios: uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai. **Tempo da Ciência**, v. 19, n. 38, p. 145-158, 2012.

DAL PRÁ, K. R. **Transpondo fronteiras: Os desafios do assistente social na garantia do acesso à saúde no Mercosul**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

DECRETO-LEI nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul. Brasília, 11 out. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm . Acesso em: 03. nov. 2024.

DICIONÁRIO HOUAISS. Mestiçagem. Em Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa.

DICIONÁRIO PRIBERAM. Mestiçagem. Em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). Migración Pendular en el Paraguay, 2012. Secretaría Técnica de Planificación del Desenvolvimento Económico e Social da Presidência da República, 2013.

FREITAS, E. P. de. Mastering space: Hegemony, territory and international political economy. Revisiting a classic. **Finisterra**, v. 49, n. 97, p. 146-148, 2014.

GAIGER, L. I. Exploração social e estrutura de classes: a atualidade de um quadro de análise. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 268–298, 2021.

GOMES, K. B. P.; F. S. S. Desdobramentos socioculturais da migração e miscigenação. **Colloquium Socialis**, v. 2, n. especial 2, p. 242-248, 2018.

GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011.

GONZALEZ, L. Racismo e feminismo: a construção das identidades marginalizadas. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 2020-2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Resultados finais - Censos 2022. Paraguai.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2019.

Martins, J. de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAZZA, D. O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos. REMHU: **Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 44, p. 237–257, 2015.

MEDEIROS, N.; DENIS, T. Multiculturalidade, interculturalidade, direitos humanos e violência de gênero: breves notas para pensar o caso da mutilação genital feminina em Portugal e a sua abordagem. **Cadernos Pagu**, n. 55, p. e195517, 2019.

MENEGHEL, S. N.; DANILEVICZ, I. M.; POLIDORO, M.; PLENTZ, L. M.; MENEGHETTI, B. P. Femicídios em municípios de fronteira no Brasil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1145-1154, 2022.

MELIÀ, B.; TELESKA, J. Identidade nacional e marginalização indígena. **Revista do Instituto de Estudos Latino-Americanos**, v. 5, n. 1, 1997.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOREIRA, J. B.; DE BORBA, J. H. O. M. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1-20, 2021.

NASCIMENTO, V. A., & ANDRADE, S. M. O. As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai / The weapons of the weak: identity strategies, tactics and impact on the dynamics of health access in the Brazil/Paraguay border. **Horizontes Antropológicos**, 24(50), 181-214, 2018.

OLIVEIRA, G. Q. de; SQUINELO, A. P. Guerras, invisibilização, protagonismo e resistência feminina no romance Cunhataí. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, p. e83497, 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso e a materialidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2005.

PALMEIRA, L. V. S. Gloria Anzaldúa, uma chicana entre-fronteiras. **Equatorial**, v. 7, n. 12, p. 18504, 2020.

- PALMEIRA, L. V. S. Dossiê: gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo. Equatorial – **Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 7, n. 12, p. 1–20, 2020.
- PEREIRA, B. C. J.; PALMEIRA, L. V. S. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, p. 1-16, 2021.
- PEREIRA, É. L., et al. Medicalização do viver entre usuárias de psicotrópicos na atenção básica. **Revista Polis Psique**, v. 11, n. 2, p. 51-71, 2021.
- POLLAK, M. **Memórias subalternas e memória coletiva**. São Paulo: Editora Vozes, 1989.
- QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Rev. Nepantla: Views from South**. v. 1, n. 3, pp 533-580, 2000.
- RIBEIRO, C. A. C. Contínuo racial, mobilidade social e “embranquecimento”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, p. e329503, 2017.
- SALERNO, O. Presentación. Centro de Documentación e Investigaciones del Centro de Artes Visuales/Museo del Barro. Asunción, Paraguai.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- SANTOS, A. C. Fronteiras da identidade: o texto híbrido de Gloria Anzaldúa. **Sures**, v. 1, p. 1–22, 2013.
- SANTOS, B. de S. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.
- SCHERE, L. A.; GRISCI, C. L. I. Cartografia como método de pesquisa para estudos de trabalho e subjetividade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, p. e210202, 2022.
- SCHWARCZ, L. M. Gilberto Freyre: Adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em novo mundo nos trópicos. **Philia & Filia**, v. 2, n. 2, p. 107–118, 2011.
- SCHWARCZ, L. M. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. **Ciência e Cultura**, v. 64, n. 1, p. 48-55, 2012.
- SEGATO, R. **Colonialidade e mestiçagem: ensaios sobre gênero e poder na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Brasil: Bazar do Tempo, 2021.
- SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 47–62, 2011.

SILVA, F. R.; FERNANDES, D. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13, n. 18, p. 50-64, 2017.

SILVA, J. F. **A criação do estado de Mato Grosso do Sul: uma análise histórica**. Editora da UFMS, 2002.

SILVA, M. L. da; TOURINHO, H. L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vB. L. 9, n. 1, p. 96-109, 2017.

SPRADEL, M. A. Identidade e as fronteiras do Brasil-Paraguai. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 12, 2006.

TADEI, E. M. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 22, n. 4, p. 2–13, 2002.

TURNER, B. S. Cidadania e teoria social. Vol. 24 de Política e Cultura. **Sage Publications**, 1993.

VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Objetiva, 2002.

VESENTINI, J. W. Rethinking the political geography: A brief critical history and the review of a still present controversy. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 20, p. 127-142, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 1991.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460–482, 2001.

YEGROS, R. S.; BREZZO, L. M. **História das relações internacionais do Paraguai**. FUNAG, 2013.

APÊNDICE A: TCLE

O/A Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Cidadania, Memória Social E Fronteira: A Luta Por Acesso À Documentação No Mato Grosso Do Sul”. O objetivo desta investigação será analisar por meio dos relatos da memória social de pessoas que buscam acesso à documentação pessoal os entraves e dificuldades por eles enfrentados para o efetivo exercício de prática cidadã, assim como estabelecer relação e problematizá-los com o conceito de mestiçagem na fronteira do município de Sete Quedas/MS. A pesquisa será realizada pela mestranda/pesquisadora, Gisele de Oliveira Tonani, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Jenniffer Simpson dos Santos. Justifica-se esta investigação pela busca em entender por meio da análise dos relatos da memória social das pessoas como são estabelecidas as relações de cidadania e mestiçagem em regiões fronteiriças. Sua participação será em forma de entrevista individual, com duração de aproximadamente uma hora. A aplicação da entrevista pode envolver o risco de algum constrangimento, cabendo, neste caso, a opção de não responder as questões julgadas desconfortáveis e/ou que não queira.

- a) Caso sejam identificados danos provenientes desta pesquisa, o participante tem assegurado o direito a ser assistido, indenizado e ressarcido de tais danos.
- b) Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.
- c) O (A) Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar.
- d) Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.
- e) A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a).
- f) Os dados da entrevista serão gravados em áudio e transcritos, ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Entrevistado

Pesquisadora

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao Sr. (a).

Eu, _____
_____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Sete Quedas/MS, __de _____de 2024.

Entrevistado

Pesquisadora

Pesquisadora: Gisele de Oliveira Tonani.

Endereço: Rua 28 de Agosto, n. 375, bairro Centro, CEP 79.735-000, Sete Quedas/MS, telefone: (67) 99656-5331, e-mail: g.tonani@hotmail.com

—

Orientadora da Pesquisa: Jenniffer Simpson dos Santos

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km. 12 – Unidade II, CEP 79.804-970, Dourados/MS, telefone: (67) 99291 – 6649, e-mail: jennifersantos@ufgd.edu.br

—

Comitê de Ética em Pesquisa

Endereço: Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados – MS. Telefone: (67) 3410-2853 - E-mail do CEP/UFGD: cep@ufgd.edu.br

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Por favor, você pode se apresentar e me contar a sua história?
- 2) Onde você mora?
- 3) Você sempre viveu na fronteira?
- 4) Você costuma mudar de residência?
- 5) Você acha que essa circulação e movimentação na fronteira influencia no acesso à documentação pessoal e a cidadania?
- 6) Qual a origem da sua família? Eles também vivem aqui na fronteira?
- 7) Você se considera uma pessoa mestiça?
- 8) Você sabe o que é mestiçagem ou já ouviu falar?
- 9) O que é uma pessoa mestiça para você?
- 10) Você acha que em Sete Quedas/MS a população é miscigenada?
- 11) Você possui documentação pessoal? Quais documentos você possui?
- 12) Você acha que as instituições locais ajudam na garantia e acesso aos direitos como pessoa?
- 13) Você tem alguma sugestão para melhorar o processo de acesso à documentação pessoal?
- 14) Você teve dificuldades ao buscar seus direitos como cidadã/o? Quais?
- 15) Você acha que ser mulher/paraguaia influencia no processo de aquisição de documentação pessoal?
- 16) Você tem alguma experiência ou conhecimento de alguém que sofreu com preconceito no processo de acesso aos documentos pessoais?
- 17) Você acha que a condição financeira influencia no acesso e na utilização da documentação pessoal na fronteira?
- 18) Você acha que existe diferença entre as pessoas no mesmo processo para acesso à documentação pessoal, por questões de gênero, raça e classe social?
- 19) Pela ausência de documentação pessoal, você já foi impedido ou teve medo de ir e vir na fronteira da cidade de Sete Quedas/MS?
- 20) Pela falta de documentação pessoal, você teve alguma dificuldade ou o acesso negado a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho, na fronteira?
- 21) Como você se sente em relação ao pertencimento e à identidade diante da falta de documentação pessoal?

- 22) Você acha que por morar em região de fronteira aumenta a dificuldade para obtenção de documentos pessoais?
- 23) Quais sugestões você tem para melhorar ou facilitar o processo de aquisição de documentos pessoais na região fronteira?
- 24) Qual ou quais são os motivos que você deseja adquirir seus documentos pessoais?
- 25) Quais direitos você busca por meio da documentação pessoal?
- 26) Qual a sua experiência com os órgãos públicos durante o processo de obtenção de documentos pessoais?
- 27) Alguém já tentou fazer você desistir ou te desencorajou a tentar a aquisição de documentos pessoais na fronteira?
- 28) Você recebeu alguma orientação sobre o meio de aquisição de documentação pessoal?
- 29) As instituições que emitem ou prestam orientações para emissão de documentação pessoal são de fácil acesso e de conhecimento da população fronteira?
- 30) Alguém do seu ciclo de convivência como amigos, família, vizinhança ou instituições, influenciou de maneira boa ou ruim no acesso e na obtenção de documentos pessoais?
- 31) Você ou alguém que conheça desistiu da obtenção da própria documentação pessoal?
- 32) Alguma instituição negou atendimento ou acesso aos documentos pessoais?
- 33) O que significa viver na fronteira para você?
- 34) Você conhece pessoas na fronteira que não possuem documentação pessoal?
- 35) Você ouviu muitos relatos parecidos com o seu?
- 36) Você indica alguma pessoa que possa contribuir para esta pesquisa? Muito obrigada.